



**Ministério das Comunicações - MCOM**  
**PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO**  
**Nº 264359.0010129/2022**

**DADOS DO SOLICITANTE**

**Nome:** Adalzira França Soares de Lucca  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*.\*.\*.\*r  
**CPF:** \*\*\*.726.631-\*\*

**DADOS DO REPRESENTADO**

**Razão Social:** SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*.\*.\*.\*r  
**CNPJ:** 03.852.438/0001-96

**DADOS DA SOLICITAÇÃO**

**Número da Solicitação:** 264359.0010129/2022  
**Tipo da Solicitação:** 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações  
**Informações Complementares:** Não há  
**Número do Processo Informado Pelo Solicitante:** Não há  
**Data e Hora de Encaminhamento:** 18/11/2022 às 14:10

**DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL**

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	DOC 1-ENCAMINHA DOCS.pdf
Requerimento	DOC 2-REQUERIMENTO.pdf

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)**

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COM. DO ESTADO DE SÃO PAULO	DOC 3-CERTIDAO JUCESP.pdf
INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA	DOC 4-CNPJ.pdf
DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA ADMINISTRADORA	DOC 5-RG TAIS ABREU.pdf
DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA	DOC 6-RG JOSSENEIDE SANTOS.pdf
PROVA DE REGULARIDADE DE TRIBUTOS FEDERAIS	DOC 7-CND FEDERAL.pdf
CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS NÃO INSCRITOS NA D. ATIVA	DOC 8-CND EST. NAO INSCRITOS.pdf
CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS INSCRITOS NA D. ATIVA	DOC 9-CND EST. DIVIDA ATIVA.pdf
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	DOC 10-CND MUNICIPAL.pdf
CERT. NEGATIVA DO FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO	DOC 11-CND FGTS.pdf
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DOC 12-CND FALÊNCIA.pdf
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	DOC 13-CND TRABALHISTA.pdf
PROVA DE REGULARIDADE JUNTO AO FISTEL	DOC 14-CND FISTEL.pdf
LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO	DOC 15-LICENÇA.pdf



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

PROCURAÇÃO PARA ATUAR JUNTO AO MCOM	DOC 16-PROCURAÇÃO.pdf
DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA PROCURADORA	DOC 17-OAB ADALZIRA.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

## PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito a **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, com sede em SÃO PAULO, SP, na Avenida Paulista, 2200, Escritório 54, Bela Vista, CEP 01310-300, aqui representada na forma de seu contrato social por sua sócia administradora **TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**, inscrita no CPF sob o nº 279.767.838-90, nomeia e constitui seus bastante procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34.272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540, o Sr. **MIGUEL EYER NOGUEIRA BARBOSA**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/DF sob o nº 43.368 e OAB/MG nº 108.011 e a Sra. **CIBELE BORGES BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 38.570, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3364-1000, outorgando-lhe os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, **para o fim específico de** representá-la perante a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o Ministério das Comunicações – MCOM nos processos referentes, dentre outros, a PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E SELETIVOS EM GERAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E SEUS ANCILARES; RENOVAÇÃO DE OUTORGA; TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA; SOLICITAÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO; COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS E REGULARIZAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO; DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA; COMUNICAÇÃO DE MUDANÇAS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E JURÍDICAS; CONSIGNAÇÃO DE CANAIS E RADIOFREQUÊNCIAS; MUDANÇAS DE GERADORAS CEDENTES DE PROGRAMAÇÃO; AUMENTO E REDUÇÃO DE POTÊNCIA; ADAPTAÇÃO DE OUTORGA PARA FM, INCLUINDO A ASSINATURA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A UNIÃO; REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO E TERMO DE PARCELAMENTO OU CONFISSÃO DE DÍVIDA RELATIVA AO PREÇO PÚBLICO A SER PAGO PELA OUTORGA DE SERVIÇOS, ADAPTAÇÃO DA OUTORGA E ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS; TRANSFORMAÇÃO DE RTVS SECUNDÁRIA EM PRIMÁRIAS; DEFESAS E REPRESENTAÇÃO EM PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO E DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO; SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS ANCILARES DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL; SOLICITAÇÃO DE AUTOCADASTRAMENTO NO MOSAICO; CADASTRAMENTO DE ENGENHEIROS E TERCEIROS NO MOSAICO; CADASTRAMENTO NO CADSEI; CADASTRAMENTO NO SEI DA ANATEL E MCOM e outros sistemas, podendo, para tanto, requerer, peticionar, apresentar documentos em geral, cumprir exigências, dar declarações, apresentar defesas e manifestações, interpor recursos ou representações, firmar termos e compromissos, celebrar contratos e convênios, pagar taxas, preços públicos e emolumentos, receber e dar quitação, ter vistas a processos, requerer cópias, acompanhar a tramitação de processos nos assuntos de interesse da outorgante nesses Órgãos e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento da presente procuração, podendo substabelecer com reservas.

São Paulo, SP, 16 de novembro de 2022



**TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**  
Sócia e Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO  
COMERCIAL DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE  
RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

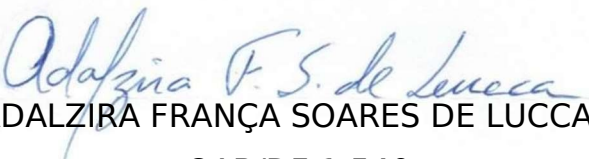
Assunto: Renovação de Outorga. FM. Praia Grande/SP.

SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.,  
pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 06.852.438/0001-96, vem,  
por sua advogada (procuração em anexo), apresentar a documentação necessária à  
RENOVAÇÃO DA OUTORGA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em  
frequência modulada na localidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, referente  
ao período de 05/12/2022 a 05/12/2032.

1

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Brasília, DF, 18 de novembro de 2022.

  
ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA  
OAB/DF 1.540

ANEXOS:

DOC. 2-Formulário: Requerimento de Renovação de Outorga Comercial;  
DOC. 3-Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de São Paulo;  
DOC. 4-Comprovante de inscrição no CNPJ;





- DOC. 5-Comprovação da condição de brasileira nata da sócia e administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla;
- DOC. 6-Comprovação da condição de brasileira nata da sócia Josseneide Santo Barbosa;
- DOC. 7-Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- DOC. 8-Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual (não inscritos na dívida ativa);
- DOC. 9-Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual (inscritos na dívida ativa);
- DOC. 10-Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do local da sede da Requerente;
- DOC. 11-Prova de regularidade relativa à seguridade social e FGTS;
- DOC. 12-Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- DOC. 13-Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- DOC. 14-Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- DOC. 15-Licença para Funcionamento de Estação;
- DOC. 16-Procuração outorgando poderes para peticionar junto ao MCOM; e
- DOC. 17-Documento de identidade da procuradora.



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.	
CNPJ:	03.852.438/0001-96	CEP da sede:	01310-300
Endereço da sede:	AVENIDA PAULISTA, 2200, ESCRITÓRIO 54, BELA VISTA, SÃO PAULO, SP		
E-mail de contato:	gerencia@mundialcom.com.br    valerialinhares.77@gmail.com		
Serviço a ser renovado:	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais		
Período da renovação:	05/12/2022 a 05/12/2032		
Localidade da renovação:	PRAIA GRANDE	UF:	SP
FISTEL:	50406964181	Canal:	262

Eu, **TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA**, inscrita no CPF sob o nº **279.767.838-90**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Praia Grande, SP, 16 de novembro de 2022.



TAIS ROTHSCILD DE ABREU LILLA





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35216352427	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 05/06/2000	INÍCIO DAS ATIVIDADES 02/05/2000	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTA						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 03.852.438/0001-96		ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 50.ANDAR	
BAIRRO BELA VISTA		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 169.000,00

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA
ATIVIDADES DE TELEVISAO

SÓCIO						
NOME JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA						
ENDEREÇO ALAMEDA ARY BARROSO			NÚMERO 192	COMPLEMENTO		
BAIRRO ILHA PORCHAT		MUNICÍPIO SAO VICENTE		UF SP	CEP 11320-400	RG 507384301
CPF 078.773.677-59	CARGO SÓCIO				QUANTIDADE COTAS 1.690,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR						
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA						
ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15A.CJ151		
BAIRRO BELA VISTA		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	RG 267800411
CPF 279.767.838-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR				QUANTIDADE COTAS 167.310,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 09/06/2021	NÚMERO 269.218/21-0	
ADMITIDO TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15A.CJ151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300,		



atuito  
ercialização  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 167.310,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 078.773.677-59, RG/RNE: 507384301, RESIDENTE À ALAMEDA ARY BARROSO, 192, ILHA PORCHAT, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-400, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.690,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE WILLIAN SANTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 006.556.025-69, RG/RNE: 9281166, RESIDENTE À ALAMEDA ARY BARROSO, 192, AP 125, ILHA PORCHAT, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-400, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 84.500,00.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTA., DATADA DE: 15/03/2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35216352427  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 15/11/2022



documento  
assinado  
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 183288117, terça-feira, 15 de novembro de 2022 às 20:48:46.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.852.438/0001-96</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>05/06/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV PAULISTA</b>	NÚMERO <b>2200</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR 5 CONJ 54</b>
CEP <b>01.310-300</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BELA VISTA</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>EUCLIDESBIMBATTI@UOL.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(11) 3016-5999/ (11) 4328-6478</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/10/2003</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/05/2022** às **14:22:49** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

8100-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



PROIBIDO PLASTIFICAR

Tom Rothell d Abram Lilla

ASSINATURA DO TITULAR

B647-059032

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - REZARDO GUNDELTON GALVANI

  
POLEGAR DIREITO



47756E4D

Josseneide Santos Barbosa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO  
CENAL  
50.738.430-1 2 via

DATA DE  
EMISSÃO  
28/03/2018

LOCAL  
JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA

FLUXO  
GILDASIO BARBOSA GOMES  
IVONE JOSÉ DOS SANTOS

ASSINATURA  
GONGOGI - BA

13/06/1971

UBAITABA-BA TAPIRAMA CN/IV.A11 /FLS.537 /Nº04825

078773677/59

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.118 DE 29/06/03

NÃO PLASTIFICAR





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.**  
**CNPJ: 03.852.438/0001-96**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 22:06:41 do dia 15/11/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 14/05/2023.

Código de controle da certidão: **BE2A.C095.27D2.C0EA**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22110357877-20

Data e hora da emissão 15/11/2022 22:10:22

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 03.852.438

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 41039500

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 15/11/2022 22:13:26

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0660437 - 2022

**CPF/CNPJ Raiz:** 03.852.438/

**Contribuinte:** LINEA SAT COMUNICACAO LTDA

**Liberação:** 27/07/2022

**Validade:** 23/01/2023

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 2.913.621-0- Início atv :05/06/2000 (AV PAULISTA, 02200 - CEP: 06053-040 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 22:19:15 horas do dia 15/11/2022 (hora e data de Brasília).

**e Autenticidade:** E348F696



**cidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.852.438/0001-96

**Razão Social:** LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA

**Endereço:** RUA VISCONDE DA LUZ 134 CONJUNTO 153 / ITAIM BIBI / SAO PAULO / SP / 04537-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/10/2022 a 29/11/2022

**Certificação Número:** 2022103101011290534507

Informação obtida em 15/11/2022 22:21:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



16/11/2022

0061785946

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 1779374****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** anteriores a 15/11/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA**, CNPJ: 03.852.438/0001-96, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 16 de novembro de 2022.

**PEDIDO Nº:**

0061785946



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Certidão nº: 40141711/2022

Expedição: 15/11/2022, às 22:25:19

Validade: 14/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.852.438/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





Menu Principal ▾

BOM DIA  
adalzira frança soares de luccaSistemas  
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.**CNPJ:** 03.852.438/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 00:57:11 do dia 16/11/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/12/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



NOME/RAZÃO SOCIAL LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.				CNPJ 03852438000196	
Nº DA ESTAÇÃO 699579333	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 01' 42.00" S	LONGITUDE 46° 28' 19.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA CARLOS GOMES, nº 47.				DISTRITO	
BAIRRO VILA ASSUNCAO				MUNICÍPIO Praia Grande	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	05/12/2022		
LOCALIDADE PLANO BÁSICO:			
MUNICÍPIO:	Praia Grande	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUÊNCIA:	100.3 MHz	CANAL:	262
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	14.00
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW630		
NOME FANTASIA:	KISS FM LITORAL	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Praia Grande		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RUA CARLOS GOMES	BAIRRO:	VILA ASSUNCAO
MUNICÍPIO:	Praia Grande	UF:	SP
NUMERO:	47	COMPLEMENTO:	OCIAN
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Sintekc Sistemas Eletrônicos Ltda.	MODELO:	EX 1000
CÓDIGO:	027830902884	POTÊNCIA:	.350 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:		MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	
ANTENA PRINCIPAL		MODELO:	GAFM01
FABRICANTE:	GOBER ELETRONICA LTDA.	GANHO:	-.85 dBd
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	0 graus
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	BEAM TILT:	.00 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	55 m	MODELO:	
ANTENA AUXILIAR		GANHO:	dBd
FABRICANTE:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
POLARIZAÇÃO:		BEAM TILT:	graus
DESCRIÇÃO:		MODELO:	
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	GANHO:	
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	
FABRICANTE:	RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS	BEAM TILT:	
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR		MODELO:	HF 7/8
FABRICANTE:		MODELO:	

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'  
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 16/11/2022 22:33:17



Emitido Em  
28/08/2014  
Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=C2xhc3NMZWVlbnNhOjoyMDJyNjM3NTgxNGNiMTBhZQ==>  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

## PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito a **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, com sede em SÃO PAULO, SP, na Avenida Paulista, 2200, Escritório 54, Bela Vista, CEP 01310-300, aqui representada na forma de seu contrato social por sua sócia administradora **TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**, inscrita no CPF sob o nº 279.767.838-90, nomeia e constitui seus bastante procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34.272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540, o Sr. **MIGUEL EYER NOGUEIRA BARBOSA**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/DF sob o nº 43.368 e OAB/MG nº 108.011 e a Sra. **CIBELE BORGES BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 38.570, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3364-1000, outorgando-lhe os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, **para o fim específico de** representá-la perante a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o Ministério das Comunicações – MCOM nos processos referentes, dentre outros, a PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E SELETIVOS EM GERAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E SEUS ANCILARES; RENOVAÇÃO DE OUTORGA; TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA; SOLICITAÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO; COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS E REGULARIZAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO; DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA; COMUNICAÇÃO DE MUDANÇAS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E JURÍDICAS; CONSIGNAÇÃO DE CANAIS E RADIOFREQUÊNCIAS; MUDANÇAS DE GERADORAS CEDENTES DE PROGRAMAÇÃO; AUMENTO E REDUÇÃO DE POTÊNCIA; ADAPTAÇÃO DE OUTORGA PARA FM, INCLUINDO A ASSINATURA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A UNIÃO; REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO E TERMO DE PARCELAMENTO OU CONFISSÃO DE DÍVIDA RELATIVA AO PREÇO PÚBLICO A SER PAGO PELA OUTORGA DE SERVIÇOS, ADAPTAÇÃO DA OUTORGA E ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS; TRANSFORMAÇÃO DE RTVS SECUNDÁRIA EM PRIMÁRIAS; DEFESAS E REPRESENTAÇÃO EM PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO E DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO; SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS ANCILARES DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL; SOLICITAÇÃO DE AUTOCADASTRAMENTO NO MOSAICO; CADASTRAMENTO DE ENGENHEIROS E TERCEIROS NO MOSAICO; CADASTRAMENTO NO CADSEI; CADASTRAMENTO NO SEI DA ANATEL E MCOM e outros sistemas, podendo, para tanto, requerer, peticionar, apresentar documentos em geral, cumprir exigências, dar declarações, apresentar defesas e manifestações, interpor recursos ou representações, firmar termos e compromissos, celebrar contratos e convênios, pagar taxas, preços públicos e emolumentos, receber e dar quitação, ter vistas a processos, requerer cópias, acompanhar a tramitação de processos nos assuntos de interesse da outorgante nesses Órgãos e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento da presente procuração, podendo substabelecer com reservas.

São Paulo, SP, 16 de novembro de 2022



**TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**  
Sócia e Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO: **1540**

NOME  
**ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**

FILIAÇÃO  
**ACIOLY FRANÇA SOARES  
TEREZINHA DE CASTRO SOARES**

NATALIDADE  
**BARRETOS-SP**

RG  
**184921 - SSP/DF**

DATA DE NASCIMENTO  
**03/02/1951**

CPF  
**098.726.631-49**

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS  
**NÃO**

VIA  
**01**

EXPEDIDO EM  
**07/09/2011**

  
**FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO  
PRESIDENTE**

**TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL** **03090601**

**USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)**



**ASSINATURA DO PORTADOR**  


**OBSERVAÇÕES**







Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**Protocolo Digital - Protocolar doc. junto  
MCOM v6 por Cidadão****Status  
Em Andamento****Código  
010.287****Capturar Triagem Pendente** *Ciclo: 01***Início da Atividade  
18/11/2022****Protocolo Digital**Número da Solicitação  
264359.0010129/2022CPF  
098.726.631-49Nome  
Adalzira França Soares de LuccaE-mail  
adalzira@ea.adv.brSexo  
FemininoData de nascimento  
03/02/1951País de nacionalidade  
Brasil☒ Autorizo o contato por telefoneTelefone principal  
(61) 99987-6837Telefone secundário  
(61) 33641-000Data de envio da solicitação  
18/11/2022**Recibo da Solicitação**PDF com o recibo da Solicitação  
10287\_1.pdf**Dados da Solicitação**Tipo de Solicitação  
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações**Dados do Solicitante**Tipo do Solicitante  
Pessoa JurídicaProcuração  
DOC 16-PROCURAÇÃO.pdfCNPJ  
438/0001-96

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[https://servicos.gov.br/bpm/carrega\\_etapa?action=carrega&sCodProcesso=10287&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVer..](https://servicos.gov.br/bpm/carrega_etapa?action=carrega&sCodProcesso=10287&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVer..)

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Razão Social  
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.

E-mail  
adalzira@ea.adv.br

Documentação Necessária

Tipo de Documento

Requerimento

Selecionar Documento

DOC 1-ENCAMINHA DOCS.pdf

Tipo de Documento

Requerimento

Selecionar Documento

DOC 2-REQUERIMENTO.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior

NÃO

Documentos Complementares (Preenchimento Opcional)

Descrição do documento

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COM. DO ESTADO DE SÃO PAULO

Selecionar Documento

DOC 3-CERTIDAO JUCESP.pdf

Descrição do documento

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA

Selecionar Documento

DOC 4-CNPJ.pdf

Descrição do documento

DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA ADMINISTRADORA

Selecionar Documento

DOC 5-RG TAIS ABREU.pdf

Descrição do documento

DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA

Selecionar Documento

DOC 6-RG JOSSENEIDE SANTOS.pdf

Descrição do documento

PROVA DE REGULARIDADE DE TRIBUTOS FEDERAIS

Selecionar Documento

DOC 7-CND FEDERAL.pdf

Descrição do documento

CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS NÃO INSCRITOS NA D. ATIVA

Selecionar Documento

DOC 8-CND EST. NAO INSCRITOS.pdf

Descrição do documento

CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS INSCRITOS NA D. ATIVA

Selecionar Documento

DOC 9-CND EST. DIVIDA ATIVA.pdf

Descrição do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Selecionar Documento DOC 10-CND MUNICIPAL.pdf

---

Descrição do documento CERT. NEGATIVA DO FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO

Selecionar Documento DOC 11-CND FGTS.pdf

---

Descrição do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Selecionar Documento DOC 12-CND FALÊNCIA.pdf

---

Descrição do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Selecionar Documento DOC 13-CND TRABALHISTA.pdf

---

Descrição do documento PROVA DE REGULARIDADE JUNTO AO FISTEL

Selecionar Documento DOC 14-CND FISTEL.pdf

---

Descrição do documento LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

Selecionar Documento DOC 15-LICENÇA.pdf

---

Descrição do documento PROCURAÇÃO PARA ATUAR JUNTO AO MCOM

Selecionar Documento DOC 16-PROCURAÇÃO.pdf

---

Descrição do documento DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA PROCURADORA

Selecionar Documento DOC 17-OAB ADALZIRA.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[servicos.gov.br/bpm/carrega\\_etapa?action=carrega&sCodProcesso=10287&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVer..](https://servicos.gov.br/bpm/carrega_etapa?action=carrega&sCodProcesso=10287&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVer..)

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

# Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	03852438000196	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	50406964181	P	Comercial	FM



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.

**CNPJ:** 03.852.438/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:52:44 do dia 21/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

Id solicitação: 57dbac4b6ba6b

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	
<b>Nome Fantasia:</b> KISS FM LITORAL	
<b>Telefone:</b> (11) 3016-5999	<b>E-mail:</b> contabilidade@padvogados.com.br
<b>CNPJ:</b> 03.852.438/0001-96	<b>Número do Fistel:</b> 50406964181
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2012	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 31/03/2028	
<b>Observações:</b> RESOLUÇÃO ANATEL 200/99;Ato 3013, de 03/06/2009, Suspendeu os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008. Ato nº 8305, de 17/12/2010, publicado no DOU, de 21/12/2010, restabelece os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> Avenida Paulista	<b>Complemento:</b> 18º ANDAR - CONJUNTO 184 - CERQUEIRA CÉSAR	
<b>Bairro:</b> Bela Vista	<b>Numero:</b> 2.200	
<b>Município:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 01310300

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Morro do Itaípu	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Praia do Forte	<b>Numero:</b> S/N	
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 11729899

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Tolentino Filgueiras	<b>Complemento:</b> Andar 8	
<b>Bairro:</b> Gonzaga	<b>Numero:</b> 119	
<b>Município:</b> Santos	<b>UF:</b> SP	<b>CEP:</b> 11060471

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 262	<b>Frequência:</b> 100.3 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0.4808kW
<b>HCI:</b> 75 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2



## Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 699579333	Número Indicativo: ZYW630
Data Último Licenciamento: 14/02/2023	Número da Licença: 53500.001262/2023-11

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 01' 18.01" S	Longitude: 46° 23' 46.00" W	Cota da base: 179.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005960300518	Modelo: FM10000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 0.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS		
Comprimento da Linha: 105 m	Atenuação: 0.64 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-4L	Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 330 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 0.48 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.84	5°: 2.75	10°: 2.65	15°: 2.55	20°: 2.46	25°: 2.28	30°: 2.18	35°: 2.09	40°: 2.01	45°: 1.92	50°: 1.84	55°: 1.83
60°: 1.83	65°: 1.84	70°: 2.01	75°: 2.09	80°: 2.18	85°: 2.37	90°: 2.55	95°: 2.75	100°: 2.94	105°: 3.04	110°: 3.24	115°: 3.34
120°: 3.55	125°: 3.66	130°: 3.77	135°: 3.88	140°: 3.99	145°: 4.1	150°: 4.21	155°: 4.1	160°: 3.99	165°: 3.88	170°: 3.78	175°: 3.77
180°: 3.66	185°: 3.55	190°: 3.45	195°: 3.34	200°: 3.24	205°: 3.04	210°: 2.94	215°: 2.84	220°: 2.65	225°: 2.55	230°: 2.46	235°: 2.37
240°: 2.28	245°: 2.28	250°: 2.37	255°: 2.38	260°: 2.46	265°: 2.47	270°: 2.55	275°: 2.65	280°: 2.75	285°: 2.84	290°: 2.94	295°: 3.04
300°: 3.05	305°: 3.14	310°: 3.15	315°: 3.24	320°: 3.34	325°: 3.34	330°: 3.24	335°: 3.19	340°: 3.18	345°: 3.14	350°: 3.04	355°: 2.94

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°53'11.9" S Lon 46°23'46" W	5°: Lat 23°53'13.75" S Lon 46°22'59.66" W	10°: Lat 23°53'37.96" S Lon 46°22'17.27" W	15°: Lat 23°53'42.19" S Lon 46°22'13.41" W	20°: Lat 23°53'54.56" S Lon 46°22'04.97" W	25°: Lat 23°54'18.9" S Lon 46°22'12.24" W	30°: Lat 23°54'49.83" S Lon 46°22'09.40" W	35°: Lat 23°54'24.18" S Lon 46°22'08.29" W	40°: Lat 23°54'43.71" S Lon 46°22'07.44" W	45°: Lat 23°55'14.02" S Lon 46°22'07.96" W	50°: Lat 23°55'44.04" S Lon 46°22'06.30" W	55°: Lat 23°56'19.96" S Lon 46°22'05.7" W
60°: Lat 23°56'58.14" S Lon 46°22'15.10" W	65°: Lat 23°57'38.3" S Lon 46°22'15.10" W	70°: Lat 23°58'21.77" S Lon 46°22'15.10" W	75°: Lat 23°59'8.26" S Lon 46°22'15.10" W	80°: Lat 23°59'53.35" S Lon 46°22'15.10" W	85°: Lat 24°0'37.9" S Lon 46°22'15.10" W	90°: Lat 24°1'17.76" S Lon 46°22'15.10" W	95°: Lat 24°2'0.12" S Lon 46°22'15.10" W	100°: Lat 24°2'41.36" S Lon 46°22'15.10" W	105°: Lat 24°3'23.59" S Lon 46°22'15.10" W	110°: Lat 24°4'2.43" S Lon 46°22'15.10" W	115°: Lat 24°4'39.24" S Lon 46°22'15.10" W
120°: Lat 24°5'11.4" S Lon 46°22'16.86" W	125°: Lat 24°5'45.79" S Lon 46°22'16.86" W	130°: Lat 24°6'15.1" S Lon 46°22'17.94" W	135°: Lat 24°6'41.51" S Lon 46°22'17.94" W	140°: Lat 24°7'8.5" S Lon 46°22'17.94" W	145°: Lat 24°7'28.94" S Lon 46°22'17.94" W	150°: Lat 24°7'46.08" S Lon 46°22'19.40" W	155°: Lat 24°8'8.45" S Lon 46°22'19.40" W	160°: Lat 24°8'28.04" S Lon 46°22'20.54" W	165°: Lat 24°8'40.06" S Lon 46°22'21.36" W	170°: Lat 24°8'53.38" S Lon 46°22'21.8" W	175°: Lat 24°8'58.65" S Lon 46°22'21.83" W
180°: Lat 24°9'5.15" S Lon 46°22'46.23" W	185°: Lat 24°9'3.37" S Lon 46°22'46.23" W	190°: Lat 24°9'2.71" S Lon 46°22'46.23" W	195°: Lat 24°8'58.38" S Lon 46°22'46.23" W	200°: Lat 24°8'50.32" S Lon 46°22'46.23" W	205°: Lat 24°8'38.53" S Lon 46°22'46.23" W	210°: Lat 24°8'23.04" S Lon 46°22'46.23" W	215°: Lat 24°8'0.01" S Lon 46°22'46.23" W	220°: Lat 24°7'41.18" S Lon 46°22'46.23" W	225°: Lat 24°7'11.67" S Lon 46°22'46.23" W	230°: Lat 24°6'42.51" S Lon 46°22'46.23" W	235°: Lat 24°6'7.53" S Lon 46°22'46.23" W
240°: Lat 24°5'32.71" S Lon 46°22'31.49" W	245°: Lat 24°4'53.24" S Lon 46°22'46.32" W	250°: Lat 24°4'10.52" S Lon 46°22'32.58" W	255°: Lat 24°3'28.48" S Lon 46°22'32.40" W	260°: Lat 24°2'44.63" S Lon 46°22'32.45" W	265°: Lat 24°2'0.94" S Lon 46°22'32.46" W	270°: Lat 24°1'17.75" S Lon 46°22'32.43" W	275°: Lat 24°0'36.23" S Lon 46°22'32.25" W	280°: Lat 23°59'56.67" S Lon 46°22'32.95" W	285°: Lat 23°59'19.35" S Lon 46°22'31.49" W	290°: Lat 23°58'51.04" S Lon 46°22'31.74" W	295°: Lat 23°58'36.54" S Lon 46°22'31.88" W
300°: Lat 23°58'23.62" S Lon 46°22'9.16" W	305°: Lat 23°57'41.65" S Lon 46°22'9.23" W	310°: Lat 23°57'21.67" S Lon 46°22'8.54" W	315°: Lat 23°56'17.78" S Lon 46°22'9.14" W	320°: Lat 23°56'10.95" S Lon 46°22'8.27" W	325°: Lat 23°55'34.14" S Lon 46°22'8.93" W	330°: Lat 23°54'37.51" S Lon 46°22'8.58" W	335°: Lat 23°53'54.10" S Lon 46°22'8.13" W	340°: Lat 23°53'50.1" S Lon 46°22'7.44" W	345°: Lat 23°53'37.61" S Lon 46°22'6.92" W	350°: Lat 23°53'23.95" S Lon 46°22'5.17" W	355°: Lat 23°53'18.48" S Lon 46°22'4.31" W



Distância por radial											
0º: 15	5º: 15	10º: 14.4	15º: 14.6	20º: 14.6	25º: 14.3	30º: 13.8	35º: 15.6	40º: 15.9	45º: 15.9	50º: 16	55º: 16
60º: 16	65º: 16	70º: 15.9	75º: 15.5	80º: 15	85º: 14.1	90º: 14.9	95º: 15	100º: 14.9	105º: 15	110º: 14.9	115º: 14.7
120º: 14.4	125º: 14.4	130º: 14.3	135º: 14.1	140º: 14.1	145º: 14	150º: 13.8	155º: 14	160º: 14.1	165º: 14.1	170º: 14.3	175º: 14.3
180º: 14.4	185º: 14.4	190º: 14.6	195º: 14.7	200º: 14.9	205º: 15	210º: 15.2	215º: 15.2	220º: 15.5	225º: 15.5	230º: 15.6	235º: 15.6
240º: 15.7	245º: 15.7	250º: 15.6	255º: 15.6	260º: 15.5	265º: 15.3	270º: 15.2	275º: 14.7	280º: 14.4	285º: 14.1	290º: 13.3	295º: 11.8
300º: 10.8	305º: 11.6	310º: 11.4	315º: 13.1	320º: 12.4	325º: 13	330º: 14.3	335º: 14.6	340º: 14.7	345º: 14.7	350º: 14.9	355º: 14.9

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.48 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Portaria	MC	27/03/2008	31/03/2008	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Portaria	MC	11/10/2013	22/10/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	175	Decreto Legislativo	CN	05/04/2010	06/04/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	1019	Ato	ORLE	06/02/2014	10/02/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332243/202-53	9579726	Ato	ORLE	19/12/2022	04/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 266.229.448-57											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULA BARRETO BUONO ADAMO	<a href="#">266.229.448-57</a>	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	<a href="#">03.852.438/0001-96</a>	Sócio	152100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:55:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.303.948-01											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLÁUDIA AMORIM	113.303.948-01	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Praia Grande
		LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Sócio	16900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:55:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.852.438/0001-96											
LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLÁUDIA AMORIM	113.303.948-01	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Praia Grande
		LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Sócio	16900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande
PAULA BARRETO BUONO ADAMO	266.229.448-57	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Sócio	152100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:55:22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Dados da consulta Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	03.852.438/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:56:37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Dados da consulta Consulta

## Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.

Nº FISTEL: 50406964181

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 03852438000196

Situação: Ativa

Data Validade: 05/12/2022

☒ CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Paulista 2.200 - 18º ANDAR - CONJUNTO 184 - CERQUEIRA CÉSAR

Bairro: Bela Vista

Município: São Paulo

CEP: 01310-300

UF: SP

End. Corresp.:

Bairro:








Município:

CEP:

UF:

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1550	0	2011	26/03/2011	R\$ 2.160,00	28/03/2011	2.160,00	2.160,00	0001  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - DOU	0,00
6530	0	2012	03/12/2012	R\$ 769.000,00	20/12/2012	939.935,85	769.000,00	0002  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - RJ	0,00
9888	0	2012		0,00	20/12/2012	170.935,85	0,00	0003  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Estornado	0,00
9888	0	2012		0,00	20/12/2012	170.935,85	170.935,85	0004  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Restituído	0,00
7241 - PPDUR	0	2014	25/03/2014	R\$ 200,00	13/02/2014	180,00	180,00	0005  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
					18/02/2014	20,00	20,00		Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	27/09/2014	R\$ 1.000,00	08/09/2014	1.000,00	1.000,00	0006  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	30/03/2015	330,00	330,00	0007  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	30/03/2015	50,00	50,00	0008  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1889	0	2015	11/06/2015	R\$ 5.083,16	30/03/2015	6.777,55	5.083,16	0009  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - DOU	0,00
9889	0	2015		0,00	30/03/2015	1.694,39	0,00	0010  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0011  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0012  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0013  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0014  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	27/03/2018	330,00	330,00	0015  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	27/03/2018	50,00	50,00	0016  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1889	0	2018	03/04/2018	R\$ 3.166,35	10/10/2018	3.283,83	3.283,83	0017  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
					31/10/2019	721,56	721,56		Quitado - RN - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	27/03/2019	330,00	330,00	0018  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	27/03/2019	50,00	50,00	0019  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	23/09/2020	365,97	358,35	0022  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	23/09/2020	55,45	54,30	0023  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

2018	0	2020	09/10/2020	R\$ 1.281,22	23/09/2020	1.281,22	1.281,22	 0024 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - DOU	0,00
9999	0	2020		0,00	23/09/2020	7,62	0,00	 0025 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Pago a Maior	0,00
9200	0	2020		0,00	23/09/2020	1,15	0,00	 0026 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	22/03/2021	330,00	330,00	 0027 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	22/03/2021	50,00	50,00	 0028 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	24/03/2022	330,00	330,00	 0029 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	24/03/2022	50,00	50,00	 0030 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	16/12/2022	R\$ 280,70	16/12/2022	280,70	280,70	 0031 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	12/03/2023	R\$ 2.000,00	13/02/2023	2.000,00	2.000,00	 0032 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	31/03/2023	330,00	330,00	 0033 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	31/03/2023	50,00	50,00	 0034 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
<b>Total devido em 21/07/2023 (em reais):</b>										0,00
<b>Total de créditos em 21/07/2023 (em reais):</b>										1.703,16

#### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2008  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
LP - Lançamento Parcelado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

Registro 1 até 32 de 32 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.</b>				CNPJ <b>03852438000196</b>	
Nº DA ESTAÇÃO <b>699579333</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>24° 01' 18.01" S</b>	LONGITUDE <b>46° 23' 46.00" W</b>	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Morro do Itaipú, nº S/N.</b>				DISTRITO	
BAIRRO <b>Praia do Forte</b>				MUNICÍPIO <b>Praia Grande</b>	UF <b>SP</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	31/03/2028				
LOCALIDADE PLANO BÁSICO:					
MUNICÍPIO:	Praia Grande	UF:	SP		
LOCALIDADE:					
FREQUÊNCIA:	100.3 MHz	CANAL:	261		
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	179.6		
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW630				
NOME FANTASIA:	KISS FM LITORAL	NUMPROCESSO:			
CIDADE DA OUTORGA:	Praia Grande				
ESTUDIO PRINCIPAL					
ENDEREÇO:	Tolentino Filgueiras	BAIRRO:	Gonzaga		
MUNICÍPIO:	Santos	UF:	SP		
NUMERO:	119	COMPLEMENTO:	Andar 8		
ESTUDIO AUXILIAR					
ENDEREÇO:					
MUNICÍPIO:	-	UF:			
NUMERO:		COMPLEMENTO:			
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal				
TIPO:	Diretivo				
TRANSMISSOR PRINCIPAL					
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	MODELO:	FM10000		
CÓDIGO:	005960300518	POTÊNCIA:	0.3 kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR					
FABRICANTE:		MODELO:			
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW		
TRANSMISSOR AUXILIAR 2					
FABRICANTE:		MODELO:			
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW		
ANTENA PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Teel Tele-Eletrônica Ltda	MODELO:	BECF-4L		
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.22 dBd		
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	330 graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	75 m	BEAM TILT:	5 graus		
ANTENA AUXILIAR					
FABRICANTE:		MODELO:			
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd		
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus		
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus		
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL					
FABRICANTE:	Radio Frequency Systems - RFS	MODELO:	LCF158-50JA-A0		
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR					
FABRICANTE:		MODELO:			
RDS					
Código PI:					

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 21/07/2023 13:47:14



Emitido Em  
14/02/2023

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIzNjNmNjhlOTA1ZTU1NA==>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.852.438/0001-96</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>05/06/2000</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>AV PAULISTA</b>	NÚMERO <b>2200</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR 5 CONJ 54</b>
----------------------------------	-----------------------	---------------------------------------

CEP <b>01.310-300</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BELA VISTA</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>	UF <b>SP</b>
--------------------------	--------------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABILIDADE@PADVOGADOS.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(11) 3016-5999/ (11) 3016-5987</b>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/10/2003</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/07/2023** às **14:00:04** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### ■ Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.852.438/0001-96 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova consulta](#)

[Avaliar](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.852.438/0001-96  
**Razão Social:** SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL SP LT  
**Endereço:** AV PAULISTA 2200 ANDAR 5 CONJ 54 / BELA VISTA / SAO PAULO / SP / 01310-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/07/2023 a 03/08/2023

**Certificação Número:** 2023070506520654447121

Informação obtida em 21/07/2023 14:01:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Certidão nº: 36327398/2023

Expedição: 21/07/2023, às 14:02:01

Validade: 17/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.852.438/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Data de Envio:  
07/08/2023 16:10:52

De:  
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:  
cgfm@mcom.gov.br

Assunto:  
Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:  
Processo nº: 53115.030210/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AG - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação do SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), executante do serviço de transmissão de frequência modulada, no município de Praia Grande/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outro processo administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 12865/2023/SEI-MCOM**

PROCESSO: 53115.030210/2022-15

INTERESSADO: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens para o Município de Praia Grande/SP, referente ao seguinte período: 05/12/2022 a 05/12/2032,

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes da Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1964.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, para a regularização do pedido, a qual deverá apresentar os seguintes documentos:

**RELATIVOS À ENTIDADE**

- 3.1. prova de regularidade perante a Fazenda federal, da sede da pessoa jurídica, atualizada, e
- 3.2. prova de regularidade relativa à seguridade social ;

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade interessada (trinta) dias contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 330, de 17 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Carla Emilia da Costa Ferreira, Assistente Técnico, em 07/08/2023, às 16:20 (hora oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código 11049614 e o código 04863DBA

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11049614



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22722/2023/MCOM

Brasília, 07 de agosto de 2023

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal do  
**SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ Nº 03.852.438/0001-96)**  
Avenida Paulista nº 2200 - Conjunto 54 - 5º andar - Bela Vista  
01.310-300 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.030210/2022-15**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 12865/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento deste Ministério das Comunicações, no prazo de 30 (trinta) dias contar da data do recebimento desta notificação.
2. A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:
  - [Protocolo Digital do MCom \(https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-a-comunicacoes\)](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-a-comunicacoes).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o perfil, solicite-o por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, para que o pleito seja analisado.
5. A não apresentação da documentação de modo adequado poderá ensejar a adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiana da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 07/08/2023, às 16:29 (hora oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **11049618** o código **9CBZ1BD**

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 12865/2023 (SUPER 11049614)

---

ReferênciaProcess o nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11049618

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França

Seg, 07/08/2023 16:51

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.030210/2022-15

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 7 de agosto de 2023 16:10**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.030210/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Praia Grande/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDowLWRkODJlNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAD31SCGCRSW...> 1/1

1e99c4c-155b-457b-8f42-c8dec481d31



Data de Envio:  
08/08/2023 11:45:56

De:  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mc

Para:  
EUCLIDESBIMBATTI@UOL.COM.BR  
rf.armando@hotmail.com  
claudiaaadam@uol.com.br  
napoleao.muniz@hotmail.com

Assunto:  
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.030210/2022-15

INTERESSADA: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministé

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrôn

Anexos:  
Oficio\_11049618.html  
Nota\_Tecnica\_11049614.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

# Cadastro para acesso ao SEI

## CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatório   Consultar   Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.852.438/0001-96

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.	03.852.438/0001-96	EUCLIDESBIMBATTI@UOL.COM.BR, f.f.fernando@napoleao.muniz@hotmail.com

10 ▾

1 / 1

Data de Envio:  
08/08/2023 11:48:54

De:  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:  
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

Assunto:  
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:  
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, foi encaminhada notificação à SIS LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ 03.852.438/0001-96), solicitando a complementação da instrução processual. Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Anexos:  
Nota\_Tecnica\_11049614.html  
Ofício\_11049618.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

## **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:**00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:**Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:**Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

### **I - RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, forneceu informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput* da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput* da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput* da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. [\(Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968\)](#)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto [no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explícitas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas ~~aperfeiçoadas~~ **aperfeiçoadas** quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão ~~sonora~~ **sonora empresarial (comercial)**. Portanto, a ~~análise~~ **não** se trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de ~~sonora~~ **sons e** ~~signais~~ **signais** assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência** pois os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art. 37 **caput** da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetitiva** e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação, constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da manifestação administrativa que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

#### **Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas União, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período de 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. A recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>111</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR**. Esse administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

### II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de tratar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contrato com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III - CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR**, o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos** da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** n° 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 31 / 03 / 08	
Página: 71	Seção: 3
ANOTADO POR: Rose	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 135 , DE 27 DE MARÇO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000743/2000, Concorrência nº 109/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HELIO COSTA





**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 169, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE MUNIZ FREIRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.028, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 170, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.141, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 171, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiapu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 961, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiapu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 172, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA HELENA DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 50, de 28 de fevereiro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 173, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIO-DIFUSÃO DE SÃO PEDRO DO AVAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avai, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 10 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avai para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuaçu - Vila São Pedro do Avai, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 174, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MORRINHOS - ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 6 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 175, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 135, de 27 de março de 2008, que outorga permissão à Linea Sat Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

**Presidência da República****DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA****MENSAGEM**

Nº 140, de 31 de março de 2010. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4354.

Nº 143, de 5 de abril de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

Nº 144, de 5 de abril de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Doutor RAUL ARAÚJO FILHO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Paulo Benjamin Fragozo Gallotti.

**CASA CIVIL**  
**COMITÊ GESTOR DA INFRA-ESTRUTURA**  
**DE CHAVES PÚBLICAS**  
**SECRETARIA EXECUTIVA****RESOLUÇÃO Nº 76, DE 31 DE MARÇO DE 2010**

APROVA A VERSÃO 2.0 DO DOCUMENTO VISÃO GERAL SOBRE ASSINATURAS DIGITAIS NA ICP-BRASIL (DOC-ICP-15).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL, no exercício do cargo de Coordenador do referido Comitê, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, V e VI do art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente; e

Considerando a necessidade de atualização técnica e melhoria do texto do DOC-ICP-15.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 2.0 do DOC-ICP-15, anexo a esta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

ANEXO

VISÃO GERAL SOBRE  
ASSINATURAS DIGITAIS NA ICP-BRASIL  
DOC-ICP-15

Versão 2.0

19.03.2010

**SUMÁRIO**

- 1 INTRODUÇÃO 3
- 2 MOTIVAÇÕES 4
- 3 TERMINOLOGIA 5
- 4 DEFINIÇÕES 6
- 5 DOCUMENTOS SOBRE ASSINATURA DIGITAL NA ICP-BRASIL 10
- 6 PRINCIPAIS CONCEITOS 12
  - 6.1 Assinatura digital x assinatura eletrônica 12
  - 6.2 Entidades envolvidas na assinatura digital 12
  - 6.3 Ciclo de vida de uma assinatura digital 13
  - 6.4 Padrões para assinatura digital 15
    - 6.4.1 CMS Advanced Electronic Signature 15
    - 6.4.2 XML-DSig Advanced Electronic Signature 17
  - 6.5 Perfis de assinatura digital 18
  - 6.6 Políticas de assinatura 18
  - 6.7 Relação entre os padrões internacionais e os documentos ICP-Brasil 19
  - 6.8 Documentos eletrônicos com mais de uma assinatura digital 20
  - 6.9 Assinaturas digitais em lote 21
  - 6.10 Formato do documento eletrônico 21
  - 6.11 Formato do arquivo gerado com a assinatura digital 21
  - 6.12 Referências temporais 21
  - 6.13 Registros de auditoria 23
  - 6.14 Documento original e cópia 24





CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A LINEA SAT  
COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE  
DE PRAIA GRANDE, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, a UNIÃO, representada pelo Ministro Interino de Estado das Comunicações, Cezar Alvarez, e a LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ n.º 03.852.438/0001-96, representada por sua Procuradora, Denise Maria Ayres de Abreu, RG/SP n.º 4.938.279-2, OAB/SP n.º 82574, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 135, de 27 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2008, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 175, 5 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2010, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à Linea Sat Comunicação Ltda., o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 109/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;





- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil e quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;



- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 384.500,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.





**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.



**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

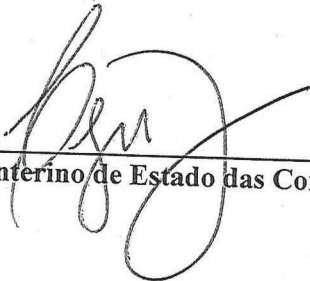
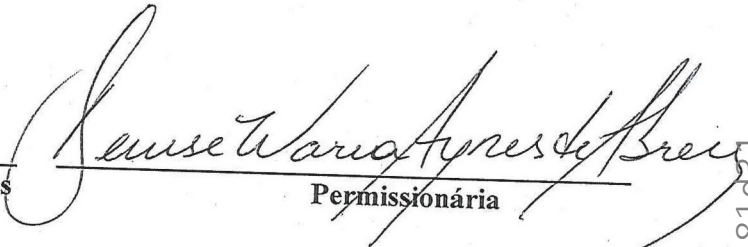

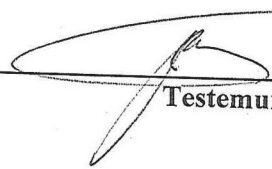
**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Este contrato somente esta sendo firmado em virtude de ordem judicial.

**Cláusula 21ª.** Uma via do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

 _____ Ministro Interino de Estado das Comunicações	 _____ Permissionária
 _____ Testemunha	 _____ Testemunha



JUCESP  
09 06 21

**Linea Sat Comunicação Ltda.**  
**CNPJ : 03.852.438/0001-96**  
**NIRE : 35.216.352.427**

**Instrumento Particular de Alteração Contratual.**  
**Terceira .**

**Sociedade Empresária.**

Os abaixo assinados , descritos e qualificados :

**Josseneide Santos Barbosa** , brasileira , solteira , maior , nascida em 13/06/1971, empresária , portadora do R.G nº 50.738.430-1 SSP/SP e do CPF nº 078.773.677-59, residente e domiciliada no Município de São Vicente , Estado de São Paulo na Alameda Ary Barroso nº 192 , apartamento 125 , Edifício Brisamar , Ilha Porchat , CEP : 11.320-400 ; e

**William Santos Pereira** , brasileiro , solteiro , maior , nascido em 07/05/1979 , empresário , portador da cédula R.G nº 9.281.166 SSP/BA e do CPF nº 006.556.025-69, residente e domiciliado no Município de São Vicente , Estado de São Paulo na Alameda Ary Barroso nº 192 , apartamento 125 , Edifício Brisamar , Ilha Porchat , CEP : 11.320-400.

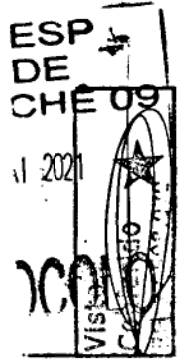
Únicos sócios quotistas detentores da totalidade do capital social da sociedade empresária limitada denominada **Línea Sat Comunicação Ltda** , sediada em São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 2.200 , escritório 54 , Bela Vista, CEP : 01310-30 , inscrita no CNPJ sob nº 03.852.438/0001-96 , com contrato social registrado na Junta Comercial do estado de São Paulo sob nº 35.216.352.427 (NIRE) em sessão de 05/06/2000.

Tem entre si justo e contratado , na melhor forma de direito , por livre e espontânea vontade , alterar o contrato social desta sociedade , conforme as cláusulas e condições a seguir descritas :

**Primeira – Alteração de Sócios.**  
**Cessão e transferência de quotas.**  
**Redistribuição do Quinhão de Capital Social.**

TRA

g



JUCESP  
DE  
CHE 07

BR 2021 ★

OCOLO

JUCESP  
DE  
CHE 13

JUN 2021 ★

OCOLO





JUCESP  
09 08 21



### I.1 —Retirada de Sócio:

O sócio **William Santos Pereira**, supra descrito e já qualificado, proprietário de 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentas) quotas, componentes do Capital Social, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real), totalizando sua participação societária, em moeda corrente nacional, R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos Reais), por sua livre e espontânea vontade e na melhor forma de direito, retira-se da sociedade, por este instrumento, cedendo e transferindo, em caráter oneroso, a totalidade destas quotas por seu valor nominal para **Tais Rothschild de Abreu Lilla**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 18/05/1980, comunicóloga, portadora da cédula de identidade R.G nº 26.780.041-1 SSP/SP emitida em 27/08/2012 e do CPF nº 279.767.838-90, domiciliada no município de São Paulo, estado de São Paulo na Avenida Paulista nº 2.200 – 15º andar – conjunto 151 – Bela Vista, CEP: 01310-300. Ora admitida na sociedade.

A sócia **Josseneide Santos Barbosa** declina de seu direito de preferencia para a aquisição das quotas de William Santos Pereira.

A sócia **Josseneide Santos Barbosa**, já qualificada, proprietária de 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentas) quotas, componentes do Capital Social, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real), totalizando sua participação societária, em moeda corrente nacional, R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos Reais), por sua livre e espontânea vontade e na melhor forma de direito, cede e transfere, em caráter oneroso, 82.810 (oitenta e dois mil, oitocentos e dez) quotas pelo valor nominal das mesmas R\$ 82.810,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e dez reais), remanescendo na sociedade com 1.690 (hum mil, seiscentos e noventa) quotas equivalentes a 1% (um por cento) de participação no Capital Social, para **Tais Rothschild de Abreu Lilla**, já qualificada.

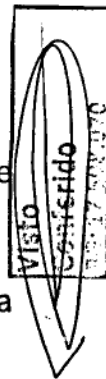
O cedente, retirante da sociedade e a cedente remanescente, declaram, por este ato, já haverem recebido em boa e corrente moeda nacional, o valor da cessão de suas quotas, conforme descrito acima, dando plena, geral, raza, irrevogável e irreatável

TRA

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



DUCE SP  
09 08 21



quitação , por este recebimento , para nada mais vir a reclamar , quanto ao presente feito , por si , seus herdeiros e , eventuais , sucessores.

Os cedente , a cessionários e a sociedade , dão-se , também , mutuamente plena quitação.

A cessionária declara ter pleno conhecimento do Ativo e Passivo da sociedade.

Assim sendo o " Caput " da cláusula 12ª do Contrato Social , passa a vigorar com a seguinte redação :

### Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 169.000,00 ( cento e sessenta e nove mil reais ) dividido em 169.000 ( cento e sessenta e nove mil ) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$	% Participação
Josseneide Santos Barbosa	1.690	1.690,00	1
Tais Rothschild de Abreu Lilla	167.310	167.310,00	99
TOTAL	169.000	169.000,00	100

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

### Segunda – Alterar a administração da sociedade.

A sociedade passa a ser administrada isoladamente pela sócia Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada de acordo com a nova redação da Clausula Décima Quarta do Contrato Social abaixo descrita:

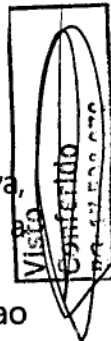
### Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla, já qualificada, que está dispensada de prestar caução.

TRA



JUCESP  
09 06 21



A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais, garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora poderá ter remuneração, se fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos, e sua investidura, nos cargos, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, somente poderá ocorrer, depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente

### **Terceira – Alterar a Denominação Social da Sociedade.**

Deliberam os quotistas alterar a Denominação Social da sociedade que passa a ser: **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.**, reformando a redação a cláusula primeira que passa a ser:

#### **Primeira - Denominação Social**

A denominação social da Sociedade é " **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** "

Em sequência, deliberam os sócios, unificar todas as cláusulas do Contrato Social da sociedade Línea Sat Comunicação Ltda, consolidando-o num só instrumento, já adaptado as posturas da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

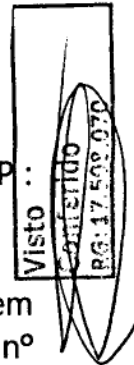
#### **Consolidação de Cláusulas do Contrato Social. Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.**

**Tais Rothschild de Abreu Lilla**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 18/05/1980, comunicóloga, portadora da cédula de identidade R.G nº 26.780.041-1 SSP/SP emitida em 27/08/2012 e do CPF nº 279.767.838-90, domiciliada no município de São Paulo, estado de São Paulo

TRA



JUCESP  
09 06 21



na Avenida Paulista n º 2.200 – 15 º andar – conjunto 151 – Bela Vista , CEP : 01310-300 ; e

**Josseneide Santos Barbosa** , brasileira , solteira , maior , nascida em 13/06/1971, empresária , portadora do R.G nº 50.738.430-1 SSP/SP e do CPF nº 078.773.677-59, residente e domiciliada no Município de São Vicente , Estado de São Paulo na Alameda Ary Barroso nº 192 , apartamento 125 , Edifício Brisamar , Ilha Porchat , CEP : 11.320-400.

Únicas sócias quotistas detentores da totalidade do capital social da sociedade empresária limitada denominada **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** , sediada em São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 2.200 , escritório 54 , Bela Vista, CEP : 01310-30 , inscrita no CNPJ sob nº 03.852.438/0001-96 , com contrato social registrado na Junta Comercial do estado de São Paulo sob nº 35.216.352.427 (NIRE) em sessão de 05/06/2000.

Deliberam pelo presente a Consolidação de Cláusulas do Contrato Social do Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda. Mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Primeira - Denominação Social**

A denominação social da Sociedade é "**Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** "

#### **Segunda- Finalidade.**

Executar serviços de radiodifusão em geral , quer de onda média , frequência modulada , sons e imagens ( televisão ) , onda curta e onda tropical , mediante autorização do Poder Concedente , na forma da Lei e da Legislação vigente.

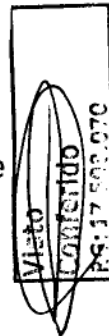
#### **Terceira - Objetivo Social**

O objetivo social da empresa , de acordo com o artigo 3 º do Decreto n º 52.795, de 31/10/1963 , que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será: a divulgação de programas de caráter educativo , cultural e recreativo,

TRA



JUCESP  
09 06 21



promovendo ao mesmo tempo , a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

#### **Quarta - Sede Social e Domicílio Legal**

A empresa tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 2.200 , escritório 54 , Bela Vista, CEP : 01310-300

**Parágrafo Único :** Poderá manter. Filiais em qualquer ponto do território nacional e do exterior respeitadas a legislação vigente.

#### **Quinta – Prazo e Início das Atividades.**

A sociedade iniciou suas atividades em 02 de Maio de 2.000 , e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução , serão observados os dispositivos da Lei.

#### **Sexta – Alterações Contratuais.**

A Sociedade se compromete , por seus diretores e sócios , a notificar nos termos da Legislação Vigente as alterações contratuais , dentre aquelas exigidas em Lei, ao Poder Concedente , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

#### **Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.**

As quotas representantes do capital social ,em sua maioria, pertencerão ,sempre, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos .

#### **Oitava – Quadro Societário.**

Poderão fazer parte da Sociedade , pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, estas , desde que tenham sede no Brasil e sejam constituídas sob as leis brasileiras, com participação de até 30% ( trinta por cento ) do Capital Social , sem direito a voto .

#### **Nona – Subordinação Legislativa.**

TRA





**Visto**  
**Contenido**

**Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.**

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos.

A sociedade não poderá executar serviços , nem deter concessões ou permissões , de radiodifusão sonora no País , além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei n.º 236 de 28 de Fevereiro de 1967.

O Capital Social é de R\$ 169.000,00 ( cento e sessenta e nove mil reais ) dividido em 169.000 ( cento e sessenta e nove mil ) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

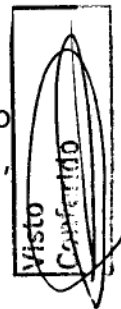
Sócio	Quotas	Valor – R\$	% Participação
Tais Rothschild de Abreu Lilla	167.310	167.310,00	99
Josseneide Santos Barbosa	1.690	1.690,00	1
<b>TOTAL</b>	<b>169.000</b>	<b>169.000,00</b>	<b>100</b>

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

TRA



JUCESP  
09 06 21



Parágrafo Único: Nos termos do artigo 1.052 da Lei n ° 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas , mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.**

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

#### **Décima Quarta – Administração da Sociedade.**

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla, já qualificada, que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora poderá ter remuneração, se esta for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de

TRA



JUCESP  
09 08 21

radiodifusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente

#### **Décima Quinta - Exercício Social .**

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro. No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

#### **Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.**

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios , nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social , e para esse fim , o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

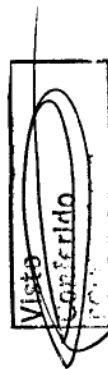
No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

**Parágrafo único :** Os sócios detentores da maioria do Capital Social , assim entendido , participação societária de 75% ( setenta e cinco por cento ) do capital social , ou mais , poderão excluir os demais na hipótese de qualquer dos sócios colocar em risco a continuidade da sociedade, pela prática de atos ou omissões de inegável gravidade, ou ainda vir a prejudicar a reputação da sociedade em razão de protesto, bem como processo de cobrança por conta de dívida de caráter particular ou decorrente de atividade praticada em outra empresa através de simples alteração contratual após deliberação em reunião, assegurado o exercício de defesa no prazo de convocação e durante a reunião

#### **Décima Sétima – Apuração de Haveres.**

Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes. Os eventuais herdeiros , ou representantes legais do sócio falecido , ou interdito , somente poderão participar do Capital Social com a concordância dos sócios remanescentes .

TRA

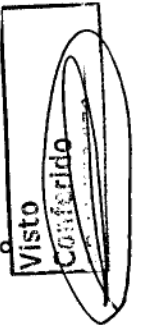


1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Visto

DUCE SP  
09 06 21



#### **Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.**

A sociedade de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , não implantará Conselho Fiscal.

#### **Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.**

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações , demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

#### **Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.**

##### Remuneração dos Administradores.

Os administradores poderão ter direito a remuneração , à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

##### Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

TRA



9230UC  
12 80 80



SEM VALOR DE CERTIDÃO


1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Agência de Regulação de Telecomunicações

ANATEL

Sistemas Interativos

Menu Principal

23456725428697;<42 2=697;<42

222

222

22>?@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

PQRSTUVTWSXYZ^2=_`a											
Wbcd^2efghijkfhleeemnop											
qrqPstuTvsTWwtxbrWuWuwTyrPwzuyTqxyTvsTquwTcuxywTyPvu											
bwts	Wbcd{Wc	sbPrvuvs tW	Wbcd	Wuz}w	~\U WS Y	cuzP wb	cuzP cb	qszrwq Prcw x  txbrWrcrw			
a_3 -	ehafqpn io	23 =_== 2 322` 3	efghijkfhleeemn op	86	mpoe	eee	eee		nn	` `44	2495
=3 32	jogpghfhn oe	23 =_== 2 322` 3	efghijkfhleeemn op	86	mpfme	eee	eee		nn	` `44	2495
		23 =_== 2 322` 3	efghijkfhleeemn op	3<6 3_3	e	nn	nn		nn	` `44	2495


XYZQS^T ;T¢TWuzyuT|u£rubsTvuTWwqPuT|szzsruTTTTTTTTTvj|j^Tα{ααTTTTTTTTTT¥S]^T¡¡^

T

T

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31





ANATEL

Sistemas Interativos

Menu Principal

222'697.;<472>47 2222 XTYZT\RV^VTUc^JR^RS^μTUWUXT\ISTZ2 μf

23456725428697.;<42 2=>7.;<4562

222

22@ABCDEFG?@HI@BJKL@GMFGNAEJMFMOPPP

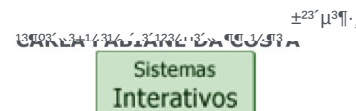
QRSTUUVWUXTYZ\]^_`ab											
Xcd_2efghffihjffklm											
nopq	XncrsXcd	qnQtuvuq pX	Xncr	Xvwxo	y]Vz XT]^Z	cwvQz on	cwvQz cn	{qw t}o{ Qtco	~d p~ntXtcto		
32 =	<u>efghffihjffk</u> <u>lm</u>	23 ... =2 322a 3	<u>eihgfhigeeek</u> <u>mi</u>	86	jme eee eee			b	kk	a a442495>	

~Z[RT\_UUUXvwvUdv tvnqUuvUXo{QvUdqwwqtwwUUUUUUUUUUu^]^-U\_issijUUUUUUUUUUU\$T^\_U\_£\_ji

U

U

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



2097::<472>47 2098:KTYZTIRV^VTUC^EIRÀRS^ÁÂTUWUXTÃŠFZRAAT24:542

23456725428697::<42 2=>7::<4562

222

22 @@ABCDEFGH?@HI@BJKL@GMFGNAEJMFMOPPP

QRSTUVWXYZ[]^_2`ab											
Xcd_2efghfihjkjlgm											
nopq	XncrsXcd	qnQtuvuqUpX	Xncr	Xvwxo	y]VzXTJ^Z	cvwQzon	cvwQzcn	{qw t}o{ Qtco	~d p~ntXtcto		
= <sup>3</sup> 32=	efghfihjkjlgm	b3` ` 3`2 `=23	<a href="#">mhfhiiimmmlkf</a>	3><6 `=	m	ll	ll	3	ll	a	b498786 64<6
		b3` ` 3`2 `=23	<a href="#">mhfhiiimmmlkf</a>	3><6 `=	m	ll	ll	b	ll	a	:4
		23 ` =2232 a23	<a href="#">mkhjehkjmmlgi</a>	3><6 3=3=	m	ll	ll	b	ll	a a	442495>
		b2b =33b 3	<a href="#">ijhfhfemmmlfe</a>	3><62`l 3=3=	m	ll	ll	b	ll	a `	676;7
		23 ` 3	<a href="#">ghffhemmmml_e</a>	3><6 3=3=	m	ll	ll	b	ll	a	:
		2b2= 23 ` 3	<a href="#">kmhkehijmmmlke</a>	3><6 3=3=	m	ll	ll	b	ll	=	6269 4;6
		b3` ` 3`2 `=23	<a href="#">mhfhiiimmmlkf</a>	3><6 `=	m	ll	ll		ll	a	b498786 64<6
		a=2=32a 23	<a href="#">ghkfhmmmlmi</a>	86	emmm	mmmj	mmmj	b	ll	a	62`4><496 562;;
		=32`33 =23	<a href="#">mhfhekmmml_i</a>	86	mmmm	mmmj	mmmj	b	ll	a	62a4;;6
		23 ` =2232 a23	<a href="#">mkhjehkjmmlgi</a>	86	ifkm	mmmj	mmmj	b	ll	a a	442495>
		b2b =33b 3	<a href="#">ijhfhfemmmlfe</a>	86	e	mmmj	mmmj	b	ll	a `	676;7
		23 ` 3	<a href="#">ghffhemmmml_e</a>	86	ggmm	mmmj	mmmj	b	ll	a	:
		2b2= 23 ` 3	<a href="#">kmhkehijmmmlke</a>	86	kikme	mmmj	mmmj	b	ll	=	6269 4;6
a=2=32a 23	<a href="#">ghkfhmmmlmi</a>	86	emmm	mmmj	mmmj		48694;a		62`4><496 562;;		

~Z[¢ERT\_Uα¥||\$¥||"©ªU«UXw~vUdvtvngUuvUXofQvUdqwwgtwvUUUUUUUUUUUu^] ^\_U@¥s;"s@!®\$UUUUUUUUUUU~T£^\_U"ª\_!°\_°®



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\*+\*&,"-!"2(\*//20!!0(\*//!2,\*&!(!2!+!(1\*1!\*&(!(\*/\*!!)!(!/\*!2&,\*""

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



CARLA TABARELLA COSTA  
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

¢£¤==¥2||2=697.;<472\$vw42||2 YUZ[U]SW\_WUVe\_|^S`ST\_©^UVXVYU«TU»S«B 2220:2 224~:542

23456725428697.;<42	2=697.;<42
---------------------	------------

222

22>?@ABCDEFGHIJKLM?FNEFO@DINENPF@EAFOQKHPAEA

RSTUVWXYVYZ[\]^_`2=abc
Ydef 2ghijklmjhjngggopqr

i as62t6u2v9869<w456254567286x2v7742u9t6wx4ys6
---

z[\{SU`Vj~~VVYVdVVYRVVVVVVVVVVV^\_`V~VVVVVVVVVVU|\_`V`

V  
V

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





,-./012345-67/08741-419:0/3;41-4.-,-0/7;471<050;/.717;  
=->74757/->

5?@AB ;0;/-<741-4,3<C50,7,734>0/3.7>4;C>41-4;734=7C>34>/17

,5=DB EFGHIJGKFHLEEMNOP

QQQQQQQQRSTUVWXYZ\Q]^SQ\_[QX[\_\UYZaQYUbQSIUYQcYUYaQdS\_ce\_XVYIQSZQ\IS^Q\_[ZSaQTSfYUVgYIQhIQTSXSVUYI  
YcZV\_\VUTYcYIQdSfYQi\_YUSfaQTS\YfgYc[Q[QcVTSVU[QcSIUYQYje\_XVYQcSQX[kTYTQ]^YV]^STQclgVcYIQcSQTSld[\_\YkVfVcYcS  
c[QX[\_UTVk^V\_USQYXVZYQ]^SQgVSTSZQYQ\STQYd^TYcY\m

QQQQQQQQQn\UYQXSTUVC[QTSWSTS\SQSpXf^VgYZS\_USQhQ\VU^Yq`[Qc[QX[\_UTVk^V\_USQ\_[QrZkVU[QcSIUYQYje\_XVYaq\_[  
X[\_\UVU^V\_c[aQd[TQX[\_\Sj^V\_USaQdT[gYQcSQV\_Sp\Ue\_XVYQcSQcbkVU[\QV\_\XTVU[IQSZQslgVcYQiUVgYQcYQt\_V`[a  
YcZV\_\VUTYc\IQdSfYQUT[X^TYc[TVYQvSTYfQcYQwYxS\_cYQyYXV[\_Yfm

QQQQQQQQQnZVUVCYQH\Qz{}}~|Qc[QcVYQ}z}~Q[TYQSQcYUYQcSQTY\IfVYm

QQQQQQQQQfVcYQYUbQ}}~m

QQQQQQQQ

QQQQQQQQRSTUVC[QSpdScVcYQjTYU^VUYZS\_USm



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\$2.2'"%&4'()&)\*\$+  
<https://infoleg.br/legis/assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



&'()\*+,-./,0+12.)23.4+,+5-\*167829)\*1:  
 9)\*/,0+129)\*1.2.)2;:,1,<14),-82=\*614),-82)2>+,1,615  
 9)\*/,0+12.)23\*\*)01.1678

?@ABCDEFAEBG HIJKIFLIM?INOFPIFHQRSIFLOJJO?JI

PTUTVWEBTG XYZV[VXZXIF][GZ^G\\_

ab-\*1-82.)2c1,614),-85

NE@CFdTF0eUfdTdcG ghgijkl`mj`nokpqhnlno`rhioslr`gpr`mj`glo`lpro`riml

NuFL?RSOKG vwxwxyzx[{}{

RCB}f~EG ``s`g``k

HNVHLG wlvx[www{zy

RfUT~EG I

PTUTFTfdTdcG

[+FHIP?NG q

?ejfdCFL¢RSG

PTUTF?e£j£EFQACBT~EFHE@CBj£TG

Pfj£FIUfjTG q

SfAEF¢D¥BfEG

h|

[+F¢LG gt

BEj£FHTdjfdTdcG q

Oed£FRCdCG l`t``s`

MTfBBEG ``©

£efj£AfEG g`t

HOG

¢LG gt

Oed£FHEBB¢DA£G

MTfBBEG

£efj£AfEG

HOG

¢LG

HB«dfUEDF?eDjBfUEDFeEFHIP?N

qj~`n``nlmhq`@`q``

JCjCfUT	ODU£ V JC£°£V TBj£	leE	PTUT Ce£f@CeUE	TEB QBf£feT	PTUTFdE T£T@CeUE	TEB T£E	TEB ¢Uff²TdE	RC³£	RfUT~E	TEB P«£fUEVHB«dfUE µJ¶.
~~~~				S¹`° ,» ¼		° ,»	° ,»		½``mop	»
~~~~,			S¹`¾,£°»	££°£»¼¾¾,£°»					½``sA	»
~~~~£¼¼¼¼				»	¾°£»¼		»		j	»
~~~~£¼¼¼¼				»	¾°£»¼ ¾°£»¼Á				sÁ	»
~~~~¾Á` ttmps		Á Á		S¹`» Á		¼»	¼»			
					¼ Á	»	»		½	»
~~~~¼¾¾,``ih		Á ¾£ Á		S¹` °» ¼£ Á		°»	°»,		½	»
~~~~£``i				S¹`»		»	» ¾		½	»
~~~~Á` nst				S¹`»		»	» ¼		½	»
~~~~¼¼¼£				S¹`°¼» ,		,°¾¾¾¾¾»	°¼» ,£		½``mop	»
~~~~£¼¼¼£				»		°,£Á»£	»		t¶``k	»
~~~~£``i		, ,		S¹`» ,		»	»		½	»
~~~~Á` nst		, ,		S¹`» ,		»	»		½	»
~~~~£``i		¾ ¾		S¹`» ¾		»	»		½	»
~~~~Á` nst		¾ ¾		S¹`» ¾		»	» Á		½	»
~~~~£``i		¼ ¼		S¹`» ¾ ¼		»	»		½	»
~~~~Á` nst		¼ ¼		S¹`» ¾ ¼		»	» ,		½	»
~~~~¼¼¼£		¼ Á ¼		S¹`° ,» ¼		°¼»¼	°¼»¼ ¾			
				£		¾ » ,	¾ » ,		½``sq``mop	»
~~~~£``i		£ £		S¹`» ¾ £		»	» ¼		½	»
~~~~Á` nst		£ £		S¹`» ¾ £		»	» £		½	»
~~~~£``i		¼		S¹`» £		,»£¾	¼»		½	»
		¼		S¹`» £		»Á	Á»		½	»



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

? !"# \$ %  
<http://www.foleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

&&&&')*	(	'('(+),('('	-.&)/*)0" '1,(+,'('	)/*)0"	)/*)0" (('2	3456789&.<=<=	(0((
&&&&++++	(	'('	(0(( '1,(+,'('	>0?"	(0(( (('@	A7B9&7&C759D	(0((
&&&&+)((	(	'('	(0(( '1,(+,'('	)0)@	(0(( (('?	A7B9&7&C759D	(0((
&&&&1'+&:EFF)	'('	1),(1,('	-.&11(0(( ",(1,('	11(0((	11(0(( (('>	3456789	(0((
&&&&2'((&: GF-A	)	'('	1),(1,('	-.&@0(( ",(1,('	@0((	@0(( (('*	3456789
&&&&1'+&:EFF)	'("	1),(1,("	-.&11(0(( '2,(1,("	11(0((	11(0(( (('+	3456789	(0((
&&&&2'((&: GF-A	)	'("	1),(1,("	-.&@0(( '2,(1,("	@0((	@0(( (('1	3456789
&&&&2'>'2&: AA;=-	)	'("	)?),'("	-.&*0>('?),'("	*0>('	*0>((1	3456789
&&&&*>??&:EFH	'('	1),(1	-.&'(((0(( '1,('1	'/(((0((	'/(((0(( (('1	3456789	(0((
&&&&1'+&:EFF)	'('	1),(1	-.&11(0(( '1),(1	11(0((	11(0(( (('11	3456789	(0((
&&&&2'((&: GF-A	)	'('	1),(1	-.&@0(( '1),(1	@0((	@0(( (('12	3456789

IJKLMNOPQROJNPSNTUVWXVTWTYNZPSN[PLR]^ (0((

IJKLMNOPN\_['ORKJNPSNTUVWXVTWTYNZPSN[PLR]^ )/&gt;(10)?

aPbPcOLNOJNdLSeJnFRKgLhiJ

&amp;-Gj&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;r8n5l5q6D765s9&amp;tG9n&amp;juo569&amp;v4qwolq5s9x

&amp;-vj&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;r8n5l5q6D765s9&amp;tvon&amp;juo569&amp;v4qwolq5s9x

&amp;-EG&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-oq6D5my9&amp;Eonw9DzD57&amp;8o&amp;G9{D7lm7

&amp;Gj&amp;-os9B789&amp;:&amp;juo569&amp;v4qwolq5s9&amp;-os9B789

&amp;-l&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;|485p57}

&amp;-~&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;|oloB789

&amp;:&lt;=&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;767&amp;8o&amp;A4{5p7my9&amp;l9&amp;5zD59&amp;&lt;u5p57}&amp;87&amp;=&amp;l5y9

&amp;G&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;HlqpD569&amp;l9&amp;Gr;H~

&amp;:r&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;HlqpD569&amp;l7&amp;s587&amp;r65s7

&amp;j&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;on&amp;jop4my9&amp;|485p57}

&amp;vj&amp;:&amp;v4qwolq7&amp;7&amp;o5B5{5}5878o&amp;w9D&amp;u9Dm7&amp;89&amp;Con&amp;'&gt;1,-FFGF,-FFG0&amp;8o&amp;(\*,'((&gt;0&amp;;opDo69&amp;l&amp;@/'('((2&amp;o&amp;;op5qy9&amp;G;&amp;2)(&amp;Do4l5y90&amp;)',+,'((?

&amp;C&lt;=&amp;:&amp;C4}67&amp;8o&amp;&lt;up59

&amp;k&lt;=&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;8o&amp;&lt;up59

&amp;A&amp;:&amp;A7Dpo}7nol69&amp;k7lm7nol69&amp;A7Dpo}789

&amp;Ar&amp;:&amp;A7Dpo}7nol69&amp;A7Dpo}7

&amp;F&amp;:&amp;oloup59&amp;F5qp7}



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://wfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Agência Nacional de Telecomunicações

qrstusvwxx

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

f

)-\$(DEFGHIJFMJLMNMGOKJ | &)\$ \$ ( | '). (h.1(

456789.;<=>?9;<@?<A?B?C.;

DEFGHIJFKJLMNM	GOKPQIJRFMSO	GTGNKFI	LMNMGOK
051U	UUUU	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$	
0553	UUUZ	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$ \$(Y) &+)+&(1(	
0550	UU50	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$ (\$\-&\$	
0551	U551	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$ \$(Y) &+)+&(1( (\$\-&\$	
0993	U993	.-\$(\&\$()&(-1(+ '.)&+(Y[	
0990	U990	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ 1 ]	
0991	U991	.-\$(% +.%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y (\$\-&\$^&(-&	
0999	U999	.-\$(% )_(Y `)(\$- .\$*(1	
0943	U943	.-\$(% )_(Y `'(1&\$&_&+(Y a ' - *(Y	
0443	U443	.-\$(% )_(Y `*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_.	
0440	U440	.-\$(% )_(Y `*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_ . ')&\$b&(	
0444	U444	.-\$( )\$(\$(-% +.%&)'\$ 1 1&\$(-c	
0333	UU39	.-\$( )\$(\$(-' .\$&X(Y	
0333	U033	.-\$( )\$(\$(-' .\$*(1	
0323	U323	.-\$(% )_(Y (	
0203	UZ03	+.%&)'\$ 1 ]0	
0213	UZ13	+.%&)'\$ 1(*.-(Y 1)\$+ )V	
0253	UZ53	+.%&)'\$ 1(*.-(Y 1.'Y	
02d3	UZd3	+.%&)'\$ 1(1'&,&*(Y[10.-&1(1	
0293	UZ93	.-\$(% +.%&)'\$ )\$(\$Y 1 (\$\-&\$	
0290	UZ90	.-\$(% +.%&)'\$ ]\$(\$Y 1 (\$\-&\$	
0291	UZ91	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ , &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$\-&\$	
0295	UZ95	.-\$(% +.%&)'\$ `*&-(Y 1e% & )\$.(	
029d	UZ9d	.-\$(% +.%&)'\$ 11&1((.\$-(	
0299	UZ99	.-\$(+ )\$1(&*(Y[1 ]f	
0294	UZ94	.-\$(+ )\$1(&*(Y[1 Wf	
0293	UZ93	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ 1 W	
029Z	UZ9Z	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ ,g( +( &	
029U	UZ9U	.-\$(% ]h.iX `.%&\$Y	
02Z3	UZZ3	)&\$ (')\$ 1 W	
02Z0	UZZ0	.-\$(% +.%&)'\$ 1,&*(Y 1&\$(-_j)&+(	
02Z9	UZZ9	.-\$(% (&_(Y )+ \$(	
02Z4	UZZ4	.-\$(% )()_ '(Y[]\$1(%-( )+& )b&(&()1 (h.\$1(&_(	
02Z3	UZZ3	.-\$(% *.-&(1(1)( ' +&(-&X(Y 1 W	
02ZU	UZZU	.-\$(% )_(Y[+)&+((1& 1&_ . \$*(1(	
02U3	U991	.-\$(% +.%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y -&\$ ` V%- (Y 1 (\$\-&\$	
02U0	UU39	.-\$(% +.%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y 1(1& _k.l)+&(	
0093	UU93	e f	
130Z	U30Z	.-\$(\&\$()&(-1+ '.)&+(Y[	
101U	U01U	ee	
10d9	U0d9	f2mf ee	
1430	U555	+&\$1.\$*(1 &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$\-&\$^&(-&	
1431	U431	]Y 1( V+.Y 1 &Y l+)&+	
14Z3	U4Z3	a ' - *(Y 1&\$&_&+(Y 1 )_ ' &1(1	
14Z1	U4Z1	a ' - *(Y 1+-(Y 1 )_ ' &1(1	
14Zd	U4Zd	) (Y 1a ' - *(Y	
5333	U330	()Y(')\$ '%-)'\$1.-\$( (\$n&(	
5330	U331	()Y(')\$ '%-)'\$!( ( +&)'\$ 1&*(Y[-_j)&+(	
5933	U933	f2mf	
d033	U000	Wf +-(Y % )\$o)(	
d030	U030	Wf ()Y(')\$ 1 _i+&	
d031	U031	Wf )\$+ )V	
d035	U030	Wf ()Y(')\$ 1 _i+&	
d039	U039	Wf .-\$1 _i+&	
d133	U133	)\$&.,&Y ]((W ')\$ 1((1& 1&_ . ]p.-&+(	
d130	U130	W] \$(Y) &+)+&(1(	
9513	U513	-.*-1'n&f,() .(&	
9553	U553	-.Y 1 (-b& V+i+& )\$	
9550	U550	-.Y 1e,('.)(\$n&(	
95d3	U5d3	(+&)'\$ &*(Y[-_j)&+(	
95d0	U5d0	&Y 1'&)&\$(\$&	
95d1	U5d1	-.Y 1&b&( V+i+&	
	U5d5	.-\$( , )\$ \$ 1^ ) &Y	
	U5dd	&_ )Y1(&_ \((	



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

9549	5549	16 2-.*&
9544	5544	(+&)'\$ 17(*)'\$ 1&1
9543	5544	.\$ (+&)'\$ 8\$(\$.)\$9
954:	5543	.\$ (+&)'\$ 8;()+ ;(&- 29
9545	5545	.\$(+&\$' ,&-&<&(&
9593	5593	7(+-' )\$ =\$(> .1&+&(-
9590	5590	? ) <& 1 +(\$@+&
9591	5591	.-\$( '& )\$A&(%- +.'%&)'\$ 1' 1>.\$1 )1.\$(
9595	5595	7(+-' )\$ =\$( 1&)<& 1B,&\$ )+&\$ '@&1(\$&(&
9594	5594	.\$ &C
9599	5599	7(+-' )\$ =\$( 1&)<&
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
9593	5593	7(+-' )\$ 1B,&\$ ) &..\$<& '@&1(\$&(E7@&1(\$&(&
959:	559:	7(+-' )\$ 1'\$&\$&(\$&
9595	5595	7(+-' )\$ 1B,&\$ ) &..\$<& E71'\$&)&\$(\$&
9543	5533	'& 1\$&D&+(1
9533	5533	'& 1&+)C('D(\$ *(1 1(F
95:3	5503	*)1(G&(1 +.)\$
9553	5553	%A&\$ 1+&
9433	5433	.-\$(%- \$ \$)(\$A& ( =+@+& 1(H.&1&C
9434	5434	+&\$ (1 *. 1+ )\$1()1)&I(C 1 *
9439	5439	%A&\$ %(((\$A& ( F.)1 1&&\$ &D.
9:4:	5:4:	.-\$(7+.)&<& ( .,\$&\$.\$&(17)(7&(\$&(1&,1(1
4914	5914	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$8!5:4213349
4913	5913	.\$ *(1 &C 1-+ '.)&+(CK8 1&\$(-9
491:	591:	.\$ *(1.\$ &I(C 16 1;- + 1(1& DLMN)+&(&
4915	5915	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1-+ '.)&+(CK8!5:4213349
4953	5:::	.\$ *(1 &C 1(1& 1&D. ) (1 )'(*
4950	5950	#(')'\$ 7J,-&+
4951	5551	.\$ *(1.\$ &I(C %((6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 9
4955	5955	.\$ *(1.\$ &I(C %((. 1((1& DL.N)+&(1!933?!(1!413?!I
4954	5954	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48493?!169?!9
4959	5959	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48333?!9
4954	5954	+&\$ %(-.\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(06:?!169?!I
4953	5953	+&\$ %(-.\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(065?!169?!I
495:	595:	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4955	5955	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1-+ '.)&+(CK
4943	5943	7C 7J,-&+ %- ( )DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4940	5940	7C 7J,-&+ %- ( )DN)+&(1 )+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1-+ '.)&+(CK
3140	5444	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(8!5:3213349
3141	5449	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(&
3144	5144	7C 7J,-&+ %- ( )DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$8!5:4213349
3149	5111	7C 7J,-&+ ( )DN)+&(1 )+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1-+ '.)&+(CK8!5:4213349
3144	5144	7C 7,-&+ -(\$& O1'&)&\$(C 1 +. 1.'(C
3143	5143	+-(C 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 )\$(\$ 1 )+ F
314:	514:	()C(')\$ 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 )\$(\$ 1 )+ F
3145	5145	+-(C 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3193	5193	()C(')\$ 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3190	5190	+-(C 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
3191	5191	()C(')\$ 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
:344	5333	(=(1F&+(-&I(C 1)\$(-C
:343	553:	(=(1F&+(-&I(C 1)\$(-C (\$B-&\$
::30	5:30	(.C
::34	5:34	(+&)'\$ 1%(+ 'A%&(&
::34	5:34	+.% (C 1%(1 =+@+& )\$& F )\$
::33	5:33	+A1 68+.% (C %! =+!)\$& 9
::3:	5:3:	-.C 1 .%&)'\$ 1F.)1 =+@+&
::35	5:35	.\$()1)&I(CK
::03	5:00	+.% (C 1%(1 =+@+& )\$&
::01	5:01	-.C )N)& =+@+&
::09	5:09	(+&)'\$ 1%(B1&+(&
::54	5:54	\$&\$.&C 1+. 1 )N)& =+!)\$&
::43	5:43	.\$()1)&I(CK
:::	54::	)-.(C 1%) =+@+&

QRSTUQVWXYXQQZ[XZ\QQQQ]\L'UQ\^YSTQ

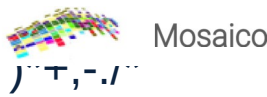


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

S2&amp;\*+2(-(-2+&amp;\$ (2 ).-\$!(%/ 0'1.- 25340

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





01234561 ▾

7 89:23;

<=2923;=>6=;6?@12;91 = <=A=BC =   <input type="checkbox"/> BC   =D =E2F3:@G3;± H =l@:2;3;						
JKLMN	OPQPRN S	TUVW S	XYPZ[Q]M S	UR\ ZNPm^ S	TQ_QPM_ S	]ZYQ^Z[Q
8@1F3:@G3;=6u=vwI ▾	<input type="checkbox"/> X	lyAz{= z3}3:=-@6}@3>9	CB{CCC<	~0E=E=zyzEzE=-wE BC{C{<<	v	z9u6;@3:



8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8			3			47 3 1		
!"#\$%&'()*+,-./:;0*0,0),-1,0-0*,								
!2#%&#3#(								
4 5 6% ( 7889 ;8<===			\$>#5( 843727 3 1?@3 A8B3 8C8C6					
DEF( ;CGHC:GI;;8<=			J K!"!2'3& 5( ;8G8					
4'L!M3NOK( , 167A3 3			4'L!4#P#( 41B632					
Q#&#!"R%&K#&( ;8H!H;8H			S KT'U( H;; < 03 78 7V8 )8863 1 W61XVY73					
D#K#& K( 167Z678			[R#5! 3L R!6'R(					
]" (			D#& ^K'#!"#\$3&#U_( 1677@32					
`#5a!2( :8!;!H;HG								
bc3 KT#Ud 3( 8 -C 0)-0.ef- 1 ,/*0 H;;l==g,48 ;8:h 1 ;!;H;;=h )V@1 1V 8 11748 8 ,48 i C;Hh 1 HI8;H;;GC								

1618			)1 1		
[^K#"NK( ,A17 3 13V2743			DL5 %&( i 3 36		
j#"KK( k123 l743			N K( HH;;		
mN%"R!L'( )8 13V28			M2( )1 D\$E( ;8:8;;		

1618			8 *63786		
[^K#"NK( +8668 8 437@n			DL5 %&(		
j#"KK( 16373 8 W8641			N K( )//		
mN%"R!L'( 16373 o63 1			M2( )1 D\$E( 88H=G==		

1618			8 4n 78 1677@32		
[^K#"NK( *821478 W72BV1763			DL5 %&( ,36 G		
j#"KK( o8p3B3			N K( 88=		
mN%"R!L'( )348			M2( )1 D\$E( 88;;8		

1618			8 4n 78 ,Vq72736		
[^K#"NK(			DL5 %&(		
j#"KK(			N K(		
mN%"R!L'( <			M2( )1 D\$E(		

8631 8 1238 k378

08327p38		
mN%"R!L'( 16373 o63 1		M2( )1

136r1468			*s78		
D#%#5( HH		2K tNu%R'#( 8;;C: +vp	D5#33 ( k8		\$J!mOP'#(;CG;Gwx
yDz(		E#K # %&(	Q R#5#^ (		2#3 ( H

8631 3 438

8631			o1637		
J K!"#\$3&#U_( ===::			J K!z%""R#&T( {!x;;		
Q#&#!}5&!"R %R' # %&( 8!;H!H;H:			J K!"#R %U#( ;;C;;8H!H;H:<88		



p74q73 86 63 732													
de	"," fe	"," gde	"%gfe	"%hde	"%hfe	"%ide	","ide	","ide	","ide	","ide	","ide	","ide	","ide
kde	" + kfe	" + lde	","kfe	","nde	","mfe	"%nde	"%gfe	","gde	"%3 gde	","ggde	"%3 ggfe	"%2	
ghde	"% ghfe	"% gide	"%, gife	"%" gjde	"%" gjfe	"	gfde	","%\$ gffe	" gkde	"%" gkfe	"%" glde	"%, glfe	"%,
gmde	"% gmfe	"% gnde	"%+ gnfe	"%2 hdde	"%3 hdfde	","	hgde	","% hgfe	","; hhde	","; hhfe	","; hide	",";+ hife	",";+



led93c4c-1e56-457b-8142-c8dec481d31

!	"	"								#	#
---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	---	---

\$%43&'8 ()*72736											
+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;,<2						=2/;>2 \$?)7@3,148			'8 1A8463 8		
B8CD0E8;<:						F2<G;E083/:3H7:D8IJ2			KL		

+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;,<2						=2/;>2 \$?)7@3,148			'8 1A8463 8		
B8CD0E8;<:						F2<G;E083/:3H7:D8IJ2			KL		

M7N3 1 +63%,7%%'8 ()*72736											
=2/;>2						B8CD0E8;<:					
-297D09;,<23/83O0:P8,				Q<;:68IJ2 RS!;				F:D/8T3QE:TT.D08T R			
								U97:/V;E088N,%			

(413)										()*72736																			
=2/;>2										B8CD0E8;<:																			
W8;P2			R			X:89YZ0><[			HD0;,<8IJ23\]			[			F2>8D0^8IJ2			_U			,			4'F3=ab098			!		
0cd																													
-/0123FU																													

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 h)486i3											
jk,	l68A1%7k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm		03n'8 8 c8A j34)61n3
#####			l8643673		o		S!S!!		S!S!!		h)486i3

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 (@68p3&'8 1 M8A37%											
jk,	l68A1%7k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm		03n'8 8 c8A j34)61n3
#####			l8643673		o		S!S!		S!S!		(@68p3&'8 1 M8A32 +qA7A8

r7%4567A8 1 c8A),148% \$,747 8%											
jk,	l68A1%7k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm		03n'8 8 c8A j34)61n3
#####			c1A6148 M1i7%2347p8 j		!S!S!!		!S!S!!		c127s16 8		j3A7832)6u 7A8
#####	!#		(48		h0M\$		!S!S!		!S!S!		(04867n3 8 m%8 1 +qA7A88f61?jvA73
!!S! w	##		(48		h0M\$		#SS!		!S!S!		(04867n3 8 m%8 1 +qA7A88f61?jvA73

r86x678 1 f)A783,148											
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.852.438/0001-96 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 05/06/2000</div>
<div>NOME EMPRESARIAL SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.</div>		
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE ME</div>	
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>		
<div>LOGRADOURO AV PAULISTA</div>	<div>NÚMERO 2200</div>	<div>COMPLEMENTO ANDAR 5 CONJ 54</div>
<div>CEP 01.310-300</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO BELA VISTA</div>	<div>MUNICÍPIO SAO PAULO</div>
<div>UF SP</div>		
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTABILIDADE@PADVOGADOS.COM.BR</div>		<div>TELEFONE (11) 3016-5999/ (11) 3016-5987</div>
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>		
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/10/2003</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>		
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/01/2024 às 19:02:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
03.852.438/0001-96  
**NOME EMPRESARIAL:**  
SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$169.000,00 (Cento e sessenta e nove mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 29/01/2024 às 19:03 (data e hora de Brasília).



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.852.438/0001-96  
**Razão Social:** SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL SP LT  
**Endereço:** AV PAULISTA 2200 ANDAR 5 CONJ 54 / BELA VISTA / SAO PAULO / SP / 01310-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/01/2024 a 09/02/2024

**Certificação Número:** 2024011110483087905363

Informação obtida em 29/01/2024 19:05:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Certidão nº: 6799169/2024

Expedição: 29/01/2024, às 19:05:30

Validade: 27/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.852.438/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.**  
**CNPJ: 03.852.438/0001-96**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:49:56 do dia 21/12/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/06/2024.

Código de controle da certidão: **589C.B902.12F2.E7FE**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.**

CPF/CNPJ: **03.852.438/0001-96**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 19:06:51 do dia 29/01/2024 , com validade até o dia 28/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 7Il99hwXXIThm9zTgA0A

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



012345406789 !

" #

\$ " % " & #

' " % \$ % "

(((# " #"#!#% )! #

17*2196				
+,-./+,-0-1	!	2,32/3-222	4 2-32,3-222	"5 "5
"				" 4
### 2+#6,-#0+63222.78/	"			9 --22 ",#
4" "		"	" 2.+27+22	: /8#222%22

8;<138=98046>	
!	9

9?048				
@	9 .8-	"		
\$ "\$	4"	"	..+27022	! ,21+60+2.
" 216#11+##/117,8	! )	#/82%22		

9?048=1=6A74B49326A82				
\$\$				
"	9 --22	" .,#.,.		
	4" "	"	2.+27+22	! -16220..
" -18#1/1#6+6782	! )	/1#+.2%22		

C>3478=A80D71B38=62ED4F6A8	
2632.3-2-0	9 #22+#2223-07.
" # " # " "% G G ! +6	

01245677891 891 917 19 9910012476791 91911 91 029  
4 9 4192 91 91911 91 1 9129 241 2 212911  
20 20177 1 92410141 2012 4 2 201  
921141911 14 9 20 041 4 12 912 ! 20 20191  
76"14 111414 12012#11149 76"14 111414 120#  
4 0 4 240917"\$10#92

2924 %&1421!' 7' 5 8  
99(0202%) 919199 ! 7 5



documento  
assinado  
digitalmente

\*+,-./0-123-4-56.6690571\*8,05\*+,-4-56.020+222412\*5+\*,9+-6\*+63.6:75\*;26:78,6  
01\*+5-63.01.;6.0.\*06730<6+68,\*667,\*8,-5-.6.\*,\*0571\*8,0=768.0>;763-?6.0.-+\*,61\*8,\*8020+,63  
@@@6A75\*;2083-8\*6;26<0>6B+;0B08C1\*+0.\*67,\*8,-5-.6.\* "D8;\*<78.6E4\*+6.\*A68\*+0.\* 5F;  
7!! 6



90571\*8,0+6,7-,0  
+0-B-.6601\*+5-63-?6G/0

9<-86.\*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53115.030210/2022-15  
Entidade SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA  
CNPJ nº 03.852.438/0001-96  
FISTEL nº 50406964181  
Localidade Praia Grande/SP  
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga 18/11/2022

Período: 05/12/2022 a 05/12/2032

Tipo de outorga a ser renovada:

- ( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.  
(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.  
( ) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.  
( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disposto pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou pelo procurador devidamente constituído;	(X) Sim ( ) Não Não se aplica	10526207	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pela representante legal da entidade Taís Rothschild de Abreu CNPJ nº 03.852.438/0001-96 (10526208 e 11180181, Pág. 1).
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim ( ) Não Não se aplica	10526207	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo (de serviço de radiodifusão na localidade) e não que a concessão ou a permissão se não se aplica renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10526207</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo e não assegure imunidade parlamentar aos cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10526207</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10526207</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10526207</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	<p>10526207</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	





Declaração: g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou sim proferida por órgão judicial competente, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10526207	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".
Declaração: h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais inerentes ao serviço, bem como não cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10526207	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".
Declaração: i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10526207	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11180181 Págs.1-4	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11184194 Págs.7-8	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".	



4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não se aplica	11184194 Pág.9	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz ou o caso, da filial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não se aplica	11184194 Págs.1-2	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não se aplica	F 11184194 Pág.5 E 10526213 10526214 M 10526215	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não se aplica	11180181 Pág.5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não se aplica	INSS 11184194 Pág.5  FGTS 11184194 Pág.3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1963 - Consolidação das Leis do Trabalho;	( ) Não se aplica	11184194 Pag.4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de residência de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (iii) Carteira Profissional; Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (iv) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.	(x) Sim ( ) Não se aplica	10526211 JOSENEIDE SANTOS BARBOSA  10526210 TAÍS ROTHCHILD DE ABREU LILLA	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(x) Sim ( ) Não se aplica	11180181 Pag.14	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento;	(x) Sim ( ) Não se aplica	11180181 Págs.6-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(x) Sim ( ) Não se aplica	11050579	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	



14. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEIS)	(n/a)	11184194 Pág.6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.
---	-------	-------------------	---

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(n/a)	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estejam arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	(n/a)	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Emilia da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **1180148** e o código **ACF28BA**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA N° 1551/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.030210/2022-15**

**INTERESSADA: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SÔNORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COM. DELIBERAÇÃO.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciação de Sistema de Comunicação de Litoral Sul de São Paulo Ltda inscrita CNPJ nº 03.852.438/0001-96, objetivando a renovação da outorga do radiodifusão sonora em frequência localidade de Praia Grande/SP, inscrita no nº 0964181, referente ao período de 5 de dezembro de 2022 a 5 de dezembro de 2032.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Seção Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objetivo é a pessoa jurídica interessada na renovação para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado da Justiça, posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, sobre o assunto, tudo nos termos do art. 22, ~~da Constituição Federal~~ do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se de direito cujo exercício está condicionado à demonstração dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963, com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação dos direitos trabalhistas da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10 [...])

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Infraestrutura e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos que possam ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 11.232, de 2019)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - cópia simplificada ou documento equivalente, órgão de registro competente e arquivos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - cartão negro de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Lei nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade em relação à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Lei nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos do Trabalha, por meio da apresentação e dos  
termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação  
Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;



b) nenhum dos sócios ou dirigentes do quadro societário ou dire vo de outras pessoas jurídicas expeculantes do serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pes serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legisla c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato ele vo que lhes assegure imunidade parlam quais decorra foro especial; d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julga judicial colegiado, pela prática de atos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei C 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da ren eventual concessão de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em des especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Línea Sat Comunicação Ltda a outorga do ser frequência modulada, conforme Portaria nº 135, de 27 de março de 2008, publicada no Diário Ofi 2008 e Decreto Legisla vo nº 175, de 2010, publicado no Diário Oficial da União 103480096 - Pág. 11-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no de dezembro de 2012 (SEI 11348009 - Págs. 3-8). Posteriormente, por ocasião da alteração do contrato registrado na JUCESP sob o nº 269.218/21-0, em 04 de julho de 2021, a outorga foi alterada para Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo (SEI 11348009 - Págs. 9-21).

7. Pela análise dos autos, observa-se que em 05 de dezembro de 2021 a pessoa jurídica ora interessada ap perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na con nuidade da exec 10526207). Portanto, o pedido de renovação da outorga e a respectiva protocolização ocorreram vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 5 de dezembro de 2021 a 5 de dez

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de veri autos (SEI 11180148). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, l validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racion administra vos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º solicitações de documentos, muitas vezes ob dos de forma onerosa às en dades, e que pe procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e en dades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outr

§ 2º Quando, por mo vo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada p declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º O s órgãos e en dades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, originada pelo Ministério das Comunicações, se deu pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterad 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostumado a simplificação da tarefa pelo órgão de registro competente em arquivados os seus atos, demonstrando que os quadros societário e diretores que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11184194 - Págs. 7-8).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/diretores estão em conformidade com o 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de 29 de janeiro de 2024 (SEI 11180181 - Págs. 1-4).



Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Jurisdic a somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura co Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Taís Rothschild de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Cosmópolis/SP, Arujá/SP, São Gonçalo/SP, São Caetano do Sul/SP e São Paulo/SP, bem como a localidade de Francisco Morato/SP. Já a sócia Josseneide Santos Barbosa não figura no quadro de pessoal do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de multa em desfavor da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11180148 - Pág. 11-13). Sobre assunto, Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM informou que não há infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação de multa, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão (SEI 11050579).

14. A pessoa jurídica ora interessada não possui registro no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em sede de falência, nos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações perante a Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovado perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, não há inscrição pela Junta do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional do Brasil em seu desfavor (SEI 11180148).

15. Ademais, acostou-se aos dados da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da inscrição junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante possui sede em território nacional (SEI 11184194 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A decisão é especialmente a declaração apresentada de que a empresa atende as finalidades educacionais e culturais a nentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo de descumprimento contratual pela concessionária, mantendo-se a exigência legal de que a execução do serviço tenha caráter precário, mantidas as condições dele decorrentes, demonstram o interesse público na renovação do serviço na forma do art. 67, parágrafo único, do Decreto nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que a vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos de execução do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2014.

Art. 16. As emendas outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 10.405/2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da Portaria de Consolidação GM/MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informados os dados e características do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade interessada, sob pena de anulação da licença, nos termos do art. 3º, § 1º do Decreto nº 10.405/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (O rigem: Portaria de Consolidação GM/MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (O rigem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (O rigem: Portaria de Consolidação GM/MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico do sistema radiante; (O rigem: Portaria de Consolidação GM/MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução do serviço de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será





disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (O rigem: P art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica habilitado, que ateste que as características da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.000/2019, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto no art. 3º, § 6º (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão não implica no vencimento do prazo de validade da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (O rigem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, após a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência de interesse na renovação, pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deve manter as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado e mantido em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão tem prazo de validade de 5 (cinco) anos, vencendo no prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º do Decreto nº 10.000/2019). Consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a renovação da licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, de acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica não possui a licença de funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão, com validade até 31 de março de 2023 (SEI 11180181 - Págs. 10 e 14). Sobre o prazo de validade da licença, unidade consultada, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, PARECER nº 01250.071072/2018-90, exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação da outorga, conforme o art. 36, § 3º do Decreto nº 10.000/2019, já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme PARECER REFERENCIAL nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, o prazo de validade da licença de funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada para a renovação de outorgas de radiodifusão. Não há como concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve solicitar a renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções administrativas cabíveis. O interessado na renovação da outorga providencie uma nova licença de funcionamento da estação se já possui uma licença válida. Portanto, não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

(...)

17. Portanto, esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser deferida, além do cumprimento das demais exigências legais, é necessário que haja licença de funcionamento da estação válida para o período de renovação.

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Assim, qualquer norma jurídica que exija da outorgada a renovação da licença antes que expire o prazo de validade da outorga, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis, é inconstitucional e ilegal.

21. Oportuno registrar que a consulta pela Agência Nacional de Telecomunicações revela que a pessoa jurídica não possui a licença de funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão, com validade até 31 de março de 2023 (SEI 11180181 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga de funcionamento da estação, se houvesse, a pessoa jurídica ostentaria a condição de devedora. Ademais, a consulta ao extrato de lançamento do Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, referente à pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas idênticas às decorrentes do "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de condições de parcelamento da agência (SEI 11180181 - Pág. 6). Portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.



Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da licença de funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Praia Grande/SP, 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda a 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.0003

## CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento do processo ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa do processo ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes diligências necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição.

25. Pede-se, ainda, o envio do **Cadastro de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de entrega.

26. Após arquivem-se os autos nesta unidade administrativa, que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção do que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Emilia da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Advogada, em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 01/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, informando o código de verificação **11348002** e o código **56B7AAB3**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11348002)
- Minuta de Exposição de Motivos (11348003)



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, uso das suas atribuições, observado o disposto no parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 5.539, de 8 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.030210/2022-15,

### RESOLVE

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, número de inscrição no ISENTI de dezembro de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, frequência modulada, no Município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por este Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, art. 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. [de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fialho da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ramona Vieira Machado**, Advogada, em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel de Souza**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 01/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verif>  
verificad~~o~~11348002 o código7C25C1D

ReferênciaProces s o nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11348002

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, in  
Nota Técnica nº 1.551/2024/SEI-MCOM, em termos do Parecer Referência nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU,  
acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova  
partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL  
(03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008, p  
chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para execu  
serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Praia Grande, Estado de

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 1º, da Constituição, comin  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiana da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ramona Vieira Machado**, Advogada, em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 01/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verif>  
verificad~~o~~11348003 o código D62056EA

ReferênciaProces s o nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11348003

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PORTARIA MCOM Nº 12113, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES uso das suas atribuições, observado o disposto no parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 10.000, de 16 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.030210/2022-15,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, nº 040664181, de 5 de dezembro de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por e Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por José Valdeir dos Santos Rezende, Ministro de Estado das Comunicações, em 15/03/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, da Lei nº 20.263-2018, de 17 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificarDocumento> utilizando o código 3597041B

**Referência**Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento n° 11356361

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 2 de fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, em  
Nota Técnica nº 1551/2024/SEI-MCOM, com o Parecer Referência nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU,  
acompanhado da Portaria nº 12113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada em 15/03/2024, que  
a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL  
nº 03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008,  
chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para execução  
Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição,  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por José Valdir dos Santos Rezende, Ministro de Estado das Comunicações,  
em 15/03/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput,  
da Lei nº 11.343, de 23 de setembro de 2006, e no art. 1º, inciso I, da Lei nº 11.343, de 23 de setembro de 2006,  
de 15 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>  
verificando o código 11356370 ou o código 3DR93EA

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11356370

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46839/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12113/2024(11356361) e a Exposição de Motivos nº 105/2024

Senhora Chefe de Gabinete,  
De acordo como disposto na Nota Técnica nº 1551/2024(11348001) e a Portaria nº 12113/2024(11356361) e a Exposição de Motivos nº 105/2024 (11356370), para apreciação e a  
Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 13/03/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 11.072/2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **46839**.

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11356376

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 15/03/2024 14:28:18  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 10222675  
**Data prevista de publicação:** 18/03/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21471494	ATO DESPACHO NA 78.rtf	ce8236ee6cce8f137eb839682dbb5b89	4,00	R\$ 155,68
21471495	ATO PORTARIA MCOM NA 12253.rtf	49b99e45c9912d8393ac464c0ea13ed9	10,00	R\$ 389,20
21471496	ATO PORTARIA MCOM NA 12254.rtf	41d8398c2b7edd24e7640567fa76b995	10,00	R\$ 389,20
21471497	ATO PORTARIA MCOM NA 12255.rtf	c34291c441a1131139168e037b13c9ca	10,00	R\$ 389,20
21471498	ATO PORTARIA MCOM NA 12257.rtf	1654321bd6d2fa9d3bcb50dfc11d363e	10,00	R\$ 389,20
21471499	ATO PORTARIA MCOM NA 12303.rtf	497e414d002281a5d33f60a51bcdfd8	9,00	R\$ 350,28
21471500	ATO PORTARIA MCOM NA 12304.rtf	a9f5f71963e2d19d2281f90e6e55277e	9,00	R\$ 350,28
21471501	ATO PORTARIA MCOM NA 12511.rtf	f4b4cd13b3be9f7f81ebdd861d114e82	9,00	R\$ 350,28
21471502	ATO DESPACHO NA 93.rtf	f1a9d943e5800476d561c95e8fd3c6d0	4,00	R\$ 155,68
21471503	ATO PORTARIA MCOM NA 12113.rtf	8009dbe10d3964808fe813770996bd55	8,00	R\$ 311,36
21471504	ATO PORTARIA MCOM NA 12233.rtf	55c8df75b7e5c8faaaa20dd6b50c7378	9,00	R\$ 350,28
21471505	ATO PORTARIA MCOM NA 12234.rtf	47402a22dcf6bf767db32f41be2b9dc6	9,00	R\$ 350,28
21471506	ATO PORTARIA MCOM NA 12235.rtf	d4588af225ebbf1f607f9ef744f9a131	9,00	R\$ 350,28
21471527	ATO PORTARIA MCOM NA 12250.rtf	4f1d403a4925a19aeac5eff1fb373009	10,00	R\$ 389,20
21471528	ATO PORTARIA MCOM NA 12251.rtf	43a4efcc3ca44dbbd655c309fffa1dbb	10,00	R\$ 389,20
21471529	ATO PORTARIA MCOM NA 12252.rtf	909570f520dd47b6985cb8cf1af53953	10,00	R\$ 389,20
			140,00	R\$ 5.448,80



OFÍCIO

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
n.gov.br/recibo.do?idof=10222675  
https://mdufleg-autenticidade.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



## MinistÈrio das ComunicaÆôes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.233, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo Único, inciso IV, da Constituição Federal, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, bem como o que consta no Processo nº 53115.020399/2021-57, especialmente os fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 19033/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00038/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCOM, resolve:

Art. 1<sup>ª</sup> Transferir a autorização outorgada por meio da Portaria n<sup>ª</sup> 531, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 1990, à Newcom Brasil Ltda., anteriormente denominada TV Costa Norte Ltda., pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 07.113.702/0001-20, para a FUNDAÇÃO VIRGÍNIA FERRAZ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 20.455.655/0001-61, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 13 (treze), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Bertogiã, estado de São Paulo.

Art. 2º A autorização ora transferida tem caráter precário e objetiva retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO VIRGÍNIA FERRAZ, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 20.455.655/0001-61, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto nº 96.886, de 30 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 1988, para execução do serviço no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Art. 3<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.234, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.003419/2023-97, resolve:

Art. 1<sup>TM</sup> Fica outorgada a autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ sob nº 37.381.665/0001-00, cuja sede se situa na Avenida Alberto Pasqualini, 1290 - Sala 08 - Centro, na localidade de Vista Alegre do Prata, estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo  nico. A autorização reger-se-  pela Lei n  9.612, de 1998, e leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2<sup>TM</sup> Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do  3<sup>TM</sup>, do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.235, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 6 de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.001919/2023-94, resolve:

Art. 11<sup>TM</sup> Fica outorgada a autorização para a Associação EÂo de RÀdio ComunitÀria de

Ante a falta de uma legislação específica, a Lei nº 13.001/2014, que instituiu o Conselho Nacional de  
 norante, inscrita no CNPJ sob nº 49.144.606/0001-90, cuja sede se situa no Sítio  
<https://trf0rj.trf4.jus.br/autenticidade-assinatura/camara-leg-01/4ed95c4c1e5b497078f24c8decd981031>  
 Serra da Inveja - Timorante/Zona Rural, na localidade de Exu, estado de Pernambuco,  
 para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na praça de das encas, com

Art. 3<sup>TM</sup> O contrato relativo à contratação de serviços de consultoria foi assinado em 20 de fevereiro de 2024, que, no ato, representou a R DIO MIRANDA & ASSOCIADOS, no âmbito do Processo Administrativo nº 00000000000000000000000000000000.

Art. 4<sup>TM</sup> Para fins de execução dos prazos para a obtenção da autorização de solicitação do licenciamento da estação de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto

Art. 5<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica
1 <sup>TM</sup> LUGAR	R DIO MIRANTE LTDA.
2 <sup>TM</sup> LUGAR	FUNDAÇÃO NAGIB HAICKEL
3 <sup>TM</sup> LUGAR	FUNDAÇÃO SOUSUNDRA DESENVOLVIMENTO DA U MARANHÃO
4 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO CIDADE SÃO LUIS LTD
4 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	SAMCLER COMUNICAÇÃO LT
4 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO E TV DIFUSORA DO P
7 <sup>TM</sup> LUGAR	SISTEMA ALELUIA DE COMU
8 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	AURORA FM LTDA.
8 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO CURIMAT LTDA.

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.245

O MINISTRO DE ESTADO DAS  
e observado o disposto no Decreto n<sup>TM</sup> 9

Art. 1<sup>TM</sup> Homologar o resultado do Chamamento PÙblico n<sup>TM</sup> 105, publicado em 14 de maio de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar o direito de uso a pessoa jurìdica inscrita no CNPJ sob o n<sup>o</sup> 16.111.077/0001-90, indeterminado, o serviço de retransmissão de sinal de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (cento e noventa e seis), frequência 88,5 MHz, no municìpio de Arari, estado do Maranhão.

Art. 2<sup>ª</sup> A autorização ora outada retransmitir os sinais provenientes da Rádiorreceptora permissionária do serviço de radiodifusão sonora por sintonização seletiva, inscrita no CNPJ sob o nº 05.746.706/0001-10, cuja inscrição foi publicada no Diário Oficial da União nº 161, de 2 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial da União nº 161, de 2 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial da União nº 161, de 2 de julho de 1980, para execução do serviço de radiodifusão sonora por sintonização seletiva.

Art. 3<sup>TM</sup> O contrato relativo à prestação de serviços de comunicação foi assinado em 21 de fevereiro de 2024, pelo representante legal da VTV COMUNICAÇÃO, que, no ato, representou a VTV COMUNICAÇÃO, no âmbito do processo de contratação dos serviços de comunicação.

Art. 4º Para fins de execução dos prazos para a obtenção da autorização solicitada do licenciamento da esta- 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto

Art. 5<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica
1 <sup>TM</sup> LUGAR	R DIO MIRANTE LTDA.
2 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO E TV DIFUSORA DO M FISTEL: 08008001500 CANAL:
2 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO E TV DIFUSORA DO M FISTEL: 50416256708 CANAL:
4 <sup>TM</sup> LUGAR	VTV COMUNICAÇÃO LTDA.
5 <sup>TM</sup> LUGAR	KAMENDES EQUIPAMENTOS
6 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	SISTEMA DE TELEVISÃO RIO
6 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	AURORA FM LTDA.
6 <sup>TM</sup> LUGAR	R DIO CURIMÉ LTDA.



Art. 1<sup>TM</sup> Fica outorgada a autoria de R dio Comunitário por parte de **Associação de R dio Comunitário de Itapetininga**, inscrita no CNPJ sob n  49.144.606/0001-90, cuja sede se situa no

Id solicitação: 57dbac4b6ba6b

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (11) 3016-5999	<b>E-mail:</b> contabilidade@padvogados.com.br
<b>CNPJ:</b> 03.852.438/0001-96	<b>Número do Fistel:</b> 50406964181
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2012	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 31/03/2028	
<b>Observações:</b> RESOLUÇÃO ANATEL 200/99;Ato 3013, de 03/06/2009, Suspendeu os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008. Ato nº 8305, de 17/12/2010, publicado no DOU, de 21/12/2010, restabelece os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008.	

Endereço Sede	
<b>Logradouro:</b> Avenida Paulista	<b>Complemento:</b> 5º andar
<b>Bairro:</b> Bela Vista	<b>Numero:</b> 2200
<b>Município:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 01310300

Endereço do Transmissor	
<b>Logradouro:</b> Morro do Itaipú	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> Praia do Forte	<b>Numero:</b> S/N
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 11729899

Endereço do Estúdio Principal	
<b>Logradouro:</b> Tolentino Filgueiras	<b>Complemento:</b> Andar 8
<b>Bairro:</b> Gonzaga	<b>Numero:</b> 119
<b>Município:</b> Santos	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 11060471

Endereço do Estúdio Auxiliar	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 262	<b>Frequência:</b> 100.3 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0.4808kW
<b>HCI:</b> 75 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 699579333	<b>Número Indicativo:</b> ZYW630
<b>Data Último Licenciamento:</b> 14/02/2023	<b>Número da Licença:</b> 53500.001262/2023-11



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 01' 18.01" S	Longitude: 46° 23' 46.00" W	Cota da base: 179.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005960300518	Modelo: FM10000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 0.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS		
Comprimento da Linha: 105 m	Atenuação: 0.64 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-4L	Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 330 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 0.48 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.84	5°: 2.75	10°: 2.65	15°: 2.55	20°: 2.46	25°: 2.28	30°: 2.18	35°: 2.09	40°: 2.01	45°: 1.92	50°: 1.84	55°: 1.83
60°: 1.83	65°: 1.84	70°: 2.01	75°: 2.09	80°: 2.18	85°: 2.37	90°: 2.55	95°: 2.75	100°: 2.94	105°: 3.04	110°: 3.24	115°: 3.34
120°: 3.55	125°: 3.66	130°: 3.77	135°: 3.88	140°: 3.99	145°: 4.1	150°: 4.21	155°: 4.1	160°: 3.99	165°: 3.88	170°: 3.78	175°: 3.77
180°: 3.66	185°: 3.55	190°: 3.45	195°: 3.34	200°: 3.24	205°: 3.04	210°: 2.94	215°: 2.84	220°: 2.65	225°: 2.55	230°: 2.46	235°: 2.37
240°: 2.28	245°: 2.28	250°: 2.37	255°: 2.38	260°: 2.46	265°: 2.47	270°: 2.55	275°: 2.65	280°: 2.75	285°: 2.84	290°: 2.94	295°: 3.04
300°: 3.05	305°: 3.14	310°: 3.15	315°: 3.24	320°: 3.34	325°: 3.34	330°: 3.24	335°: 3.19	340°: 3.18	345°: 3.14	350°: 3.04	355°: 2.94

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°53'11.9" S Lon 46°23'46" W	5°: Lat 23°53'13.75" S Lon 46°22'59.66" W	10°: Lat 23°53'37.96" S Lon 46°22'17.27" W	15°: Lat 23°53'42.19" S Lon 46°22'32.41" W	20°: Lat 23°53'54.56" S Lon 46°22'04.97" W	25°: Lat 23°54'18.9" S Lon 46°22'10.12" W	30°: Lat 23°54'49.83" S Lon 46°22'9.40" W	35°: Lat 23°54'24.18" S Lon 46°22'8.29" W	40°: Lat 23°54'43.71" S Lon 46°22'7.44" W	45°: Lat 23°55'14.02" S Lon 46°22'7.96" W	50°: Lat 23°55'44.04" S Lon 46°22'6.30" W	55°: Lat 23°56'19.96" S Lon 46°22'6.16" W
60°: Lat 23°56'58.14" S Lon 46°23'15.33" W	65°: Lat 23°57'38.3" S Lon 46°23'15.10" W	70°: Lat 23°58'21.77" S Lon 46°23'15.82" W	75°: Lat 23°59'8.26" S Lon 46°23'17.57" W	80°: Lat 23°59'53.35" S Lon 46°23'14.57" W	85°: Lat 24°0'37.9" S Lon 46°23'14.57" W	90°: Lat 24°1'17.76" S Lon 46°23'14.58" W	95°: Lat 24°2'0.12" S Lon 46°23'14.57" W	100°: Lat 24°2'41.36" S Lon 46°23'14.57" W	105°: Lat 24°3'23.59" S Lon 46°23'15.11" W	110°: Lat 24°4'2.43" S Lon 46°23'15.30" W	115°: Lat 24°4'39.24" S Lon 46°23'15.52" W
120°: Lat 24°5'11.4" S Lon 46°22'22.86" W	125°: Lat 24°5'45.79" S Lon 46°23'16.46" W	130°: Lat 24°6'15.1" S Lon 46°23'17.94" W	135°: Lat 24°6'41.51" S Lon 46°23'17.51" W	140°: Lat 24°7'8.5" S Lon 46°23'18.23" W	145°: Lat 24°7'28.94" S Lon 46°23'19.13" W	150°: Lat 24°7'46.08" S Lon 46°23'19.40" W	155°: Lat 24°8'8.45" S Lon 46°23'16.25" W	160°: Lat 24°8'28.04" S Lon 46°23'20.54" W	165°: Lat 24°8'40.06" S Lon 46°23'21.36" W	170°: Lat 24°8'53.38" S Lon 46°23'21.36" W	175°: Lat 24°8'58.65" S Lon 46°23'21.83" W
180°: Lat 24°9'5.15" S Lon 46°23'46" W	185°: Lat 24°9'33.77" S Lon 46°23'40.61" W	190°: Lat 24°9'27.1" S Lon 46°23'25.15" W	195°: Lat 24°8'58.38" S Lon 46°23'26.19" W	200°: Lat 24°8'50.32" S Lon 46°23'26.46" W	205°: Lat 24°8'38.53" S Lon 46°23'27.31" W	210°: Lat 24°8'23.04" S Lon 46°23'28.14" W	215°: Lat 24°8'0.01" S Lon 46°23'28.54" W	220°: Lat 24°7'41.18" S Lon 46°23'29.38" W	225°: Lat 24°7'11.67" S Lon 46°23'30.13" W	230°: Lat 24°6'42.51" S Lon 46°23'30.49" W	235°: Lat 24°6'7.53" S Lon 46°23'31.19" W
240°: Lat 24°5'32.71" S Lon 46°31'49.65" W	245°: Lat 24°4'53.24" S Lon 46°32'12.1" W	250°: Lat 24°4'10.52" S Lon 46°32'25.81" W	255°: Lat 24°3'28.48" S Lon 46°32'40.28" W	260°: Lat 24°2'44.63" S Lon 46°32'45.55" W	265°: Lat 24°2'0.94" S Lon 46°32'46.57" W	270°: Lat 24°1'17.75" S Lon 46°32'43.39" W	275°: Lat 24°0'36.23" S Lon 46°32'25.78" W	280°: Lat 23°59'56.67" S Lon 46°32'9.57" W	285°: Lat 23°59'19.35" S Lon 46°31'49.85" W	290°: Lat 23°58'51.04" S Lon 46°31'7.41" W	295°: Lat 23°58'36.54" S Lon 46°30'4.68" W
300°: Lat 23°58'23.62" S Lon 46°29'16.37" W	305°: Lat 23°57'41.65" S Lon 46°29'23.97" W	310°: Lat 23°57'21.67" S Lon 46°28'54.09" W	315°: Lat 23°56'17.78" S Lon 46°28'9.14" W	320°: Lat 23°56'10.95" S Lon 46°27'8.83" W	325°: Lat 23°55'34.14" S Lon 46°26'9.36" W	330°: Lat 23°54'37.51" S Lon 46°27'24.13" W	335°: Lat 23°53'54'10.3" S Lon 46°26'44.3" W	340°: Lat 23°53'50.1" S Lon 46°26'44.3" W	345°: Lat 23°53'37.61" S Lon 46°26'0.92" W	350°: Lat 23°53'23.95" S Lon 46°25'17.42" W	355°: Lat 23°53'18.48" S Lon 46°24'31.88" W

Distância por radial											
0°: 15	5°: 15	10°: 14.4	15°: 14.6	20°: 14.6	25°: 14.3	30°: 13.8	35°: 15.6	40°: 15.9	45°: 15.9	50°: 16	55°: 16
60°: 16	65°: 16	70°: 15.9	75°: 15.5	80°: 15	85°: 14.1	90°: 14.9	95°: 15	100°: 14.9	105°: 15	110°: 14.9	115°: 14.7
120°: 14.4	125°: 14.4	130°: 14.3	135°: 14.1	140°: 14.1	145°: 14	150°: 13.8	155°: 14	160°: 14.1	165°: 14.1	170°: 14.3	175°: 14.3
180°: 14.4	185°: 14.4	190°: 14.6	195°: 14.7	200°: 14.9	205°: 15	210°: 15.2	215°: 15.2	220°: 15.5	225°: 15.5	230°: 15.6	235°: 15.6





240°: 15.7	245°: 15.7	250°: 15.6	255°: 15.6	260°: 15.5	265°: 15.3	270°: 15.2	275°: 14.7	280°: 14.4	285°: 14.1	290°: 13.3	295°: 11.8
300°: 10.8	305°: 11.6	310°: 11.4	315°: 13.1	320°: 12.4	325°: 13	330°: 14.3	335°: 14.6	340°: 14.7	345°: 14.7	350°: 14.9	355°: 14.9

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha: m			Atenuação: dB/100m			Perdas Acessórias: dB			Impedância: ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCl: m	ERP Máxima: 0.48 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Portaria	MC	27/03/2008	31/03/2008	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Portaria	MC	11/10/2013	22/10/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	175	Decreto Legislativo	CN	05/04/2010	06/04/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	1019	Ato	ORLE	06/02/2014	10/02/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332243/2022-53	9579726	Ato	ORLE	19/12/2022	04/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115030210202215	12113	Portaria	MC	02/02/2024	18/03/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48334/2024/MCOM

Brasília, 19 de março de 2024

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11356370)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 1551/2024 (11348001), encaminho a  
de Motivos nº 105/2024 (11356370), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, em 19/03/2024, às 12:31, conforme horário  
de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>  
verificando o código **11429665** e o código **6A3A0F8**.

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11429665

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

Brasília, 3 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1551/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada em 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008, publicada em 31 de março de 2008, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11657/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.030210/2022-15.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SID, para outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 03/04/2024, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 11.455/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 11455759 e o código 26708DDF.

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11455759



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**Ministério das Comunicações - MCOM**  
**PROTOCOLO DIGITAL - RECIBO DA SOLICITAÇÃO**  
**Nº 264359.0010129/2022**

**DADOS DO SOLICITANTE**

**Nome:** Adalzira França Soares de Lucca  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*.\*.\*.\*r  
**CPF:** \*\*\*.726.631-\*\*

**DADOS DO REPRESENTADO**

**Razão Social:** SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.  
**E-mail:** \*\*\*\*\*@\*\*.\*.\*.\*r  
**CNPJ:** 03.852.438/0001-96

**DADOS DA SOLICITAÇÃO**

**Número da Solicitação:** 264359.0010129/2022  
**Tipo da Solicitação:** 01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações  
**Informações Complementares:** Não há  
**Número do Processo Informado Pelo Solicitante:** Não há  
**Data e Hora de Encaminhamento:** 18/11/2022 às 14:10

**DOCUMENTAÇÃO PRINCIPAL**

Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	DOC 1-ENCAMINHA DOCS.pdf
Requerimento	DOC 2-REQUERIMENTO.pdf

**DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Preenchimento Opcional)**

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COM. DO ESTADO DE SÃO PAULO	DOC 3-CERTIDAO JUCESP.pdf
INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA	DOC 4-CNPJ.pdf
DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA ADMINISTRADORA	DOC 5-RG TAIS ABREU.pdf
DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA	DOC 6-RG JOSSENEIDE SANTOS.pdf
PROVA DE REGULARIDADE DE TRIBUTOS FEDERAIS	DOC 7-CND FEDERAL.pdf
CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS NÃO INSCRITOS NA D. ATIVA	DOC 8-CND EST. NAO INSCRITOS.pdf
CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS INSCRITOS NA D. ATIVA	DOC 9-CND EST. DIVIDA ATIVA.pdf
CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	DOC 10-CND MUNICIPAL.pdf
CERT. NEGATIVA DO FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO	DOC 11-CND FGTS.pdf
CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL	DOC 12-CND FALÊNCIA.pdf
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	DOC 13-CND TRABALHISTA.pdf
PROVA DE REGULARIDADE JUNTO AO FISTEL	DOC 14-CND FISTEL.pdf
LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO	DOC 15-LICENÇA.pdf



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticadocs.assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Solicitação 264359.0010129/2022 (10026202) SER 55119:030210/2022-15 / pg. 1

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

PROCURAÇÃO PARA ATUAR JUNTO AO MCOM	DOC 16-PROCURAÇÃO.pdf
DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA PROCURADORA	DOC 17-OAB ADALZIRA.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida, antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento de e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.



Este documento registra as informações inseridas no Portal de Serviços do Governo Federal (<https://www.gov.br/protocolodigital>)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

## PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito a **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, com sede em SÃO PAULO, SP, na Avenida Paulista, 2200, Escritório 54, Bela Vista, CEP 01310-300, aqui representada na forma de seu contrato social por sua sócia administradora **TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**, inscrita no CPF sob o nº 279.767.838-90, nomeia e constitui seus bastante procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34.272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540, o Sr. **MIGUEL EYER NOGUEIRA BARBOSA**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/DF sob o nº 43.368 e OAB/MG nº 108.011 e a Sra. **CIBELE BORGES BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 38.570, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3364-1000, outorgando-lhe os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, **para o fim específico de** representá-la perante a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o Ministério das Comunicações – MCOM nos processos referentes, dentre outros, a PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E SELETIVOS EM GERAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E SEUS ANCILARES; RENOVAÇÃO DE OUTORGA; TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA; SOLICITAÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO; COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS E REGULARIZAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO; DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA; COMUNICAÇÃO DE MUDANÇAS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E JURÍDICAS; CONSIGNAÇÃO DE CANAIS E RADIOFREQUÊNCIAS; MUDANÇAS DE GERADORAS CEDENTES DE PROGRAMAÇÃO; AUMENTO E REDUÇÃO DE POTÊNCIA; ADAPTAÇÃO DE OUTORGA PARA FM, INCLUINDO A ASSINATURA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A UNIÃO; REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO E TERMO DE PARCELAMENTO OU CONFISSÃO DE DÍVIDA RELATIVA AO PREÇO PÚBLICO A SER PAGO PELA OUTORGA DE SERVIÇOS, ADAPTAÇÃO DA OUTORGA E ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS; TRANSFORMAÇÃO DE RTVS SECUNDÁRIA EM PRIMÁRIAS; DEFESAS E REPRESENTAÇÃO EM PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO E DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO; SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS ANCILARES DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL; SOLICITAÇÃO DE AUTOCADASTRAMENTO NO MOSAICO; CADASTRAMENTO DE ENGENHEIROS E TERCEIROS NO MOSAICO; CADASTRAMENTO NO CADSEI; CADASTRAMENTO NO SEI DA ANATEL E MCOM e outros sistemas, podendo, para tanto, requerer, peticionar, apresentar documentos em geral, cumprir exigências, dar declarações, apresentar defesas e manifestações, interpor recursos ou representações, firmar termos e compromissos, celebrar contratos e convênios, pagar taxas, preços públicos e emolumentos, receber e dar quitação, ter vistas a processos, requerer cópias, acompanhar a tramitação de processos nos assuntos de interesse da outorgante nesses Órgãos e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento da presente procuração, podendo substabelecer com reservas.

São Paulo, SP, 16 de novembro de 2022



**TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**  
Sócia e Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> 15 / pg. 3

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





COORDENAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO  
COMERCIAL DA COORDENAÇÃO-GERAL DE PÓS-OUTORGAS DO  
DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA DA SECRETARIA DE  
RADIODIFUSÃO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.

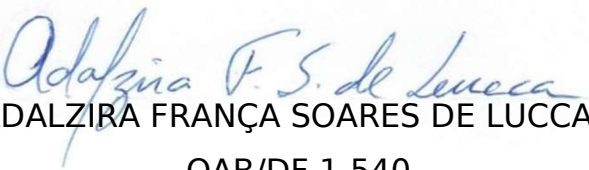
Assunto: Renovação de Outorga. FM. Praia Grande/SP.

SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.,  
pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 08.852.438/0001-96, vem,  
por sua advogada (procuração em anexo), apresentar a documentação necessária à  
RENOVAÇÃO DA OUTORGA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em  
frequência modulada na localidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, referente  
ao período de 05/12/2022 a 05/12/2032.

1

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Brasília, DF, 18 de novembro de 2022.

  
ADALZIRIA FRANÇA SOARES DE LUCCA  
OAB/DF 1.540

ANEXOS:

DOC. 2-Formulário: Requerimento de Renovação de Outorga Comercial;  
DOC. 3-Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado de São Paulo;  
DOC. 4-Comprovante de inscrição no CNPJ;





- DOC. 5-Comprovação da condição de brasileira nata da sócia e administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla;
- DOC. 6-Comprovação da condição de brasileira nata da sócia Josseneide Santo Barbosa;
- DOC. 7-Prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- DOC. 8-Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual (não inscritos na dívida ativa);
- DOC. 9-Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual (inscritos na dívida ativa);
- DOC. 10-Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do local da sede da Requerente;
- DOC. 11-Prova de regularidade relativa à seguridade social e FGTS;
- DOC. 12-Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- DOC. 13-Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- DOC. 14-Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- DOC. 15-Licença para Funcionamento de Estação;
- DOC. 16-Procuração outorgando poderes para peticionar junto ao MCOM; e
- DOC. 17-Documento de identidade da procuradora.



**REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>		SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.	
<b>CNPJ:</b>	03.852.438/0001-96	<b>CEP da sede:</b>	01310-300
<b>Endereço da sede:</b>	AVENIDA PAULISTA, 2200, ESCRITÓRIO 54, BELA VISTA, SÃO PAULO, SP		
<b>E-mail de contato:</b>	gerencia@mundialcom.com.br    valerialinhares.77@gmail.com		
<b>Serviço a ser renovado:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Radiodifusão sonora <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens		
	<input type="checkbox"/> em frequência modulada <input type="checkbox"/> em ondas curtas <input type="checkbox"/> em ondas médias <input type="checkbox"/> em ondas tropicais		
<b>Período da renovação:</b>	05/12/2022 a 05/12/2032		
<b>Localidade da renovação:</b>	PRAIA GRANDE	<b>UF:</b>	SP
<b>FISTEL:</b>	50406964181	<b>Canal:</b>	262

Eu, **TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA**, inscrita no CPF sob o nº **279.767.838-90**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

**DECLARAÇÕES**

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Requerimento (10326207)

SEI 35116.030210/2022-15 / pg. 6

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Praia Grande, SP, 16 de novembro de 2022.



**TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA**





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35216352427	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 05/06/2000	INÍCIO DAS ATIVIDADES 02/05/2000	PRAZO DE DURAÇÃO PRAZO INDETERMINADO			
NOME COMERCIAL SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTA						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J. 03.852.438/0001-96		ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA			NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 50.ANDAR	
BAIRRO BELA VISTA		MUNICÍPIO SAO PAULO		UF SP	CEP 01310-300	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 169.000,00

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO DE SOM E DE EDIÇÃO DE MÚSICA
ATIVIDADES DE TELEVISAO

SÓCIO							
NOME JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA							
ENDEREÇO ALAMEDA ARY BARROSO				NÚMERO 192	COMPLEMENTO		
BAIRRO ILHA PORCHAT		MUNICÍPIO SAO VICENTE			UF SP	CEP 11320-400	RG 507384301
CPF 078.773.677-59	CARGO SÓCIO			QUANTIDADE COTAS 1.690,00			

SÓCIO E ADMINISTRADOR							
NOME TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA							
ENDEREÇO AVENIDA PAULISTA				NÚMERO 2200	COMPLEMENTO 15A.CJ151		
BAIRRO BELA VISTA		MUNICÍPIO SAO PAULO			UF SP	CEP 01310-300	RG 267800411
CPF 279.767.838-90	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 167.310,00			

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA 09/06/2021	NÚMERO 269.218/21-0	
ADMITIDO TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 279.767.838-90, RG/RNE: 26780041-1 - SP, RESIDENTE À AVENIDA PAULISTA, 2200, 15A.CJ151, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01310-300,		



atuito  
ercialização  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec0481d31>

NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 167.310,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 078.773.677-59, RG/RNE: 507384301, RESIDENTE À ALAMEDA ARY BARROSO, 192, ILHA PORCHAT, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-400, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.690,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE WILLIAN SANTO PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 006.556.025-69, RG/RNE: 9281166, RESIDENTE À ALAMEDA ARY BARROSO, 192, AP 125, ILHA PORCHAT, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-400, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 84.500,00.

ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTA., DATADA DE: 15/03/2021.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35216352427  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 15/11/2022



documento  
assinado  
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 183288117, terça-feira, 15 de novembro de 2022 às 20:48:46.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.852.438/0001-96</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>05/06/2000</b>
NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>AV PAULISTA</b>	NÚMERO <b>2200</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR 5 CONJ 54</b>
CEP <b>01.310-300</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BELA VISTA</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>
UF <b>SP</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>EUCLIDESBIMBATTI@UOL.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(11) 3016-5999/ (11) 4328-6478</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/10/2003</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/05/2022** às **14:22:49** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo (10520209)

SEI 53115-056210/2022-15 / pg. 10



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

8100-0

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT



POLEGAR DIREITO



PROIBIDO PLASTIFICAR

Tom Rothell d. Abram Lilla

ASSINATURA DO TITULAR

B647-059032

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Anexo (10526210)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8100-0

ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - REZARDO GUNDELTON GALUAT



POLEGAR DIREITO



47756E4D

Josseneide Santos Barbosa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CENAL 50.738.430-1 2 via DATA DE EMISSÃO 28/03/2018

LOCALIDADE JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA

FLUXO GILDASIO BARBOSA GOMES  
IVONE JOSÉ DOS SANTOS

ASSINATURA GONGOGI - BA

13/06/1971

UBAITABA - BA TAPIRAMA CN/IV.A11 / FLS. 537 / Nº04825

078773677/59

ASSINATURA DO DIRETOR  
LEI Nº 7.118 DE 29/06/83



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.**  
**CNPJ: 03.852.438/0001-96**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei n<sup>o</sup> 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n<sup>o</sup> 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN n<sup>o</sup> 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 22:06:41 do dia 15/11/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 14/05/2023.

Código de controle da certidão: **BE2A.C095.27D2.C0EA**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 13

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22110357877-20

Data e hora da emissão 15/11/2022 22:10:22

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo (10/20218)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 14





# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 03.852.438

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 41039500

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 15/11/2022 22:13:26

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 15

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**  
**FAZENDA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0660437 - 2022

**CPF/CNPJ Raiz:** 03.852.438/

**Contribuinte:** LINEA SAT COMUNICACAO LTDA

**Liberação:** 27/07/2022

**Validade:** 23/01/2023

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS  
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento  
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA  
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE  
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)  
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 2.913.621-0- Início atv :05/06/2000 (AV PAULISTA, 02200 - CEP: 06053-040 )

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.  
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010; Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019 e Portaria SF nº 182, de 04 de agosto de 2021.

Certidão emitida às 22:19:15 horas do dia 15/11/2022 (hora e data de Brasília).

**e Autenticidade:** E348F696



**cidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo (10/20215)

SF-53115-030210/2022-15 / pg. 16

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.852.438/0001-96

**Razão Social:** LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA

**Endereço:** RUA VISCONDE DA LUZ 134 CONJUNTO 153 / ITAIM BIBI / SAO PAULO / SP / 04537-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 31/10/2022 a 29/11/2022

**Certificação Número:** 2022103101011290534507

Informação obtida em 15/11/2022 22:21:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://infoleg-autenticadadadosanterior.caixa.gov.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

ANEXO (10520216) - SET 55115:030210/2022-15 / pg. 17

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





16/11/2022

0061785946

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 1779374****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** anteriores a 15/11/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA**, CNPJ: 03.852.438/0001-96, conforme indicação constante do pedido de certidão.\*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 16 de novembro de 2022.

**PEDIDO Nº:**

0061785946



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 18



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Certidão nº: 40141711/2022

Expedição: 15/11/2022, às 22:25:19

Validade: 14/05/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.852.438/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo (10520218) - SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 19

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Menu Principal ▾

BOM DIA  
adalzira frança soares de luccaSistemas  
Interativos

BOLETO »» Nada Consta | menu ajuda



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.**CNPJ:** 03.852.438/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 00:57:11 do dia 16/11/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/12/2022.

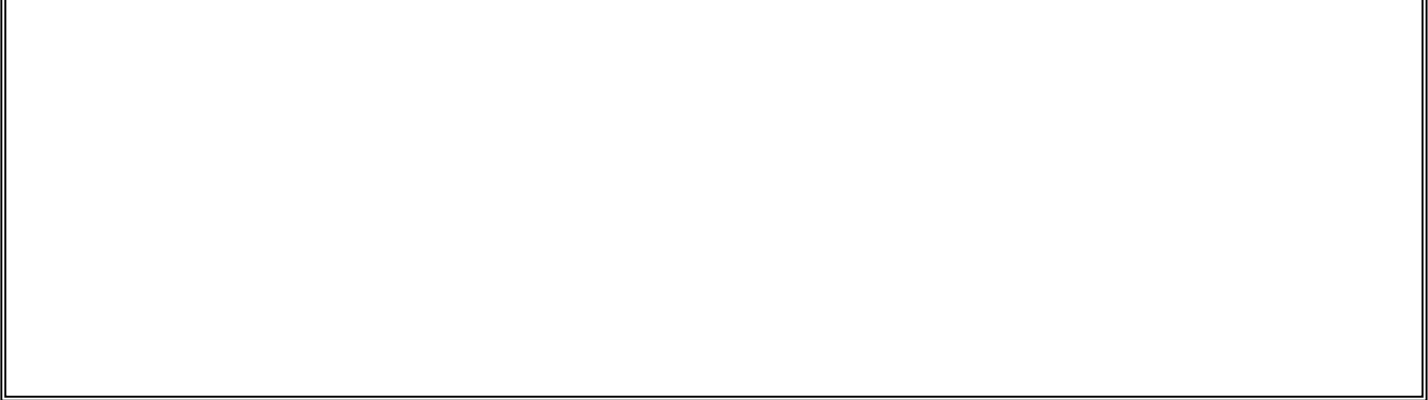
Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 20

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

  
[Imprimir](#)[Voltar](#)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp](https://as.anatel.gov.br/boleto/NadaConsta/certidao.asp)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo (10320219)

SEI 55115.036210/2022-15 / pg. 21

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



NOME/RAZÃO SOCIAL LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.				CNPJ 03852438000196	
Nº DA ESTAÇÃO 699579333	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 24° 01' 42.00" S	LONGITUDE 46° 28' 19.00" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RUA CARLOS GOMES, nº 47.				DISTRITO	
BAIRRO VILA ASSUNCAO				MUNICÍPIO Praia Grande	UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 05/12/2022

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Praia Grande UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 100.3 MHz CANAL: 262

CLASSE: C COTA BASE DA TORRE: 14.00

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW630

NOME FANTASIA: KISS FM LITORAL

CIDADE DA OUTORGA: Praia Grande

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: RUA CARLOS GOMES BAIRRO: VILA ASSUNCAO

MUNICÍPIO: Praia Grande UF: SP

NUMERO: 47 COMPLEMENTO: OCIAN

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Sintech Sistemas Eletrônicos

CÓDIGO: 027830902884

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: EX 1000

CÓDIGO: POTÊNCIA: .350 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: kW

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: GOBER ELETRONICA LTDA. MODELO: GAFM01

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: OMNIDIRECIONAL

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 55 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

FABRICANTE: BEAM TILT: .00 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS-RADIO FREQUENCY SYSTEMS

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: HF 7/8

MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 16/11/2022 22:33:17



Emitido Em  
28/08/2014

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=C2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDJyNjM3NTgxNGNiMTBhZQ==>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decdd481d31>

Anexo (10/2022)

SLF5515:050210/2022-15 / pg. 22

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decdd481d31

## PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito a **SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, com sede em SÃO PAULO, SP, na Avenida Paulista, 2200, Escritório 54, Bela Vista, CEP 01310-300, aqui representada na forma de seu contrato social por sua sócia administradora **TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**, inscrita no CPF sob o nº 279.767.838-90, nomeia e constitui seus bastante procuradores o Sr. **ÉDIO HENRIQUE DE ALMEIDA JOSÉ E AZEVEDO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 105.487 e OAB/DF sob o nº 34.272, a Sra. **ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 1.540, o Sr. **MIGUEL EYER NOGUEIRA BARBOSA**, brasileiro, divorciado, advogado inscrito na OAB/DF sob o nº 43.368 e OAB/MG nº 108.011 e a Sra. **CIBELE BORGES BARBOSA**, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/DF sob o nº 38.570, todos com escritório em Brasília, DF, no SHIS, QI 09, Conjunto 17, Casa 14, CEP 71625-170, telefone (61) 3364-1000, outorgando-lhe os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, **para o fim específico de** representá-la perante a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e o Ministério das Comunicações – MCOM nos processos referentes, dentre outros, a PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E SELETIVOS EM GERAL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E SEUS ANCILARES; RENOVAÇÃO DE OUTORGA; TRANSFERÊNCIA DE OUTORGA; SOLICITAÇÃO DE ASSENTIMENTO PRÉVIO; COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS E REGULARIZAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO E DIRETIVO; DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA; COMUNICAÇÃO DE MUDANÇAS DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E JURÍDICAS; CONSIGNAÇÃO DE CANAIS E RADIOFREQUÊNCIAS; MUDANÇAS DE GERADORAS CEDENTES DE PROGRAMAÇÃO; AUMENTO E REDUÇÃO DE POTÊNCIA; ADAPTAÇÃO DE OUTORGA PARA FM, INCLUINDO A ASSINATURA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO COM A UNIÃO; REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO E TERMO DE PARCELAMENTO OU CONFISSÃO DE DÍVIDA RELATIVA AO PREÇO PÚBLICO A SER PAGO PELA OUTORGA DE SERVIÇOS, ADAPTAÇÃO DA OUTORGA E ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS; TRANSFORMAÇÃO DE RTVS SECUNDÁRIA EM PRIMÁRIAS; DEFESAS E REPRESENTAÇÃO EM PROCESSOS DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO E DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO; SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SERVIÇOS ANCILARES DE RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM GERAL; SOLICITAÇÃO DE AUTOCADASTRAMENTO NO MOSAICO; CADASTRAMENTO DE ENGENHEIROS E TERCEIROS NO MOSAICO; CADASTRAMENTO NO CADSEI; CADASTRAMENTO NO SEI DA ANATEL E MCOM e outros sistemas, podendo, para tanto, requerer, peticionar, apresentar documentos em geral, cumprir exigências, dar declarações, apresentar defesas e manifestações, interpor recursos ou representações, firmar termos e compromissos, celebrar contratos e convênios, pagar taxas, preços públicos e emolumentos, receber e dar quitação, ter vistas a processos, requerer cópias, acompanhar a tramitação de processos nos assuntos de interesse da outorgante nesses Órgãos e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento da presente procuração, podendo substabelecer com reservas.

São Paulo, SP, 16 de novembro de 2022



**TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA**  
Sócia e Administradora



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamara.org.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 23

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

**INSCRIÇÃO: 1540**

NOME  
ADALZIRA FRANÇA SOARES DE LUCCA

FILIAÇÃO  
ACIOLY FRANÇA SOARES  
TEREZINHA DE CASTRO SOARES

NATURALIDADE  
BARRETOS-SP

RG  
184921 - SSP/DF

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS  
NÃO

DATA DE NASCIMENTO  
03/02/1951

CPF  
098.726.631-49

VIA  
01

EXPEDIDO EM  
07/09/2011

*Francisco Queiroz Caputo Neto*  
FRANCISCO QUEIROZ CAPUTO NETO  
PRESIDENTE

**TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL** 03090601

**USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)**



ASSINATURA DO PORTADOR  
*Adalze França Soares de Lucca*




OBSERVAÇÕES



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 24

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Protocolo Digital - Protocolar doc. junto  
MCOM v6 por Cidadão

Status  
Em Andamento

Código  
010.287

Capturar Triagem Pendente *Ciclo: 01*

Início da Atividade  
18/11/2022

Protocolo Digital

Número da Solicitação  
264359.0010129/2022

CPF  
098.726.631-49

Nome  
Adalzira França Soares de Lucca

E-mail  
adalzira@ea.adv.br

Sexo  
Feminino

Data de nascimento  
03/02/1951

País de nacionalidade  
Brasil

☒ Autorizo o contato por telefone

Telefone principal  
(61) 99987-6837

Telefone secundário  
(61) 33641-000

Data de envio da solicitação  
18/11/2022

Recibo da Solicitação

PDF com o recibo da Solicitação  
10287\_1.pdf

Dados da Solicitação

Tipo de Solicitação  
01 - Protocolizar documentos para o Ministério das Comunicações

Dados do Solicitante

Tipo do Solicitante  
Pessoa Jurídica

Procuração  
DOC 16-PROCURAÇÃO.pdf

CNPJ  
438/0001-96



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Razão Social  
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.

E-mail  
adalzira@ea.adv.br

Documentação Necessária

Tipo de Documento

Requerimento

Selecionar Documento

DOC 1-ENCAMINHA DOCS.pdf

Tipo de Documento

Requerimento

Selecionar Documento

DOC 2-REQUERIMENTO.pdf

Complementação do Protocolo Anterior

Solicitação é complementar a um protocolo anterior  
NÃO

Documentos Complementares (Preenchimento Opcional)

Descrição do documento

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COM. DO ESTADO DE SÃO PAULO

Selecionar Documento

DOC 3-CERTIDAO JUCESP.pdf

Descrição do documento

INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA

Selecionar Documento

DOC 4-CNPJ.pdf

Descrição do documento

DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA ADMINISTRADORA

Selecionar Documento

DOC 5-RG TAIS ABREU.pdf

Descrição do documento

DOC. IDENTIDADE DA SÓCIA

Selecionar Documento

DOC 6-RG JOSSENEIDE SANTOS.pdf

Descrição do documento

PROVA DE REGULARIDADE DE TRIBUTOS FEDERAIS

Selecionar Documento

DOC 7-CND FEDERAL.pdf

Descrição do documento

CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS NÃO INSCRITOS NA D. ATIVA

Selecionar Documento

DOC 8-CND EST. NAO INSCRITOS.pdf

Descrição do documento

CERT. NEGATIVA DE TRIB. ESTADUAIS INSCRITOS NA D. ATIVA

Selecionar Documento

DOC 9-CND EST. DIVIDA ATIVA.pdf

Descrição do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Selecionar Documento DOC 10-CND MUNICIPAL.pdf

---

Descrição do documento CERT. NEGATIVA DO FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO

Selecionar Documento DOC 11-CND FGTS.pdf

---

Descrição do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Selecionar Documento DOC 12-CND FALÊNCIA.pdf

---

Descrição do documento CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Selecionar Documento DOC 13-CND TRABALHISTA.pdf

---

Descrição do documento PROVA DE REGULARIDADE JUNTO AO FISTEL

Selecionar Documento DOC 14-CND FISTEL.pdf

---

Descrição do documento LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

Selecionar Documento DOC 15-LICENÇA.pdf

---

Descrição do documento PROCURAÇÃO PARA ATUAR JUNTO AO MCOM

Selecionar Documento DOC 16-PROCURAÇÃO.pdf

---

Descrição do documento DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA PROCURADORA

Selecionar Documento DOC 17-OAB ADALZIRA.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[servicos.gov.br/bpm/carrega\\_etapa?action=carrega&sCodProcesso=10287&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVer..](https://servicos.gov.br/bpm/carrega_etapa?action=carrega&sCodProcesso=10287&sCodEtapa=15&sCodCiclo=1&sCodForm=6&sCodVer..)

Portal Digital (10328207)

SEI 93145-050216/2022-15 / pg. 27

## Estações

Estações ▼

✓ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status ▾	CNPJ ▾	Entidade ▾	NumFistel ▾	Carater ▾	Finalidade ▾	Serviço ▾
Visualizar em PDF ▼ ▶	FM-C4 (Canal Licenciado)	03852438000196	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	50406964181	P	Comercial	FM

Anexo Anatel (11023629)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 28



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.

**CNPJ:** 03.852.438/0001-96

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:52:44 do dia 21/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

Id solicitação: 57dbac4b6ba6b

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	
<b>Nome Fantasia:</b> KISS FM LITORAL	
<b>Telefone:</b> (11) 3016-5999	<b>E-mail:</b> contabilidade@padvogados.com.br
<b>CNPJ:</b> 03.852.438/0001-96	<b>Número do Fistel:</b> 50406964181
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2012	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 31/03/2028	
<b>Observações:</b> RESOLUÇÃO ANATEL 200/99;Ato 3013, de 03/06/2009, Suspendeu os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008. Ato nº 8305, de 17/12/2010, publicado no DOU, de 21/12/2010, restabelece os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008.	

Endereço Sede	
<b>Logradouro:</b> Avenida Paulista	<b>Complemento:</b> 18º ANDAR - CONJUNTO 184 - CERQUEIRA CÉSAR
<b>Bairro:</b> Bela Vista	<b>Numero:</b> 2.200
<b>Município:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 01310300

Endereço Correspondência	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

Endereço do Transmissor	
<b>Logradouro:</b> Morro do Itaípu	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> Praia do Forte	<b>Numero:</b> S/N
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 11729899

Endereço do Estúdio Principal	
<b>Logradouro:</b> Tolentino Filgueiras	<b>Complemento:</b> Andar 8
<b>Bairro:</b> Gonzaga	<b>Numero:</b> 119
<b>Município:</b> Santos	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 11060471

Endereço do Estúdio Auxiliar	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 262	<b>Frequência:</b> 100.3 MHz	<b>Classe:</b> B1	<b>ERP Máxima:</b> 0.4808kW
<b>HCI:</b> 75 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2



23/10/2022 13:07:37 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Anexo Anatel (11029029)

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 30

## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 699579333						Número Indicativo: ZYW630					
Data Último Licenciamento: 14/02/2023						Número da Licença: 53500.001262/2023-11					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 24° 01' 18.01" S				Longitude: 46° 23' 46.00" W				Cota da base: 179.6 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 005960300518						Modelo: FM10000					
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.						Potência de Operação: 0.3 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF158-50JA-A0						Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS					
Comprimento da Linha: 105 m		Atenuação: 0.64 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50.00 ohms					
Antena Principal											
Modelo: BECP-4L						Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda					
Ganho: 3.22 dBd		Beam-Tilt: 5 °		Orientação NV: 330 °		Polarização: Circular		HCl: 75 m		ERP Máxima: 0.48 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 2.84	5°: 2.75	10°: 2.65	15°: 2.55	20°: 2.46	25°: 2.28	30°: 2.18	35°: 2.09	40°: 2.01	45°: 1.92	50°: 1.84	55°: 1.83
60°: 1.83	65°: 1.84	70°: 2.01	75°: 2.09	80°: 2.18	85°: 2.37	90°: 2.55	95°: 2.75	100°: 2.94	105°: 3.04	110°: 3.24	115°: 3.34
120°: 3.55	125°: 3.66	130°: 3.77	135°: 3.88	140°: 3.99	145°: 4.1	150°: 4.21	155°: 4.1	160°: 3.99	165°: 3.88	170°: 3.78	175°: 3.77
180°: 3.66	185°: 3.55	190°: 3.45	195°: 3.34	200°: 3.24	205°: 3.04	210°: 2.94	215°: 2.84	220°: 2.65	225°: 2.55	230°: 2.46	235°: 2.37
240°: 2.28	245°: 2.28	250°: 2.37	255°: 2.38	260°: 2.46	265°: 2.47	270°: 2.55	275°: 2.65	280°: 2.75	285°: 2.84	290°: 2.94	295°: 3.04
300°: 3.05	305°: 3.14	310°: 3.15	315°: 3.24	320°: 3.34	325°: 3.34	330°: 3.24	335°: 3.19	340°: 3.18	345°: 3.14	350°: 3.04	355°: 2.94
Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°53'11.9" S Lon 46°23'46" W	5°: Lat 23°53'13.75" S Lon 46°22'59.66" W	10°: Lat 23°53'37.96" S Lon 46°22'17.27" W	15°: Lat 23°53'42.19" S Lon 46°22'13.24" W	20°: Lat 23°53'54.56" S Lon 46°22'04.97" W	25°: Lat 23°54'18.9" S Lon 46°20'12.24" W	30°: Lat 23°54'49.83" S Lon 46°19'40.87" W	35°: Lat 23°54'24.18" S Lon 46°18'29.11" W	40°: Lat 23°54'43.71" S Lon 46°17'44.19" W	45°: Lat 23°55'14.02" S Lon 46°17'7.96" W	50°: Lat 23°55'44.04" S Lon 46°16'30.78" W	55°: Lat 23°56'19.96" S Lon 46°16'0.57" W
60°: Lat 23°56'58.14" S Lon 46°15'33.9" W	65°: Lat 23°57'38.3" S Lon 46°15'10.96" W	70°: Lat 23°58'21.77" S Lon 46°14'56.82" W	75°: Lat 23°59'8.26" S Lon 46°14'57.03" W	80°: Lat 23°59'53.35" S Lon 46°15'1.98" W	85°: Lat 24°0'37.9" S Lon 46°15'26.9" W	90°: Lat 24°1'17.76" S Lon 46°14'58.99" W	95°: Lat 24°2'0.12" S Lon 46°14'55.77" W	100°: Lat 24°2'41.36" S Lon 46°15'6.9" W	105°: Lat 24°3'23.59" S Lon 46°15'11.79" W	110°: Lat 24°4'2.43" S Lon 46°15'30.59" W	115°: Lat 24°4'39.24" S Lon 46°15'52.86" W
120°: Lat 24°5'11.4" S Lon 46°16'22.86" W	125°: Lat 24°5'45.79" S Lon 46°16'46.81" W	130°: Lat 24°6'15.1" S Lon 46°17'17.94" W	135°: Lat 24°6'41.51" S Lon 46°17'51.45" W	140°: Lat 24°7'8.5" S Lon 46°18'23.68" W	145°: Lat 24°7'28.94" S Lon 46°19'1.35" W	150°: Lat 24°7'46.08" S Lon 46°19'40.46" W	155°: Lat 24°8'8.45" S Lon 46°20'16.25" W	160°: Lat 24°8'28.04" S Lon 46°20'54.47" W	165°: Lat 24°8'40.06" S Lon 46°21'36.19" W	170°: Lat 24°8'53.38" S Lon 46°22'18" W	175°: Lat 24°8'58.65" S Lon 46°23'1.83" W
180°: Lat 24°9'5.15" S Lon 46°23'46" W	185°: Lat 24°9'3.37" S Lon 46°24'30.61" W	190°: Lat 24°9'2.71" S Lon 46°25'15.8" W	195°: Lat 24°8'58.38" S Lon 46°26'1.19" W	200°: Lat 24°8'50.32" S Lon 46°26'46.42" W	205°: Lat 24°8'38.53" S Lon 46°27'31.13" W	210°: Lat 24°8'23.04" S Lon 46°28'14.94" W	215°: Lat 24°8'0.01" S Lon 46°28'54.5" W	220°: Lat 24°7'41.18" S Lon 46°29'38.39" W	225°: Lat 24°7'11.67" S Lon 46°30'13.63" W	230°: Lat 24°6'42.51" S Lon 46°30'49.89" W	235°: Lat 24°6'7.53" S Lon 46°31'19.25" W
240°: Lat 24°5'32.71" S Lon 46°31'49.65" W	245°: Lat 24°4'53.24" S Lon 46°32'12.1" W	250°: Lat 24°4'10.52" S Lon 46°32'25.81" W	255°: Lat 24°3'28.48" S Lon 46°32'40.28" W	260°: Lat 24°2'44.63" S Lon 46°32'45.55" W	265°: Lat 24°2'0.94" S Lon 46°32'46.57" W	270°: Lat 24°1'17.75" S Lon 46°32'43.39" W	275°: Lat 24°0'36.23" S Lon 46°32'25.78" W	280°: Lat 23°59'56.67" S Lon 46°32'9.57" W	285°: Lat 23°59'19.35" S Lon 46°31'49.85" W	290°: Lat 23°58'51.04" S Lon 46°31'7.41" W	295°: Lat 23°58'36.54" S Lon 46°30'4.68" W
300°: Lat 23°58'23.62" S Lon 46°9'16.37" W	305°: Lat 23°57'41.65" S Lon 46°9'23.97" W	310°: Lat 23°57'21.67" S Lon 46°8'54.09" W	315°: Lat 23°56'17.78" S Lon 46°9'14.38" W	320°: Lat 23°56'10.95" S Lon 46°8'27.83" W	325°: Lat 23°55'34.14" S Lon 46°8'28'9.36" W	330°: Lat 23°54'37.51" S Lon 46°8'27'58.9" W	335°: Lat 23°53'50.1" S Lon 46°8'27'24.13" W	340°: Lat 23°53'37.61" S Lon 46°8'26'44.3" W	345°: Lat 23°53'37.61" S Lon 46°8'26'0.92" W	350°: Lat 23°53'23.95" S Lon 46°8'26'0.92" W	355°: Lat 23°53'18.48" S Lon 46°8'26'0.92" W





Distância por radial											
0º: 15	5º: 15	10º: 14.4	15º: 14.6	20º: 14.6	25º: 14.3	30º: 13.8	35º: 15.6	40º: 15.9	45º: 15.9	50º: 16	55º: 16
60º: 16	65º: 16	70º: 15.9	75º: 15.5	80º: 15	85º: 14.1	90º: 14.9	95º: 15	100º: 14.9	105º: 15	110º: 14.9	115º: 14.7
120º: 14.4	125º: 14.4	130º: 14.3	135º: 14.1	140º: 14.1	145º: 14	150º: 13.8	155º: 14	160º: 14.1	165º: 14.1	170º: 14.3	175º: 14.3
180º: 14.4	185º: 14.4	190º: 14.6	195º: 14.7	200º: 14.9	205º: 15	210º: 15.2	215º: 15.2	220º: 15.5	225º: 15.5	230º: 15.6	235º: 15.6
240º: 15.7	245º: 15.7	250º: 15.6	255º: 15.6	260º: 15.5	265º: 15.3	270º: 15.2	275º: 14.7	280º: 14.4	285º: 14.1	290º: 13.3	295º: 11.8
300º: 10.8	305º: 11.6	310º: 11.4	315º: 13.1	320º: 12.4	325º: 13	330º: 14.3	335º: 14.6	340º: 14.7	345º: 14.7	350º: 14.9	355º: 14.9

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.48 kW

RDS	
<b>Código PI:</b>	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Portaria	MC	27/03/2008	31/03/2008	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Portaria	MC	11/10/2013	22/10/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	175	Decreto Legislativo	CN	05/04/2010	06/04/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	1019	Ato	ORLE	06/02/2014	10/02/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332243/202-53	9579726	Ato	ORLE	19/12/2022	04/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 266.229.448-57											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
PAULA BARRETO BUONO ADAMO	<a href="#">266.229.448-57</a>	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	<a href="#">03.852.438/0001-96</a>	Sócio	152100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:55:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 113.303.948-01											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLÁUDIA AMORIM	113.303.948-01	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Praia Grande
		LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Sócio	16900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:55:44



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 03.852.438/0001-96											
LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLÁUDIA AMORIM	113.303.948-01	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Diretor (SOCIA-GERENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Praia Grande
		LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Sócio	16900	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande
PAULA BARRETO BUONO ADAMO	266.229.448-57	LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.	03.852.438/0001-96	Sócio	152100	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Praia Grande

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:55:22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



Dados da consulta Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	03.852.438/0001-96

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: 06391644128 - Matheus Fellipe Fernandes de Souza

Data: 21/07/2023

Hora: 13:56:37



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

Dados da consulta Consulta

## Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.

Nº FISTEL: 50406964181

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 03852438000196

Situação: Ativa

Data Validade: 05/12/2022

☒ CADIN: Não

Incidência FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Paulista 2.200 - 18º ANDAR - CONJUNTO 184 - CERQUEIRA CÉSAR

Bairro: Bela Vista

Município: São Paulo

CEP: 01310-300

UF: SP

End. Corresp.:

Bairro:








Município:

CEP:

UF:

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1550	0	2011	26/03/2011	R\$ 2.160,00	28/03/2011	2.160,00	2.160,00	0001  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - DOU	0,00
6530	0	2012	03/12/2012	R\$ 769.000,00	20/12/2012	939.935,85	769.000,00	0002  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - RJ	0,00
9888	0	2012		0,00	20/12/2012	170.935,85	0,00	0003  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Estornado	0,00
9888	0	2012		0,00	20/12/2012	170.935,85	170.935,85	0004  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Restituído	0,00
7241 - PPDUR	0	2014	25/03/2014	R\$ 200,00	13/02/2014	180,00	180,00	0005  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
					18/02/2014	20,00	20,00		Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	27/09/2014	R\$ 1.000,00	08/09/2014	1.000,00	1.000,00	0006  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	30/03/2015	330,00	330,00	0007  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	30/03/2015	50,00	50,00	0008  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1889	0	2015	11/06/2015	R\$ 5.083,16	30/03/2015	6.777,55	5.083,16	0009  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - DOU	0,00
9889	0	2015		0,00	30/03/2015	1.694,39	0,00	0010  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	31/03/2016	330,00	330,00	0011  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	31/03/2016	50,00	50,00	0012  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	31/03/2017	330,00	330,00	0013  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	31/03/2017	50,00	50,00	0014  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	27/03/2018	330,00	330,00	0015  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	27/03/2018	50,00	50,00	0016  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1889	0	2018	03/04/2018	R\$ 3.166,35	10/10/2018	3.283,83	3.283,83	0017  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>		
					31/10/2019	721,56	721,56		Quitado - RN - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 330,00	27/03/2019	330,00	330,00	0018  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 50,00	27/03/2019	50,00	50,00	0019  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 330,00	23/09/2020	365,97	358,35	0022  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 50,00	23/09/2020	55,45	54,30	0023  <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



2018	0	2020	09/10/2020	R\$ 1.281,22	23/09/2020	1.281,22	1.281,22	 0024 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado - DOU	0,00
9999	0	2020		0,00	23/09/2020	7,62	0,00	 0025 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Pago a Maior	0,00
9200	0	2020		0,00	23/09/2020	1,15	0,00	 0026 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Pago a Maior	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 330,00	22/03/2021	330,00	330,00	 0027 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 50,00	22/03/2021	50,00	50,00	 0028 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 330,00	24/03/2022	330,00	330,00	 0029 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 50,00	24/03/2022	50,00	50,00	 0030 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	16/12/2022	R\$ 280,70	16/12/2022	280,70	280,70	 0031 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2023	12/03/2023	R\$ 2.000,00	13/02/2023	2.000,00	2.000,00	 0032 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 330,00	31/03/2023	330,00	330,00	 0033 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 50,00	31/03/2023	50,00	50,00	 0034 <a href="#">Histórico do Lançamento</a>	Quitado	0,00
<b>Total devido em 21/07/2023 (em reais):</b>										0,00
<b>Total de créditos em 21/07/2023 (em reais):</b>										1.703,16

#### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2007  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
LP - Lançamento Parcelado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Registros 1 até 32 de 32 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

NOME/RAZÃO SOCIAL LINEA SAT COMUNICACAO LTDA.				CNPJ 03852438000196		
Nº DA ESTAÇÃO 699579333		SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		NAT. SERV.	LATITUDE 24° 01' 18.01" S	LONGITUDE 46° 23' 46.00" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Morro do Itaipú, nº S/N.				DISTRITO		
BAIRRO Praia do Forte				MUNICÍPIO Praia Grande		UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		31/03/2028	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Praia Grande	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	100.3 MHz	CANAL:	261
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	179.6
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW630		
NOME FANTASIA:	KISS FM LITORAL	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Praia Grande		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Tolentino Filgueiras	BAIRRO:	Gonzaga
MUNICÍPIO:	Santos	UF:	SP
NUMERO:	119	COMPLEMENTO:	Andar 8
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	MTA Eletrônica Industrial Ltda.	MODELO:	FM10000
CÓDIGO:	005960300518	POTÊNCIA:	0.3 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Teel Tele-Eletrônica Ltda	MODELO:	BECP-4L
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	3.22 dBd
DESCRIÇÃO:	OMNIDIRECIONAL	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	330 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	75 m	BEAM TILT:	5 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
POLARIZAÇÃO:		GANHO:	dBd
DESCRIÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Radio Frequency Systems - RFS	MODELO:	LCF158-50JA-A0
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 21/07/2023 13:47:14



Autenticado eletronicamente, após conferência com	Emitido Em 14/02/2023	Esta lic <a href="https://portal">https://portal</a>
---	--------------------------	---

Emitido Em  
14/02/2023

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token>

original  
=U0NcYlxTQ1JcQ2xhc3NmZWlnbmNhOjoyMDIzNjNmNjhlOTA1





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>03.852.438/0001-96</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>05/06/2000</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.</b>
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE <b>ME</b>
---	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>
---

LOGRADOURO <b>AV PAULISTA</b>	NÚMERO <b>2200</b>	COMPLEMENTO <b>ANDAR 5 CONJ 54</b>
----------------------------------	-----------------------	---------------------------------------

CEP <b>01.310-300</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>BELA VISTA</b>	MUNICÍPIO <b>SAO PAULO</b>	UF <b>SP</b>
--------------------------	--------------------------------------	-------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>CONTABILIDADE@PADVOGADOS.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(11) 3016-5999/ (11) 3016-5987</b>
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>18/10/2003</b>
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **21/07/2023** às **14:00:04** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Annexo Certidões Limitadas (1623632)

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 42

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### ■ Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 03.852.438/0001-96 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a [página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

Nova consulta

Avançar

Anexo Certidões Emitidas (11023632)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 43



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

Voltar

Imprimir



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.852.438/0001-96  
**Razão Social:** SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL SP LT  
**Endereço:** AV PAULISTA 2200 ANDAR 5 CONJ 54 / BELA VISTA / SAO PAULO / SP / 01310-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/07/2023 a 03/08/2023

**Certificação Número:** 2023070506520654447121

Informação obtida em 21/07/2023 14:01:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d311>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Certidão nº: 36327398/2023

Expedição: 21/07/2023, às 14:02:01

Validade: 17/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.852.438/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo Certidões Emitidas (1623632) SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 45

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**Data de Envio:**

07/08/2023 16:10:52

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.030210/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 12865/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.030210/2022-15

INTERESSADO: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.

NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse do SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Praia Grande/SP, referente ao seguinte período: 05/12/2022 a 05/12/2032,

### ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar as seguintes documentos:**

### RELATIVOS À ENTIDADE

3.1. prova de regularidade perante a Fazenda federal, da sede da pessoa jurídica, atualizada, na forma da lei;

3.2. prova de regularidade relativa à seguridade social ;

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias** a partir da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, Assistente Técnico, em 07/08/2023, às 16:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11049614** código CRC **BA363DBA**

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referências** processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11049614



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Nota Técnica 12869 (11049614)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 48

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22722/2023/MCOM

Brasília, 07 de agosto de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal do  
**SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ Nº 03.852.438/0001-96)**  
Avenida Paulista nº 2200 - Conjunto 54 - 5º andar - Bela Vista  
01.310-300 - São Paulo/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.030210/2022-15**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 12865/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias** da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink**

- **Protocolo Digital do MCom** ([www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes](http://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes)).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.



Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec4831d31>

Ofício 22722 (11049678)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 49

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec4831d31

disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico** em 07/08/2023, às 16:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11049618** código CRC **9CFB71BD**

#### Anexos:

- Nota Técnica nº 12865/2023 (SUPER 11049614)

**Referência:** Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11049618



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Ofício 22722 (11049618)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 50

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França

Seg, 07/08/2023 16:51

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.030210/2022-15

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 7 de agosto de 2023 16:10**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.030210/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Praia Grande/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NOBGAAAAAAD31SCGCRSW...> 1/1

E-mail Resposta CGFM (41036979) - SEP53115.030210/2022-15 / pg. 51

1e99c4c-155b-45f8-42-c8dec481d31

**Data de Envio:**

08/08/2023 11:45:56

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

EUCLIDESBIMBATTI@UOL.COM.BR  
rf.armando@hotmail.com  
claudiaaadam@uol.com.br  
napoleao.muniz@hotmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.030210/2022-15

INTERESSADA: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_11049618.html  
Nota\_Tecnica\_11049614.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



# Cadastro para acesso ao SEI

## CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatório   Consultar   Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

03.852.438/0001-96

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.	03.852.438/0001-96	EUCLIDESBIMBATTI@UOL.COM.BR, fframand@napoleao.muniz@hotmail.com

10 ▾

1 / 1

**Data de Envio:**

08/08/2023 11:48:54

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, foi encaminhada notificação à SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ 03.852.438/0001-96), solicitando a complementação da instrução processual.

Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_11049614.html

Oficio\_11049618.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:**00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:**Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:**Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I - RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, forneceu informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 55

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput* da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput* da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput* da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. [\(Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968\)](#)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto [no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 57

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas ~~aperfeiçoadas~~ ~~aperfeiçoadas~~ quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão ~~sonora~~ ~~empresarial~~ (comercial). Portanto, a ~~manifestação~~ ~~de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e~~ ~~é~~ ~~assim~~ como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Referência: P-00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 58



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência** pois os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art. 37, **caput** da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetitiva** e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed9334c-1156-457b-8f42-c8dec481d31>

Referência: H-00010-2023-CONJUR/COM/CGU/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 59

1ed9334c-1156-457b-8f42-c8dec481d31



§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação, constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da manifestação administrativa que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

#### **Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas União, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período de 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Referência: P-00010-2023/CONJUR/COM/CG/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 61

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. A apresentação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR**. Esse administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

### II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fiel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de tratar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contrato com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d311>

Referência: P-00010/2023-CONJUR/MCOM/CGU/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 64

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d311

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III - CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR**, o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos** da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Referência: N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 65



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.







ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11347765)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 67

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

PUBLICADO NO DIÁRIO	
OFICIAL DE 31 / 03 / 08	
Página: 71	Seção: 3
ANOTADO POR: Rose	

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 135 , DE 27 DE MARÇO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000743/2000, Concorrência nº 109/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

  
HELIO COSTA



**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 169, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE MUNIZ FREIRE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.028, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Muniz Freire para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 170, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CRISTÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.141, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Beneficente Cristã para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 171, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL NOSSA TERRA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiapu, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 961, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Nossa Terra para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taiapu, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 172, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E SOCIAL DE SANTA HELENA DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 50, de 28 de fevereiro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural e Social de Santa Helena de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Helena de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 173, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIO-DIFUSÃO DE SÃO PEDRO DO AVAI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuau - Vila São Pedro do Avai, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 168, de 10 de abril de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão de São Pedro do Avai para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manhuau - Vila São Pedro do Avai, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 174, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MORRINHOS - ACDM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 292, de 6 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Cooperação e Desenvolvimento de Morrinhos - ACDM para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morrinhos, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 175, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 135, de 27 de março de 2008, que outorga permissão à Linea Sat Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 5 de abril de 2010.  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

**Presidência da República****DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA****MENSAGEM**

Nº 140, de 31 de março de 2010. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4354.

Nº 143, de 5 de abril de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

Nº 144, de 5 de abril de 2010. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Doutor RAUL ARAÚJO FILHO, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Superior Tribunal de Justiça no cargo de Ministro, em vaga reservada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Paulo Benjamin Fragoço Gallotti.

**CASA CIVIL**  
**COMITÊ GESTOR DA INFRA-ESTRUTURA**  
**DE CHAVES PÚBLICAS**  
**SECRETARIA EXECUTIVA****RESOLUÇÃO Nº 76, DE 31 DE MARÇO DE 2010**

APROVA A VERSÃO 2.0 DO DOCUMENTO VISÃO GERAL SOBRE ASSINATURAS DIGITAIS NA ICP-BRASIL (DOC-ICP-15).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO COMITÊ GESTOR DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP-BRASIL, no exercício do cargo de Coordenador do referido Comitê, no uso das atribuições legais previstas nos incisos I, V e VI do art. 4º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001,

Considerando o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil e fixa a competência, prevista no § 6º art. 2º, do Secretário Executivo para coordená-lo na hipótese de ausência do Coordenador titular e suplente; e

Considerando a necessidade de atualização técnica e melhoria do texto do DOC-ICP-15.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 2.0 do DOC-ICP-15, anexo a esta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

**ANEXO****VISÃO GERAL SOBRE**  
**ASSINATURAS DIGITAIS NA ICP-BRASIL**  
**DOC-ICP-15**

Versão 2.0

19.03.2010

**SUMÁRIO**

- 1 INTRODUÇÃO 3
- 2 MOTIVAÇÕES 4
- 3 TERMINOLOGIA 5
- 4 DEFINIÇÕES 6
- 5 DOCUMENTOS SOBRE ASSINATURA DIGITAL NA ICP-BRASIL 10
- 6 PRINCIPAIS CONCEITOS 12
  - 6.1 Assinatura digital x assinatura eletrônica 12
  - 6.2 Entidades envolvidas na assinatura digital 12
  - 6.3 Ciclo de vida de uma assinatura digital 13
  - 6.4 Padrões para assinatura digital 15
    - 6.4.1 CMS Advanced Electronic Signature 15
    - 6.4.2 XML-DSig Advanced Electronic Signature 17
  - 6.5 Perfis de assinatura digital 18
  - 6.6 Políticas de assinatura 18
  - 6.7 Relação entre os padrões internacionais e os documentos ICP-Brasil 19
  - 6.8 Documentos eletrônicos com mais de uma assinatura digital 20
  - 6.9 Assinaturas digitais em lote 21
  - 6.10 Formato do documento eletrônico 21
  - 6.11 Formato do arquivo gerado com a assinatura digital 21
  - 6.12 Referências temporais 21
  - 6.13 Registros de auditoria 23
  - 6.14 Documento original e cópia 24

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010040600004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d310/2022-15/pg.69>

Anexo Ato de Outorga (41348005)

SEI 35195-030210/2022-15 / pg. 69

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d310



Roel Sérgio

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO  
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A LINEA SAT  
COMUNICAÇÃO LTDA., PARA EXPLORAR O  
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM  
FREQUÊNCIA MODULADA, NA LOCALIDADE  
DE PRAIA GRANDE, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 03 (três) dias do mês de dezembro do ano dois mil e doze, a UNIÃO, representada pelo Ministro Interino de Estado das Comunicações, Cezar Alvarez, e a LINEA SAT COMUNICAÇÃO LTDA., CNPJ n.º 03.852.438/0001-96, representada por sua Procuradora, Denise Maria Ayres de Abreu, RG/SP n.º 4.938.279-2, OAB/SP n.º 82574, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria n.º 135, de 27 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2008, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 175, 5 de abril de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 6 de abril de 2010, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica assegurado à Linea Sat Comunicação Ltda., o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Praia Grande, Estado de São Paulo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

**Parágrafo único.** A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência n.º 109/2000-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

**Cláusula 2ª.** A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.
- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;



- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gestão ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;
- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;





- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

**Cláusula 4ª.** Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil e quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "f" desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra "g" desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "d" desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra "e" desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;
- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra "d" desta cláusula;



- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

**Cláusula 5ª.** A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

**Cláusula 6ª.** A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 384.500,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e quinhentos reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

**Cláusula 7ª.** A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.

**Cláusula 8ª.** A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.





**Cláusula 9ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

**Cláusula 10ª.** O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

**Cláusula 11ª.** O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

**Parágrafo único.** A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

**Cláusula 12ª.** A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

**Cláusula 13ª.** O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

**Cláusula 14ª.** Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**Parágrafo único.** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**Cláusula 15ª.** O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

*ajm*

*[Assinatura]*

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**Cláusula 16ª.** Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

**Cláusula 17ª.** As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

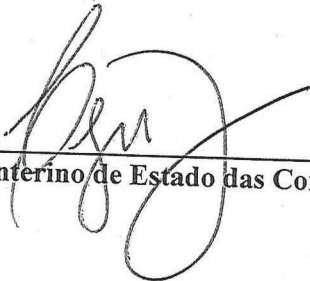
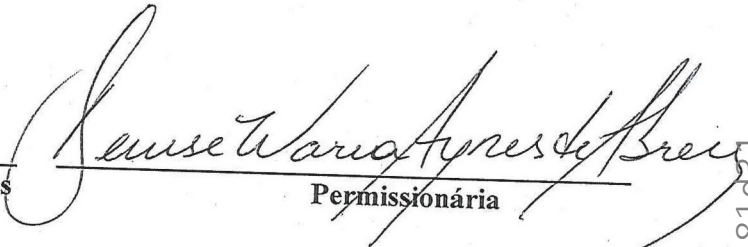

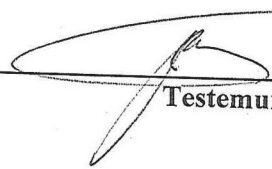
**Cláusula 18ª.** Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

**Cláusula 19ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

**Cláusula 20ª.** Este contrato somente esta sendo firmado em virtude de ordem judicial.

**Cláusula 21ª.** Uma via do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.

 _____ Ministro Interino de Estado das Comunicações	 _____ Permissionária
 _____ Testemunha	 _____ Testemunha



JUCESP  
09 06 21

**Linea Sat Comunicação Ltda.**  
**CNPJ : 03.852.438/0001-96**  
**NIRE : 35.216.352.427**

**Instrumento Particular de Alteração Contratual.**  
Terceira .

Sociedade Empresária.

Os abaixo assinados , descritos e qualificados :

**Josseneide Santos Barbosa** , brasileira , solteira , maior , nascida em 13/06/1971, empresária , portadora do R.G nº 50.738.430-1 SSP/SP e do CPF nº 078.773.677-59, residente e domiciliada no Município de São Vicente , Estado de São Paulo na Alameda Ary Barroso nº 192 , apartamento 125 , Edifício Brisamar , Ilha Porchat , CEP : 11.320-400 ; e

**William Santos Pereira** , brasileiro , solteiro , maior , nascido em 07/05/1979 , empresário , portador da cédula R.G nº 9.281.166 SSP/BA e do CPF nº 006.556.025-69, residente e domiciliado no Município de São Vicente , Estado de São Paulo na Alameda Ary Barroso nº 192 , apartamento 125 , Edifício Brisamar , Ilha Porchat , CEP : 11.320-400.

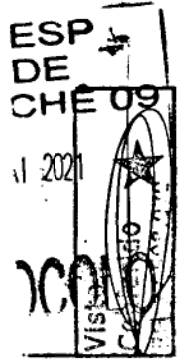
Únicos sócios quotistas detentores da totalidade do capital social da sociedade empresária limitada denominada **Línea Sat Comunicação Ltda** , sediada em São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 2.200 , escritório 54 , Bela Vista, CEP : 01310-30 , inscrita no CNPJ sob nº 03.852.438/0001-96 , com contrato social registrado na Junta Comercial do estado de São Paulo sob nº 35.216.352.427 (NIRE) em sessão de 05/06/2000.

Tem entre si justo e contratado , na melhor forma de direito , por livre e espontânea vontade , alterar o contrato social desta sociedade , conforme as cláusulas e condições a seguir descritas :

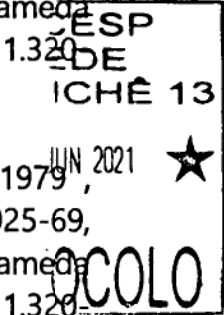
**Primeira – Alteração de Sócios.**  
**Cessão e transferência de quotas.**  
**Redistribuição do Quinhão de Capital Social.**

TRA

g



COLO



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



DUCE SP  
09 08 21



### I.1 —Retirada de Sócio:

O sócio **William Santos Pereira**, supra descrito e já qualificado, proprietário de 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentas) quotas, componentes do Capital Social, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real), totalizando sua participação societária, em moeda corrente nacional, R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos Reais), por sua livre e espontânea vontade e na melhor forma de direito, retira-se da sociedade, por este instrumento, cedendo e transferindo, em caráter oneroso, a totalidade destas quotas por seu valor nominal para **Tais Rothschild de Abreu Lilla**, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 18/05/1980, comunicóloga, portadora da cédula de identidade R.G nº 26.780.041-1 SSP/SP emitida em 27/08/2012 e do CPF nº 279.767.838-90, domiciliada no município de São Paulo, estado de São Paulo na Avenida Paulista nº 2.200 – 15º andar – conjunto 151 – Bela Vista, CEP: 01310-300. Ora admitida na sociedade.

A sócia **Josseneide Santos Barbosa** declina de seu direito de preferencia para a aquisição das quotas de William Santos Pereira.

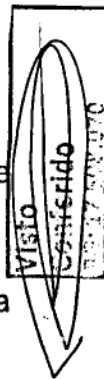
A sócia **Josseneide Santos Barbosa**, já qualificada, proprietária de 84.500 (oitenta e quatro mil e quinhentas) quotas, componentes do Capital Social, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames, cada uma de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (hum real), totalizando sua participação societária, em moeda corrente nacional, R\$ 84.500,00 (oitenta e quatro mil e quinhentos Reais), por sua livre e espontânea vontade e na melhor forma de direito, cede e transfere, em caráter oneroso, 82.810 (oitenta e dois mil, oitocentos e dez) quotas pelo valor nominal das mesmas R\$ 82.810,00 (oitenta e dois mil, oitocentos e dez reais), remanescendo na sociedade com 1.690 (hum mil, seiscentos e noventa) quotas equivalentes a 1% (um por cento) de participação no Capital Social, para **Tais Rothschild de Abreu Lilla**, já qualificada.

O cedente, retirante da sociedade e a cedente remanescente, declaram, por este ato, já haverem recebido em boa e corrente moeda nacional, o valor da cessão de suas quotas, conforme descrito acima, dando plena, geral, raza, irrevogável e irreatável

TRA



DUCE SP  
09 08 21



quitação , por este recebimento , para nada mais vir a reclamar , quanto ao presente feito , por si , seus herdeiros e , eventuais , sucessores.

Os cedente , a cessionários e a sociedade , dão-se , também , mutuamente plena quitação.

A cessionária declara ter pleno conhecimento do Ativo e Passivo da sociedade.

Assim sendo o " Caput " da cláusula 12ª do Contrato Social , passa a vigorar com a seguinte redação :

### Décima Segunda - Capital Social

O Capital Social é de R\$ 169.000,00 ( cento e sessenta e nove mil reais ) dividido em 169.000 ( cento e sessenta e nove mil ) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

Sócio	Quotas	Valor – R\$	% Participação
Josseneide Santos Barbosa	1.690	1.690,00	1
Tais Rothschild de Abreu Lilla	167.310	167.310,00	99
TOTAL	169.000	169.000,00	100

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

### Segunda – Alterar a administração da sociedade.

A sociedade passa a ser administrada isoladamente pela sócia Tais Rothschild de Abreu Lilla , já qualificada de acordo com a nova redação da Clausula Décima Quarta do Contrato Social abaixo descrita:

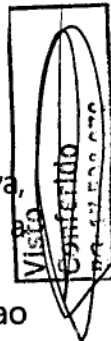
### Décima Quarta – Administração da Sociedade.

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla, já qualificada, que está dispensada de prestar caução.

TRA



JUCESP  
09 06 21



A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais , garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora poderá ter remuneração , se fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos , e sua investidura , nos cargos , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de radiodifusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente

### **Terceira – Alterar a Denominação Social da Sociedade.**

Deliberam os quotistas alterar a Denominação Social da sociedade que passa a ser: **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** , reformando a redação a clausula primeira que passa a ser:

#### **Primeira - Denominação Social**

A denominação social da Sociedade é " **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** "

Em sequencia , deliberam os sócios , unificar todas as cláusulas do Contrato Social da sociedade Línea Sat Comunicação Ltda , consolidando-o num só instrumento , já adaptado as posturas da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002.

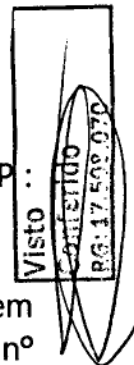
#### **Consolidação de Cláusulas do Contrato Social. Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.**

**Tais Rothschild de Abreu Lilla** , brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 18/05/1980 , comunicóloga , portadora da cédula de identidade R.G nº 26.780.041-1 SSP/SP emitida em 27/08/2012 e do CPF nº 279.767.838-90 , domiciliada no município de São Paulo , estado de São Paulo

TRA



JUCESP  
09 06 21



na Avenida Paulista n º 2.200 – 15 º andar – conjunto 151 – Bela Vista , CEP : 01310-300 ; e

**Josseneide Santos Barbosa** , brasileira , solteira , maior , nascida em 13/06/1971, empresária , portadora do R.G nº 50.738.430-1 SSP/SP e do CPF nº 078.773.677-59, residente e domiciliada no Município de São Vicente , Estado de São Paulo na Alameda Ary Barroso nº 192 , apartamento 125 , Edifício Brisamar , Ilha Porchat , CEP : 11.320-400.

Únicas sócias quotistas detentores da totalidade do capital social da sociedade empresária limitada denominada **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** , sediada em São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 2.200 , escritório 54 , Bela Vista, CEP : 01310-30 , inscrita no CNPJ sob nº 03.852.438/0001-96 , com contrato social registrado na Junta Comercial do estado de São Paulo sob nº 35.216.352.427 (NIRE) em sessão de 05/06/2000.

Deliberam pelo presente a Consolidação de Cláusulas do Contrato Social do Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda. Mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Primeira - Denominação Social**

A denominação social da Sociedade é "**Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** "

#### **Segunda- Finalidade.**

Executar serviços de radiodifusão em geral , quer de onda média , frequência modulada , sons e imagens ( televisão ) , onda curta e onda tropical , mediante autorização do Poder Concedente , na forma da Lei e da Legislação vigente.

#### **Terceira - Objetivo Social**

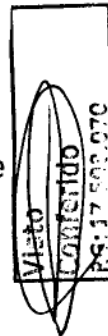
O objetivo social da empresa , de acordo com o artigo 3 º do Decreto n º 52.795, de 31/10/1963 , que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, será: a divulgação de programas de caráter educativo , cultural e recreativo,

TRA





JUCESP  
09 06 21



promovendo ao mesmo tempo , a publicidade comercial para produzir suporte aos encargos da empresa e a sua necessária expansão.

#### **Quarta - Sede Social e Domicílio Legal**

A empresa tem sede e domicílio legal no Município de São Paulo – SP na Avenida Paulista nº 2.200 , escritório 54 , Bela Vista, CEP : 01310-300

**Parágrafo Único :** Poderá manter. Filiais em qualquer ponto do território nacional e do exterior respeitadas a legislação vigente.

#### **Quinta – Prazo e Início das Atividades.**

A sociedade iniciou suas atividades em 02 de Maio de 2.000 , e seu prazo de duração é indeterminado.

Se necessária for sua dissolução , serão observados os dispositivos da Lei.

#### **Sexta – Alterações Contratuais.**

A Sociedade se compromete , por seus diretores e sócios , a notificar nos termos da Legislação Vigente as alterações contratuais , dentre aquelas exigidas em Lei, ao Poder Concedente , após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão.

#### **Sétima – Titularidade das Quotas Sociais.**

As quotas representantes do capital social ,em sua maioria, pertencerão ,sempre, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos .

#### **Oitava – Quadro Societário.**

Poderão fazer parte da Sociedade , pessoas jurídicas, brasileiras ou estrangeiras, estas , desde que tenham sede no Brasil e sejam constituídas sob as leis brasileiras, com participação de até 30% ( trinta por cento ) do Capital Social , sem direito a voto .

#### **Nona – Subordinação Legislativa.**

TRA



**Visto**  
**Conferido**

**Décima – Quadro de Funcionários e Orientação Técnico Administrativa.**

Para exercício das funções de administrador, procurador, locutor, responsável pelas instalações técnicas e, principalmente, para o encargo ou orientação de natureza intelectual, direta ou indiretamente, a sociedade se obriga, desde já, a admitir somente brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos.

A sociedade não poderá executar serviços , nem deter concessões ou permissões , de radiodifusão sonora no País , além dos limites fixados no artigo 12 do Decreto Lei n.º 236 de 28 de Fevereiro de 1967.

O Capital Social é de R\$ 169.000,00 ( cento e sessenta e nove mil reais ) dividido em 169.000 ( cento e sessenta e nove mil ) quotas de valor nominal unitário equivalentes à R\$ 1,00 (um real) cada uma e distribuído entre os sócios conforme a seguir descrito:

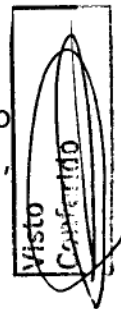
Sócio	Quotas	Valor – R\$	% Participação
Tais Rothschild de Abreu Lilla	167.310	167.310,00	99
Josseneide Santos Barbosa	1.690	1.690,00	1
<b>TOTAL</b>	<b>169.000</b>	<b>169.000,00</b>	<b>100</b>

O valor do Capital Social está totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, por este instrumento.

TRA



JUCESP  
09 08 21



Parágrafo Único: Nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

#### **Décima Terceira – Das Deliberações dos Sócios.**

As deliberações dos sócios serão tomadas pela maioria de votos, contados segundo o valor das quotas sociais de cada um.

As quotas sociais são indivisíveis, e representam um voto cada uma.

As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião de quotistas, convocadas pelo administrador quando necessário, e, ao menos, uma vez por ano, nos termos da Cláusula Vigésima Segunda.

Em qualquer hipótese, a convocação se fará por correspondência simples protocolada.

#### **Décima Quarta – Administração da Sociedade.**

A sociedade será administrada isoladamente por Tais Rothschild de Abreu Lilla, já qualificada, que está dispensada de prestar caução.

A administradora está investida de amplos poderes de representação ativa e passiva, jurídica e extra-jurídica, da sociedade, podendo constituir procuradores, atribuindo a eles poderes específicos, judicial e extra judicialmente.

Não é permitido o uso da razão social em negócios não relacionados diretamente ao objeto da sociedade, porém de interesse dos quotistas, inclusive para: avais, garantias e outras ações para favor de terceiros.

A administradora poderá ter remuneração, se esta for fixada pela sociedade e permitida pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** : Os administradores serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 ( dez ) anos, e sua investidura, nos cargos, após haver a entidade recebido concessão ou permissão para executar serviços de

TRA



JUCESP  
09 08 21

radiodifusão, sómente poderá ocorrer , depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente

#### **Décima Quinta - Exercício Social .**

O exercício social tem início em 01 de Janeiro e término em 31 de Dezembro. No término do exercício social o administrador procederá à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

#### **Décima Sexta - Alienação e transferência de quotas.**

As quotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros estranhos à Sociedade sem o consentimento expresso dos demais sócios , nos termos do estipulado na Clausula Sexta deste Contrato Social , e para esse fim , o sócio retirante deverá comunicar a sua resolução à entidade.

A preferência na aquisição ou cessão das quotas integrantes do Capital Social, é dos sócios que permanecerem, caso algum outro queira se retirar da sociedade.

No caso de falecimento de qualquer dos sócios os remanescentes terão o direito de aquisição das quotas do falecido, bem como a indicação do outro sócio.

**Parágrafo único :** Os sócios detentores da maioria do Capital Social , assim entendido , participação societária de 75% ( setenta e cinco por cento ) do capital social , ou mais , poderão excluir os demais na hipótese de qualquer dos sócios colocar em risco a continuidade da sociedade, pela prática de atos ou omissões de inegável gravidade, ou ainda vir a prejudicar a reputação da sociedade em razão de protesto, bem como processo de cobrança por conta de dívida de caráter particular ou decorrente de atividade praticada em outra empresa através de simples alteração contratual após deliberação em reunião, assegurado o exercício de defesa no prazo de convocação e durante a reunião

#### **Décima Sétima – Apuração de Haveres.**

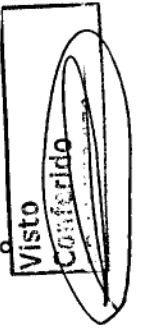
Falecendo um dos sócios ou se tornando interdito a Sociedade não se dissolverá, prosseguindo com os remanescentes. Os eventuais herdeiros , ou representantes legais do sócio falecido , ou interdito , somente poderão participar do Capital Social com a concordância dos sócios remanescentes .

TRA



Visto

DUCE SP  
09 06 21



#### **Vigésima Primeira – Conselho Fiscal.**

A sociedade de acordo com as disposições dos artigos 1.066 a 1.070 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2.002 , não implantará Conselho Fiscal.

#### **Vigésima Segunda – Da Deliberação anual dos Quotistas.**

Os quotistas deliberarão, em reunião anual, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social, sobre as contas dos administradores e outros assuntos previstos em lei e de interesse da sociedade.

Os requisitos para convocação e instalação desta reunião obedecerão a rito simplificado, dispensando-se: publicação de edital, atas, convocações , demonstrações financeiras e relatórios congêneres.

A convocação para a Reunião anual será por protocolo em correspondência simples.

#### **Vigésima Terceira – Da Remuneração dos Administradores e da Distribuição de Resultados.**

##### Remuneração dos Administradores.

Os administradores poderão ter direito a remuneração , à título de pro labore, que será levada a registro contábil como despesa operacional, em valores livremente estabelecidos pelos quotistas.

##### Distribuição de Resultados.

Os quotistas poderão receber distribuição de resultados, fruto da atividade operacional da empresa, apurados em balancetes periódicos e balanço anual.

É permitida a antecipação de distribuição de resultados, observando-se o valor dos lucros apurados no período e daqueles acumulados, obedecendo a legislação vigente e aplicável à modalidade tributária da empresa.

TRA



9230UC  
12 80 80



SEM VALOR DE CERTIDÃO



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d311>



JUCESP  
09 06 21

A parcela de distribuição de resultados será estabelecida de livre e comum acordo entre os quotistas.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma juntamente com duas testemunhas, destinando-se a primeira para registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, e as demais para as partes contratantes.

São Paulo, 15 de Março de 2021

Josseneide Santos Barbosa  
Josseneide Santos Barbosa

Tais Rothschild de Abreu Lilla  
Tais Rothschild de Abreu Lilla

William Santos Pereira  
William Santos Pereira

Testemunhas:  
Euclides Bimbatti  
Euclides Bimbatti Filho  
R.G.: 6.558.922-1 SSP/SP

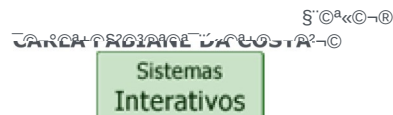
JUCESP  
09 JUN 2021  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO - JUCESP  
GISELA SINTEMA DESCHIN  
SECRETÁRIA GERAL  
269.218/21-0  
Marilene Motta Coelho  
R.G.: 6.341.554 SSP/SP

CARTÓRIO DO 16º TABELÃO DE NOTAS  
SAO PAULO - SP  
Rua Augusta, 1636/1641 Cep: 01304-001  
Fabio Tadeu Bignotto - Tabelião  
RECONHECIDO POR SEMELHANÇA (N) FIRMA(S)  
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA (315469)  
Sao Paulo, 10 de março de 2021.  
EM TEST DA VERDADE.  
ATO COM VALOR ECONÔMICO  
COD. SER. 4954480150480149494802510349  
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE  
FIRMA R\$ 10,35 \*\* TOTAL R\$ 10,35  
DIGITADOR: Jadelilson 10:43:51

Alexandro Silva Trindade  
Tabelião  
Rua Antonio Bravense, 1863 Fone: (11) 5180-1000  
Charges: São Paulo, SP - JUCESP - CEP 04713-005  
Carimbo: 486579 - SAO PAULO, 16 de março de 2021  
Valor: R\$ 20,70 Em test da verdade  
Conf.: Ricardo Vitor  
Ala.: 43180/828084232 DENIVEL PANCOS DE CORTINA escrevente  
Selo(s): 103344-664130/



Ricardo Neves Vitor  
Escrevente Autorizado



 Menu Principal ▼

```
== 2µµ2697.;<47247 2µµ2WSXYS[QU]USTc|Q|QR|.STVTWS:RSYQ2-5:2 24»:542
```

23456725428697::<42 2=697::<42

222

22 ?@ABCDEF>?GH?AIJK?FLEFM@DILELNOOO

PQRSTUVWXYZ[\]^_`a											
Wbcd^2efghijkfhleeemnop											
qrqPstuTvsTWWtxbrWuWuwTyrPwzuyTqxyTvsTquwTcuxywTyPvu											
bwts	Wbcd{Wc	sbPrvuvs tW	Wbcd	Wuz}w	~\U WS\Y	cuzP wb	cuzP cb	qszrwq Prcw	x  txbrWrcrw		
a_3 —	<u>ehqfapn</u> <u>io</u>	23 == 2 322` 3	<u>efghiiqkfhleeemn</u> <u>op</u>	86	mpoe	eee	eee		nn	` `44	2495
=3 32	<u>iogpgfhfn</u> <u>oe</u>	23 == 2 322` 3	<u>efghiiqkfhleeemn</u> <u>op</u>	86	mpfme	eee	eee		nn	` `44	2495
		23 == 2 322` 3	<u>efghiiqkfhleeemn</u> <u>op</u>	3_3 3<6	e	nn	nn		nn	` `44	2495

xYZQS^T ;T¢TWuzyuT|u£rubsTvuTWwqPuT|szzsrzuTTTTTTTTTTv|)]^Tα{{ααTTTTTTTTTT¥S)^T;^|^

T  
T


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\*+\*&,"-!2(\*//20!!0(\*//!2,\*&!(!2!+!(1\*1!\*&/(/\*/\*!)!(!/\*!2&,\*""

1e56-457b-8f42-c8dec0481d31

424

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



ANATEL

Sistemas Interativos

Menu Principal

2222'697.;<472>47 2222 XTYZT\RV^VTUc^JR^RS^μTUWUXT\ISTZ2 μf 2229:2 24,542

23456725428697.;<42 2=>7.;<4562

222

22@ABCDEFG?@HI@BJKL@GMFGNAEJMFMOPPP

QRSTUUVWUXTYZ\]^_`2`ab											
Xcd_2efghffihjffklm											
nopq	XncrsXcd	qnQtuvuq pX	Xncr	Xvwxo	y]Vz XT]^Z	cvwQz on	cvwQz cn	{qw t}o{ Qtco	~d p~ntXtcto		
32 =	<u>efghffihjffk lm</u>	23 ... =2 322a 3	<u>eihgfhigeeek mj</u>	86	jme eee eee			b	kk	a a442495>	

~Z[RT\_UUUXvwvUdv tvnqUuvUXo{QvUdqwwqtwwUUUUUUUUUUu^}\_U\_issijUUUUUUUUUUU\$T^\_U\_£\_ji

U

U



$\pm 23' \mu 3 \eta$ ,  
 13 103' 3 14 31 6' 3 123 6' 3' 1 1/3  
 CARLA RUANE DA COSTA  
 Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

2097; <472>47 2098 XTYZTRV^VTUC^EJRARS^AATUWUXTÄSZFRÄAT 24:542

23456725428697:;<42 2=>7:;<4562

222

22 @ABCDEFGH?@HI@BJKL@GMFGNAEJMFMOPPP

QRSTUVWXYZ j^_2`ab											
Xcd_2efghfihjkilgm											
nopq	XncrsXcd	qnQtuvuqUpX	Xncr	Xvwxo	y Vz XTJ^Z	cvwQz on	cvwQz cn	{qw t}o{ Qtc	~d p~ntXtco		
=3 32=	efghfihjkilgm	b3` 3`2 `=23	<a href="#">mhfhiiimmmlkf</a>	3><6 `=	m	ll	ll	3	ll	a	b498786 64<6
		b3` 3`2 `=23	<a href="#">mhfhiiimmmlkf</a>	3><6 `=	m	ll	ll	b	ll	a	:4
		23 `232 a23	<a href="#">mkhjehkimmmlgi</a>	3><6 3=3=	m	ll	ll	b	ll	a a	442495>
		b2b =33b 3	<a href="#">iihfihfemmmlfe</a>	3><62`l 3=3=	m	ll	ll	b	ll	a`	676;7
		3 3	<a href="#">ghffhemmmml_e</a>	3><6 3=3=	m	ll	ll	b	ll	a	:
		2b2= 23 `23 3	<a href="#">kmhkehijimmmlke</a>	3><6 3=3=	m	ll	ll	b	ll	=	6269 4;6
		b3` 3`2 `=23	<a href="#">mhfhiiimmmlkf</a>	3><6 `=	m	ll	ll		ll	a	b498786 64<6
		a=2=32a 23	<a href="#">ghkfhmmmmmlmi</a>	86	emmm	mmmj	mmmj	b	ll	a	62`4><496 562;;
		=32`33 =23	<a href="#">mhfhckmmml_i</a>	86	mmmm	mmmj	mmmj	b	ll	a	62a4;;6
		23 `232 a23	<a href="#">mkhjehkimmmlgi</a>	86	ifkm	mmmj	mmmj	b	ll	a a	442495>
		b2b =33b 3	<a href="#">iihfihfemmmlfe</a>	86	e	mmmj	mmmj	b	ll	a`	676;7
		3 3	<a href="#">ghffhemmmml_e</a>	86	ggmmmm	mmmj	mmmj	b	ll	a	:
		2b2= 23 `23 3	<a href="#">kmhkehijimmmlke</a>	86	kikme	mmmj	mmmj	b	ll	=	6269 4;6
a=2=32a 23	<a href="#">ghkfhmmmmmlmi</a>	86	emmm	mmmj	mmmj		48694;a		62`4><496 562;;		

~Z[¢ERT\_Uα¥||\$¥||"©^U«UXwv~vUdvtvngUuvUXo{QvUdgwwgtwvUUUUUUUUUUUUu^)^\_U®¥s|s®|®\$UUUUUUUUUUUU~T£^\_U"ª|°°®



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\*+\*&,"-! ".2(\*//120!0(\*//12 \*&!(!2!+! (1\*1!\*&((('\*/\*!))'!(\*!2& \*''\*

11/2\*&!(12!+!(1\*1)\*&/(('/\*!))!(/\*2

3E1 53115.030210/2022-15 / pg. 91

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



CARLA TABARELLA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

¢£¤==¥2||2=697.;<472\$vw42||2 YUZ[U]SW\_WUVe\_|^S`ST\_©^UVXVYU«TU»S«B 2220:2 224~:542

23456725428697.;<42	2=697.;<42
---------------------	------------

222

22>?@ABCDEFGEHDIJIKELM?FNEFO@DINENPF@EAFOQKHPAEA

RSTUVWXYVYZ[\]^_`2=abc
Ydef 2ghijklmjhjngggopqr

i
as62t6u2v9869<w456254567286x2v7742u9t6wx4ys6

z[\{[SU`V]\_~--VVYVdVVYRVVVVVVVVVVV\_`^`V~VVVVVVVVVVU|\_`V``

V  
V

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

http://7m4eeg-4ut8-4ic4mpd-4ss-4it4u4m4a4m4a4-4eg4w4-1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



,-./012345-67/08741-419:0/3;41-4.-,-0/7;471<050;/.717;  
=->74757/->

5?@AB ;0;/-<741-4,3<C50,7,734>0/3.7>4;C>41-4;734=7C>34>/17

,5=DB EFGHIJGKFHLEEMNOP

QQQQQQQQRSTUVWXYZ\Q]^SQ\_[QX[\_UYZaQYUbQSVUYQcYUYaQdS\_ce\_XVYIQSZQ\^Q\_[ZSaQTSfYUVgYlQhIQTSXSVUYl  
YcZV\_\VUTYcYlQdSfYQi\_YUSfaQTS\YfgYc[Q[QcVTSVU[QcS\UYQYje\_XVYQcSQX[kTYTQ]^YV]^STQclgVcYlQcSQTSld[\_YkVfVcYcS  
c[QX[\_UTVk^V\_USQYXVZYQ]^SQgVSTSZQYQ\STQYd^TYcYlm

QQQQQQQQQn\UYQXSTUVc[QTSWSTS\SQSpXf^VgYZS\_USQhQ\VU^Yq`[Qc[QX[\_UTVk^V\_USQ\_[QrZkVU[QcS\UYQYje\_XVYaq\_[  
X[\_UVU^V\_c[aQd[TQX[\_S]^V\_USaQdT[gYQcSQV\_SpVlUe\_XVYQcSQcbkVU[lQV\_lXTVU[lQSZQslgVcYQiUVgYQcYQt\_V`[a  
YcZV\_\VUTYc\lQdSfYQUT[X^TYc[TVYQvSTYfQcYQwYxS\_cYQyYXV[\_Yfm

QQQQQQQQQnZVUVcYQh\Qz{}}~|Qc[QcVYQ}z}~Q[TYQSQcYUYQcSQTYlIfVYm

QQQQQQQQQfVcYQYUbQ}}~m

QQQQQQQQ

QQQQQQQQRSTUVc`[QSpdScVcYQjTYU^VUYZS\_USm



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\$2.2"%"&4'(&)\*\$+  
<https://infoleg.br/legis/assinatura/camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

https://infoleg.br/legis/assinatura/camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31  
Anexo Anatel (11166161) SEI 55115-030210/2022-15 / pg. 93

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



&'()\*+,-./,0+12.)23.4+,+5-\*167829)\*1:  
9)\*/,0+129)\*1.2.)2;:,1,<14),-82=\*614),-82)2>+,1,615  
9)\*/,0+12.)23\*\*)01.1678

?@ABCDEFAEBG HIJKIFLIM?INOFPIFHQRSIFLOJJO?JI

PTUTVWEBTG XYZV[VXZXIF]GZ^G\\_

ab-\*1-82.)2c1,614),-85

NE@CFdTF0eUfdTdCG ghgijkl`mj`nokpqhnlno`rhioslr`gpr`mj`glo`tlpro`riml										NuFL?RSOKG vwxwxyzx{}			
RCB}f~EG ``s`g``k										HNVHLG w vx www{zy			
RfUT~EG I				PTUTFTfdTdCG				FHIP?NG q					
?ejfdCFL¢RSG				PTUTF?e£i£EFQACBT~EFHE@CBi£TG				P£j£FIU£TG q				S£AEF¢D£B£EG	
h		F£LG gt				BEi£FHTdi£fdTdCG q							
Oed£FRCdCG l`t``s`										MTfBBEG ``©			
ªefj£AfEG g`t										¢LG gt			
Oed£FHEBB¢DA£G										MTfBBEG			
ªefj£AfEG										¢LG			
HB«dfUEDF?eDjBfUEDFeEFHIP?N													
q`j~`n``nlmhq`®`q``													
JCjCfUT	ODU£ V JC°£V TBj£	leE	PTUT Ceif@CeUE	TEB QBf±feT	PTUTFdE T±T@CeUE	TEB T±E	TEB ¢Uff²TdE	RC³£	RfUT~E	TEB P«`fUEVHB«dfUE µJ¶.			
~~~~		,		S¹`º,» ¼		º,»	º,»		½``mop		»		
~~~~,		S¹`¾,¿º»	¿¿º¿»¼¾¾,¿º»						½``sA		»		
~~~~¿¼¼¼¼				»	¾º¿»¼		»		j		»		
~~~~¿¼¼¼¼				»	¾º¿»¼ ¾º¿»¼Á				sÂ		»		
~~~~¾Á` ttmps		Á Á		S¹`» Á		¼»	¼»						
					¼ Á	»	»		½		»		
~~~~¼¾¾,``ih		Á ¾¿ Á		S¹`º» ¼¿ Á		º»	º»,		½		»		
~~~~¿``i				S¹`»		»	» ¾		½		»		
~~~~Á` nst				S¹`»		»	» ¼		½		»		
~~~~¼¼¼¿		,		S¹`º¼¿, »		,º¾¾¾¾¾»	º¼¿,¿		½``mop		»		
~~~~¿¼¼¼¿				»		º,¿Á»¿	»		t¶``k		»		
~~~~¿``i		, ,		S¹`» ,		»	»		½		»		
~~~~Á` nst		, ,		S¹`» ,		»	»		½		»		
~~~~¿``i		¾ ¾		S¹`» ¾		»	»		½		»		
~~~~Á` nst		¾ ¾		S¹`» ¾		»	» Á		½		»		
~~~~¿``i		¼ ¼		S¹`» ¾ ¼		»	»		½		»		
~~~~Á` nst		¼ ¼		S¹`» ¾ ¼		»	» ,		½		»		
~~~~¼¼¼¿		¼ Á ¼		S¹`º,» ¼		º¼»¼	º¼»¼ ¾						
					¿	¾ »,	¾ »,		½``sq``mop		»		
~~~~¿``i		¿ ¿		S¹`» ¾ ¿		»	» ¼		½		»		
~~~~Á` nst		¿ ¿		S¹`» ¾ ¿		»	» ¿		½		»		
~~~~¿``i		¼		S¹`» ¿		,»¿¾	¼»		½		»		
		¼		S¹`» ¿		»Á	Á»		½		»		



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



&&&&')*	(	'('(+),('	-.&)/*)0" '1,(+,'('	)/*)0"	)/*)0" (('2	3456789&.<=<=	(0((
&&&&++++	(	'('	(0(( '1,(+,'('	>0?"	(0(( (('@	A7B9&7&C759D	(0((
&&&&+)((	(	'('	(0(( '1,(+,'('	)0)@	(0(( (('?	A7B9&7&C759D	(0((
&&&&1'+&:EFF)	'('	1),(1,('	-.&11(0(( ",(1,('	11(0((	11(0(( (('>	3456789	(0((
&&&&2'((&: GF-A	)	'('	1),(1,('	-.&@0(( ",(1,('	@0((	@0(( (('*	3456789
&&&&1'+&:EFF)	'("	1),(1,("	-.&11(0(( '2,(1,("	11(0((	11(0(( (('+	3456789	(0((
&&&&2'((&: GF-A	)	'("	1),(1,("	-.&@0(( '2,(1,("	@0((	@0(( (('1	3456789
&&&&2'>'&: AA;=-	)	'("	)?,)'	-.&*(0>(')?,)'	*(0>('	*(0>(' (1	3456789
&&&&*??&:EFH	'(1 )',	(1,'1	-.&/'(((0(( '1,('1	/'(((0((	/'(((0(( (('1	3456789	(0((
&&&&1'+&:EFF)	'(1	1),(1,'1	-.&11(0(( '1),(1,'1	11(0((	11(0(( (('11	3456789	(0((
&&&&2'((&: GF-A	)	'(1	1),(1,'1	-.&@0(( '1),(1,'1	@0((	@0(( (('12	3456789

IJKLMNOPQROJNPSNTUVWXVTWTYNZPSN[PLR]^ (0((

IJKLMNOPN\_['ORKJNPSNTUVWXVTWTYNZPSN[PLR]^ )/>(10)?

aPbPcOLNOJNdLSeJnFRKgLhiJ

&amp;-Gj&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;r8n5l5q6D765s9&amp;tG9n&amp;juo569&amp;v4qwolq5s9x

&amp;-vj&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;r8n5l5q6D765s9&amp;tvon&amp;juo569&amp;v4qwolq5s9x

&amp;-EG&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-oq6D5my9&amp;Eonw9DzD57&amp;8o&amp;G9{D7lm7

&amp;Gj&amp;-os9B789&amp;:&amp;juo569&amp;v4qwolq5s9&amp;-os9B789

&amp;-l&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;|485p57}

&amp;-~&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;-op4Dq9&amp;oloB789

&amp;:&lt;=&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;p9n&amp;767&amp;8o&amp;A4{5p7my9&amp;l9&amp;5zD59&amp;&lt;u5p57}&amp;87&amp;=&amp;l5y9

&amp;G:&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;HlqpD569&amp;l9&amp;Gr;H~

&amp;:r&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;HlqpD569&amp;l7&amp;s587&amp;r65s7

&amp;j&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;on&amp;jop4my9&amp;|485p57}

&amp;vj&amp;:&amp;v4qwolq7&amp;7&amp;o5B5{5}5878o&amp;w9D&amp;u9Dm7&amp;89&amp;Con&amp;'&gt;1,-FFGF,-FFG0&amp;8o&amp;(\*,('(&gt;0&amp;;opDo69&amp;l&amp;@/'('((2&amp;o&amp;;op5qy9&amp;G;&amp;2)(&amp;Do4l5y90&amp;)',+,'((?

&amp;C&lt;=&amp;:&amp;C4}67&amp;8o&amp;&lt;up59

&amp;k&lt;=&amp;:&amp;k7lm7nol69&amp;8o&amp;&lt;up59

&amp;A&amp;:&amp;A7Dpo}7nol69&amp;k7lm7nol69&amp;A7Dpo}789

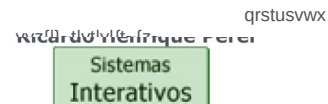
&amp;Ar&amp;:&amp;A7Dpo}7nol69&amp;A7Dpo}7

&amp;F&amp;:&amp;oloup59&amp;F5qp7}



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://www.foleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



Menu Principal ▼

f

).-(DEFGHIJFMJLMNMGOKJ | &amp;)\$ \$ ( | '). (h.1(

456789.;&lt;=&gt;?9;&lt;@?&lt;A?B?C.;

DEFGHIJFKJLMNM	GOKPQIJRFMSO	GTGNKFI	LMNMGOK
051U	UUUU	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$	
0553	UUUZ	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$ \$(Y) &+)+&(1(	
0550	UU50	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$ (\$\-&\$	
0551	U551	(V(1W&+(-&X(Y 1W.)+& )('\$ \$(Y) &+)+&(1( (\$\-&\$	
0993	U993	.-\$(\&\$()&(-1(+ '.)&+(Y[	
0990	U990	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ 1 ]	
0991	U991	.-\$(% +.%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y (\$\-&\$^&(-&	
0999	U999	.-\$(% )_ (Y `)(\$- . \$ *1	
0943	U943	.-\$(% )_ (Y ` '1&\$&_ &+(Y a ' - *(Y	
0443	U443	.-\$(% )_ (Y `*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_ .	
0440	U440	.-\$(% )_ (Y `*&-(Y 1 &Y 1(1& 1&_ . ')&\$b&(	
0444	U444	.-\$( )\$(\$(-% +.%&)'\$ 1 1&\$(-c	
0333	UU39	.-\$( )\$(\$(-' . \$ &X(Y	
0333	U033	.-\$( )\$(\$(-' . \$ *1	
0323	U323	.-\$(% )_ (Y (	
0203	UZ03	+.%&)'\$ 1 ]0	
0213	UZ13	+.%&)'\$ 1(*.-(Y 1)\$+ )V	
0253	UZ53	+.%&)'\$ 1(*.-(Y 1.'Y	
02d3	UZd3	+.%&)'\$ 1(1'&*&*(Y[10.-&1(1	
0293	UZ93	.-\$(% +.%&)'\$ )\$(\$Y 1 (\$\-&\$	
0290	UZ90	.-\$(% +.%&)'\$ ]\$(\$Y 1 (\$\-&\$	
0291	UZ91	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ , &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$\-&\$	
0295	UZ95	.-\$(% +.%&)'\$ `*&-(Y 1e% & )\$.(	
029d	UZ9d	.-\$(% +.%&)'\$ 11&1((.\$(-	
0299	UZ99	.-\$(+ )\$1(&*(Y[1 ]f	
0294	UZ94	.-\$(+ )\$1(&*(Y[1 Wf	
0293	UZ93	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ 1 W	
029Z	UZ9Z	.-\$(% +.%&)'\$ ( *-(')\$ ,g( +( &	
029U	UZ9U	.-\$(% ]h.iX ` %&\$Y	
02Z3	UZZ3	)&\$ (')\$ 1 W	
02Z0	UZZ0	.-\$(% +.%&)'\$ 1,&*(Y 1&\$(-_j)&+(	
02Z9	UZZ9	.-\$(% (&_ (Y )+ \$(	
02Z4	UZZ4	.-\$(% )_ (Y[ ]\$1(%-( )+ )b&(&()1 (h.\$1(&_ (	
02Z3	UZZ3	.-\$(% *.-&(1&1)( ' +&(-&X(Y 1 W	
02ZU	UZZU	.-\$(% )_ (Y[ ]&+((1& 1&_ . \$ *1(	
02U3	U991	.-\$(% +.%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y -&\$ ` V%- (Y 1 (\$\-&\$	
02U0	UU39	.-\$(% +.%&)'\$ 1 1&\$(-1&+&\$\$(Y 1(1& _k.l)&+(	
0U93	UU93	e f	
130Z	U30Z	.-\$(\&\$()&(-1+ '.)&+(Y[	
101U	U01U	ee	
10d9	U0d9	f2mf ee	
1430	U555	+&\$1.\$ *1 &&\$ 1 V%- (Y 1 (\$\-&\$^&(-&	
1431	U431	]Y 1( V+.Y 1 &Y l+)&+	
14Z3	U4Z3	a ' - *(Y 1&\$ &+(Y 1 )_ ' &1(1	
14Z1	U4Z1	a ' - *(Y 1+-(Y 1 )_ ' &1(1	
14Zd	U4Zd	) (Y 1a ' - *(Y	
5333	U330	()Y(')\$ '%-)'\$1.-\$( (\$n&(	
5330	U331	()Y(')\$ '%-)'\$1.-\$( (\$n&(	
5933	U933	f2mf	
d033	U000	Wf +-(Y % )\$o)(	
d030	U030	Wf ()Y(')\$ 1 _i+&	
d031	U031	Wf )\$+ )V	
d035	U030	Wf ()Y(')\$ 1 _i+&	
d039	U039	Wf .-\$1 _i+&	
d133	U133	)\$&.,&Y ]((W ') \$ 1((1& 1&_ . ]p.-&+(	
d130	U130	W] \$(Y) &+)+&(1(	
9513	U513	.-*.-1'n&f,() .(&	
9553	U553	-.Y 1 (-b& V+i+& )\$	
9550	U550	-.Y 1e,('.)(\$n&(	
95d3	U5d3	(+&)'\$ &*(Y[-_j)&+(	
95d0	U5d0	&Y 1'&)&\$(\$&	
95d1	U5d1	-.Y 1&b&( V+i+&	
	U5d5	.-\$( , )\$ (\$ 1^ ) &Y	
	U5dd	&_ )Y1(&_ \((	

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticado-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Anexo Anatel (11166161) SEI 55115.030210/2022-15 / pg. 96

9549	5549	16 2-.*&
9544	5544	(+&)'\$ 17(*)'\$ 1&1
9543	5544	.\$ (+&)'\$ 8\$(\$.)\$9
954:	5543	.\$ (+&)'\$ 8;() + ;(&- 29
9545	5545	.\$(+&\$' ,&-&<&(&
9593	5593	7(+-' )\$ =\$(> .1&+&(-
9590	5590	? ) <& 1 +(\$@+&
9591	5591	.-\$( '&)'\$A&(%- +.'%&)'\$ 1' 1>.\$1 )1.\$(
9595	5595	7(+-' )\$ =\$( 1&)<& 1B,&\$ )+&\$ '@&1(\$&(&
9594	5594	.\$ &C
9599	5599	7(+-' )\$ =\$( 1&)<&
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
9593	5593	7(+-' )\$ 1B,&\$ ) &..\$<& '@&1(\$&(E7@&1(\$&(&
959:	559:	7(+-' )\$ 1'\$&)&\$(\$&
9595	5595	7(+-' )\$ 1B,&\$ ) &..\$<& E71'\$&)&\$(\$&
9543	5533	'& 1\$&D&+(1
9533	5533	'& 1&+)C('D(\$ *(1 1(F
95:3	5503	*)1(G&(1 +.)\$
9553	5553	%A&\$ 1+&
9433	5433	.-\$(%- \$ \$)(\$A& ( =+@+& 1(H.&1&C
9434	5434	+&\$ (1 *. 1+ )\$1()1)&I(C 1 *
9439	5439	%A&\$ %((A& ( F.)1 1&&\$ &D.
9:4:	5:4:	.-\$(7+.)&<& ( .,\$&\$.\$&(17)(7&(\$&(1&,1(1
4914	5914	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$8!5:4213349
4913	5913	.\$ *(1 &C 1-+ '.)&+(CK8 1&\$(-9
491:	591:	.\$ *(1.\$ &I(C 16 1;- + 1(1& DLMN)+&(&
4915	5915	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1-+ '.)&+(CK8!5:4213349
4953	5:::	.\$ *(1 &C 1(1& 1&D. ) (1 )'(*
4950	5950	#(')'\$ 7J,-&+
4951	5551	.\$ *(1.\$ &I(C %((6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 9
4955	5955	.\$ *(1.\$ &I(C %((. 1((1& DL.N)+&(1!933?!1!413?!I
4954	5954	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48493?!169?!9
4959	5959	.\$ *(1.\$ &I(C 6 1;- + 1(1& DL.N)+&(E 48333?!9
4954	5954	+&\$ %(-.\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(06:?!169?!I
4953	5953	+&\$ %(-.\$ &I(C %((6 1(1& DL.N)+&(065?!169?!I
495:	595:	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4955	5955	7C 7J,-&+ %- &&\$ 1 =%- (C 1 &C 1-+ '.)&+(CK
4943	5943	7C 7J,-&+ %- ( )DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$
4940	5940	7C 7J,-&+ %- ( )DN)+&(1 )+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1-+ '.)&+(CK
3140	5444	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(8!5:3213349
3141	5449	7C 7J,-&+ %- &&\$ 16 1(1& DL.N)+&(&
3144	5144	7C 7J,-&+ %- ( )DN)+&(1 &&\$ 1 =%- (C 1 (\$B-&\$8!5:4213349
3149	5111	7C 7J,-&+ ( )DN)+&(1 )+ 67'& .1.\$ &I(C 1 &C 1-+ '.)&+(CK8!5:4213349
3144	5144	7C 7,-&+ -(\$& O1'&)&\$ (C 1 +. 1.'(C
3143	5143	+-(C 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 )\$(\$ 1 )+ F
314:	514:	()C(')\$ 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 )\$(\$ 1 )+ F
3145	5145	+-(C 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3193	5193	()C(')\$ 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 7
3190	5190	+-(C 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
3191	5191	()C(')\$ 1 P. )\$(\$(-1+ )\$1(7 *(C 1 ' 1.\$ &I(C 2 7
:344	5333	(=(1F&+(-&I(C 1)\$(-C
:343	553:	(=(1F&+(-&I(C 1)\$(-C (\$B-&\$
::30	5:30	(.C
::34	5:34	(+&)'\$ 1%(+ 'A%&(&
::34	5:34	+.% (C 1%(1 =+@+& )\$& F )\$
::33	5:33	+A1 68+.% (C %! =+!)\$& 9
::3:	5:3:	-.C 1 .%&)'\$ 1F.)1 =+@+&
::35	5:35	.\$()1)&I(CK
::03	5:00	+.% (C 1%(1 =+@+& )\$&
::01	5:01	-.C )N)& =+@+&
::09	5:09	(+&)'\$ 1%(B1&+(&
::54	5:54	\$&\$.&C 1+. 1 )N)& =+!)\$&
::43	5:43	.\$()1)&I(CK
:::	54::	)-(C 1%( ) =+@+&

QRSTUQVWXYXQQZ[XZ\QQQQ]\L\UQ\^YSTQ



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

\$2&\*+2(-(-2+&\$2)-.\$!(%/ 0'1- 25340

https://inforeg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Anexo A (11/10/16)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 97

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



01234561 ▾

7 89:23;

<=2923;=>6=?@12;9! = <=A=BC = ☐ BC | =D =E2F3:@G3;± H =l@:2;3;

JKLMN	OPQPRN S	TUVW S	XYPZ[Q]M S	UR\ ZNPm^ S	TQ_QPM_ S	]ZYQ^Z[Q
8@1F3:@G3;=6u=vwI ▾ X	lyAz{= z3}3:=-@6}@3>9	CB{CCC<	~0E=E=zyzEzE=-wE BC{C{<<		v	z9u6;@3:



8277438 33

8631 3 47 3 1

3 834731														
!"#\$%&'()*+,-./:0123456789@A-Z[\_`{ }~¡¢£¥¦§¨ª«¬®¯°±²³´µ¶·¸¹º»¼½¾¿À Á Â Ã Ä Å Æ Ç È É Ê Ë Ì Í Î Ï Ñ Ò Ó Ô Õ Ö × Ø Ù Ú Û Ü Ý Þ ß à á â ã ä å æ ç è é ê ë ì í î ï ð ñ ò ó ô õ ö ÷ ø ù ú û ü ý þ ÿ														
!2%&#3#(														
4 5 6% ( 7889 ;8<===					\$>#5( 843727 3 1?@3 A8B3 8C8C6									
DEF( ;CGHC:GI;;8<=					J K!"!2'3& 5( ;:=8G8									
4'L!M3NOK'( , 167A3 3					4'L!4#P#( 41B632									
Q#&#!"R%&K#&(;8HIH;8H					S KT'U( H;; < 03 78 7V8 )8863 1 W61XVY73									
D#K#& K( 167Z678					[R#5! 3L R!6'R(									
]" (					D#& ^K'#!"\$3&#U_( 1677@32									
`#5a!]2( :8!;!H;HG														
bc3 KT#Ud 3( 8 -C 0)-0.ef- 1 ,/*0 H;;!-=g,48 ;8:h 1 ;!;H;;=h )V@1 1V 8 11748 8 ,48 i C;Hh 1 HI8;H;;GC														

1618 )1 1									
[^K#"NK( ,A17 3 13V2743					DL5 %&( i 3 36				
j#"KK( k123 l743					N K( HH;;				
mN%"R!L'( )8 13V28					M2( )1 D\$E( ;8:8;;				

1618 8 *63786									
[^K#"NK( +8668 8 437@n					DL5 %&(				
j#"KK( 16373 8 W8641					N K( )//				
mN%"R!L'( 16373 o63 1					M2( )1 D\$E( 88H=G==				

1618 8 4n 78 1677@32									
[^K#"NK( *821478 W72BV1763					DL5 %&( ,36 G				
j#"KK( o8p3B3					N K( 88=				
mN%"R!L'( )348					M2( )1 D\$E( 88;;8				

1618 8 4n 78 ,Vq72736									
[^K#"NK(					DL5 %&(				
j#"KK(					N K(				
mN%"R!L'( <					M2( D\$E(				

8631 8 1238 k378

08327p38									
mN%"R!L'( 16373 o63 1					M2( )1				

136r1468 *s78									
D#%#5( HH		2K tNu%R'#( 8;;C: +vp		D5#33 ( k8		\$JElmOP'#(;CG;Gwx			
yDz(		E#K # %&(		Q R#5#^ (		2#3 ( H			

8631 3 438

8631 o1637									
J K!"#\$3&#U_( ===:::					J K!z%""R#&T( {!x;;				
Q#&#!}5&!"R %R'# %&( 8!;H!H;H:					J K!"#R %U#( ;;;C;;8H!H;H:<88				



18G;88;ado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Anexo Anatel (11166161)

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 99

8!:

[illegible]

led93c4c-1e56-457b-8142-c8dec481d31

!	"	"								#	#
---	---	---	--	--	--	--	--	--	--	---	---

\$%43&'8 ()*72736											
+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;,<2						=2/;>2 \$?)7@3,148			'8 1A8463 8		
B8CD0E8;<:						F2<G;E083/:3H7:D8IJ2			KL		

+63%,7%%86 ()*72736											
-/01234560789;,<2						=2/;>2 \$?)7@3,148			'8 1A8463 8		
B8CD0E8;<:						F2<G;E083/:3H7:D8IJ2			KL		

M7N3 1 +63%,7%%'8 ()*72736											
=2/;>2						B8CD0E8;<:					
-297D09;,<23/83O0:P8,				Q<;68IJ2 RS!;				F:D/8T3QE:TT.D08T R			
								U97:/V;E088N,%			

(413                    ) *72736									
=2/:>2						B8CD0E8;<:			
W8;P2       R		X:89YZ0><[		HD0;:<8IJ23\]		[   F2>8D0^8IJ2		_ -U               ,               4'F3=ab098               !	
0cd									
-/0123FU									

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 h)486i3											
jk,	l68A1%7k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm		03n'8 8 c8A j34)61n3
#####			l8643673		o		S!S!!		S!S!!		h)486i3

ef86,3&g1% 8 8A),148 1 (@68p3&'8 1 M8A37%											
jk,	l68A1%7k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm		03n'8 8 c8A j34)61n3
#####			l8643673		o		S!S!		S!S!		(@68p3&'8 1 M8A32 +qA7A8

r7%4567A8 1 c8A),148% \$,747 8%											
jk,	l68A1%7k8		c8A),148 +7@8		c8A),148 h6i'8		c343 8		c343 8A) chm		03n'8 8 c8A j34)61n3
#####			c1A6148 M1i7%2347p8 j		!S!S!!		!S!S!!		c127s16 8		j3A7832)6u 7A8
#####	!#		(48		h0M\$		!S!S!		!S!S!		(04867n3 8 m%8 1 +qA7A88f61?yA73
!!S! w	##		(48		h0M\$		#SS!		!S!S!		(04867n3 8 m%8 1 +qA7A88f61?yA73

r86x678 1 f)A783,148											
----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.852.438/0001-96 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 05/06/2000</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL  
SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
AV PAULISTA

NÚMERO  
2200

COMPLEMENTO  
ANDAR 5 CONJ 54

CEP  
01.310-300

BAIRRO/DISTRITO  
BELA VISTA

MUNICÍPIO  
SAO PAULO

UF  
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
CONTABILIDADE@PADVOGADOS.COM.BR

TELEFONE  
(11) 3016-5999/ (11) 3016-5987

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
18/10/2003

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 29/01/2024 às 19:02:53 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-legis/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>  
Anexo Certidões Emitidas (11/184194) 01/53/15:030210/2022-15 / pg. 103

1/1

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
03.852.438/0001-96  
**NOME EMPRESARIAL:**  
SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$169.000,00 (Cento e sessenta e nove mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:**  
JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 29/01/2024 às 19:03 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 03.852.438/0001-96  
**Razão Social:** SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL SP LT  
**Endereço:** AV PAULISTA 2200 ANDAR 5 CONJ 54 / BELA VISTA / SAO PAULO / SP / 01310-300

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 11/01/2024 a 09/02/2024

**Certificação Número:** 2024011110483087905363

Informação obtida em 29/01/2024 19:05:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1805900011e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo Certidões Emitidas (p/184194)

CEL 53115:030210/2022-15 / pg. 105

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.852.438/0001-96

Certidão nº: 6799169/2024

Expedição: 29/01/2024, às 19:05:30

Validade: 27/07/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.852.438/0001-96**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura-camara-leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo Certidões Emitidas (11/18/19)

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 106

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.**  
**CNPJ: 03.852.438/0001-96**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:49:56 do dia 21/12/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/06/2024.

Código de controle da certidão: **589C.B902.12F2.E7FE**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA.**

CPF/CNPJ: **03.852.438/0001-96**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 19:06:51 do dia 29/01/2024 , com validade até o dia 28/02/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 7II99hwXXIThm9zTgA0A

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara-leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Anexo Certidões Entidades (P1184104)

CEI 53115.030210/2022-15 / pg. 108



"HIJKL . MN -

01245677891 891 917 19 9910012476791 91911 91 029  
4 9 4192 91 91911 91 1 9129 241 2 212911  
20 20177 1 92410141 2012 4 2 201  
921141911 14 9 20 041 4 12 912 ! 20 20191  
76"14 111414 12012#11149 76"14 111414 120#  
4 0 4 240917"\$10#92

2924 %&1421!' 7' 5 8  
99(0202%) 919199 ! 7 5



documento  
assinado  
digitalmente

\*+,-./0-123-4-56.6690571\*8,05\*+,-4-56.020+222412\*5+\*,9+-6\*+63.6:75\*;26:78,6  
01\*+5-63.01;6.0.\*06730<6+68,\*667,\*8,-5-.6.\*;\*,0571\*8,0=768.0>;763-?6.0.-+\*,61\*8,\*8020+,63  
@@@6A75\*;2083-8\*6;26<0>6B+;0B08C1\*+0.\*67,\*8,-5-.6.\* "D8;\*<78.6E4\*+6.\*A68\*+0.\* 5F;  
7!! 6



90571\*8,0+6,7-,0  
+0-B-.6601\*+5-63-?6G/0

9<-86.\*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade-assinatura-camara-leg-br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

!""#\$%&amp;'( ")\$\*&amp;+\*, &amp;" &amp;%)\$#%-+%. /") !01""%)

23456789::<      =8>>?=

@AB535

\* CDEFGHEIHJCJF JFKEC IFLEHJMN ONJFLP KFL INGOHLRCJC OFSC HGEFLGFE GN KHEF JN \$LHTDGCS JF UDKEHVCW

\* &HLFENLHQLFLXHVVS\$YIGHINJF %GQNLRCVZFKKHJN[C] !NRCLIC JF )MN ^CDSN\_ !COHECS` GN DKN JF KDCK CELHTRHVZFK SFaCHK`

```

@@@b cDF`      OFKcDHKCGNNLfaHKELNf JHKElHTDHVZFK
@deefg` CGEFLHNLFK C
hiiklkhm` XFLHOHINDNRN LYDiLEcDFLHJNiHGEEFLKKCJN FB GNRF JEn 000000000000000000

```

pp`!q^Un krWishWmrijkkkl\_tu`  
INGONLRE HGJHICVMN INGKECGEE JN OEJHJN JE ILEHJMNWoo

"KECIFLEHJMMNCONGECJHGCLHCRFGELNIFKKNR cDFC OFKKNCDvNGNR FQNH  
OFKcDHKCJN QHaDLC INRN CDENL ICJW )MN CONGECJNK NK QFHENK INR KHEDCVMN FR EL  
ICJCKELCJNBNKHKEFRFGQNLRCHEHFGQLFGELNIFKKNR!NRCLICKjxNLNKFaHNGCFHGHKELHBNHK  
"KECJN JE )MN ^CDSNW

\* JCEQF HGQNLRCHEWTFVNC !NRCLICjxNLN ONJFKFLXFLHQHICG!NRDGHICJN

"KECIFLEHJMNGKHJFLCKQFHEJMKELHTD[BOZ %GKE{GIHFKRN cDF FKEFvCRR  
ILCD JF #FIDLKNW

qMNFJHKEFNGF}MNINR cDCScDFNDELTCCKFJF CJCNKJF HGKEHEDVTSHICNDINR C  
#FIFHEC xFJFLCS cDF XFLHQHcDF C HJFGEHJCJF JN q("j#\*( )(!%\*, INR N !^xj|q^UW \*  
INGQFLGIHGNK JCJNK OFKKNCHQNLGFIHJNCSNDFKcDHKCJN JF LFKONGKCTHSHBjSDKHxON  
JEKEHGCEPI HN JC IEI EHJMNW

\* IFLEHJMR GNRJFJ OFKKNDLJHIDNGKHJFLKOLNIFKKNFQFLFGEFRCELHW  
QHSFCBNJFLPCONGEQFHEHNRGRHRNK GMNDCSHQHICNRR EHONRROLFKCLHCHQFLFGBN  
GNRF HGJHICJN GC IFLEHJMN ("%#" % )i` ji` "^^` "' "%` \$&\*W

"KEC IELFHJMN K EER XCSHJCJF REJHCGEF CKKHGCEDL C JH<sub>a</sub>HECSW

"KFC IFI FHJMN Y KER IDKECKW

)MN ^CDSN` ht JF vCGFHLN JF hkhmW

B

889 8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec0481d31>

eg:autenticidadeassinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-

57b-8f42-c8dec0481d31



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 15.030210/2022-15

**Entidade:** SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA

**CNPJ nº:** 03.852.438/0001-96

**FISTEL nº:** 30406964181

**Localidade:** Praia Grande/SP

**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 08/12/2022

**Período:** 05/12/2022 a 05/12/2032

### Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10526207	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento assinado pela representante legal da entidade Taís Rothschild de Abreu Lilla (10526208 e 11180181 - Pág. 1).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Checklist 11100146

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 112

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input type="checkbox"/> Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Checklist 11100146

SEI 53115-036210/2022-15 / pg. 113

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

--	--	--	--	--

<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31> / pg. 114

Checklist 11100146

SEI 53115-036210/2022-15

<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	10526207	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	11180181 Págs.1-4	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica</p>	11184194 Págs.7-8	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	





4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11184194 Pág.9	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11184194 Págs.1-2	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	F 11184194 Pág.5 E 10526213 10526214 M 10526215	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11180181 Pág.5	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	INSS 11184194 Pág.5 FGTS 11184194 Pág.3	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Checklist 11180146

SEI 53115-036210/2022-15 / pg. 116

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11184194 Pág.4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10526211 <b>JOSSENEIDE SANTOS BARBOSA</b>  10526210 <b>TAÍS ROTHSCILD DE ABREU LILLA</b>	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	11180181 Pág.14	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	



12. Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento;	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não	11180181 Págs.6-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;  - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica	11050579	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não	11184194 Pág.6	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

### APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Checklist 11180146

SEI 53115-036210/2022-15 / pg. 118

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <p>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</p> <p>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p> <p><input checked="" type="radio"/> Não se aplica</p>	n/a	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico**, em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11180148** código CRC **A3F948BA**

**Referência:** Processo nº 53115.030210/2022-15

SEI nº 11180148



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### NOTA TÉCNICA Nº 1551/2024/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53115.030210/2022-15**

**INTERESSADA: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO . VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda.** nº **03.852.438/0001-9** objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Praia Grande/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50406964181**, perante ao período de 5 de dezembro de 2022 a 5 de dezembro de 2032.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

### ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Nota Técnica 1551 (11348001)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 121



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Línea Sat Comunicação Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 135, de 27 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2008 e Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de abril de 2010 (SEI 11348009 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2012 (SEI 11348009 - Págs. 3-8). Posteriormente, por ocasião do 3º Instrumento Particular da Alteração Contratual, registrado na JUCESP sob o nº 269.218/21-0, em 9 de junho de 2021, **a entidade alterou a sua razão social para Sistema de Comunicação Litoral Sul de** (SEI 11348009 - Págs. 9-21).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em **18 de novembro de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SEI 10526207). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 5 de dezembro de 2021 a 5 de dezembro de 2022.





8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11180148). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11184194 - Págs. 7-8).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 29 de janeiro de 2024 (SEI 11180181 - Págs. 1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Sumaré/SP, Cosmópolis/SP, Arujá/SP, São Gonçalo/SP, São Caetano do Sul/SP e São Paulo/SP, bem como o serviço de sons e imagens, na localidade de Francisco Morato/SP. Já a sócia Josseneide Santos Barbosa não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de medida de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11180181 - Págs. 11-13). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Nota Técnica 1531 (11/3/2021)

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 123

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11050579).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11180148).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11184194 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no Decreto nº 52.795/63"*, a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes*, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Nota Técnica 1531 (11348001)

SEI 53115-030210/2022-15 / pg. 124



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, **regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação**



20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 14 de fevereiro de 2023, com validade até 31 de março de 2028 (SEI 11180181 - Págs. 10 e 14). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultiva, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação de outorga, no DESPACHO n. 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorgas de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente isso não justifica concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. **O poder público não pode exigir que o interessado em obter a prorrogação da outorga providencie uma nova licença de funcionamento antes de renovar a licença já possui uma licença válida.** Não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU (seq. 50).

(...)

17. Portanto, **fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser dada, o interessado deve cumprir o prazo de validade da licença e providenciar a renovação antes de expirar. Mas não há exigência de que o prazo de validade da licença abranja todo o período de prorrogação.**

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, Mas obviamente **isso não quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há qualquer exigência de que exija a renovação da licença antes de expirar, de modo a manter as condições de habilitação. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis. (grifamos)**

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com **status** de "negativa", segundo consulta realizada na data de 29 de janeiro de 2024 (SEI 11180181 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11180181 - Págs. 6-9). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963, aplicando-se ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Praia Grande/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11347765).

## CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** para à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Nota Técnica 1531 (11348001)

SEI 53115-050210/2022-15 / pg. 126

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa** devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, Assistente Técnico, em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, Advogada, em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nogueira**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11348001** código CRC **53CBAAB3**

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11348002)
- Minuta de Exposição de Motivos ( 11348003)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Nota Técnica 1531 (11348001)

SEI 53115:050210/2022-15 / pg. 127

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.030210/2022-15,

### RESOLVE

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50406964181, a partir de 5 de dezembro de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 14/12/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Minuta Portaria (11348002)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 129

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico** em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada** em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nogueira**, **Classificador de** **Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada** em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada** em 31/01/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11348002** código CRC **7C225C1D**

**Referência:** processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11348002



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Minuta Portaria (11348002)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 130

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

# MINUTA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1.551/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008, publicada em 31 de março de 2008, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**  
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.  
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 12/04/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Minuta Exposição de Motivos (11548003)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 131

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico** em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada** em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nogueira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada** em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada** em 31/01/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11348003** código CRC **D62C56EA**

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11348003



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d311>

Minuta Exposição de Motivos (11348003)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 132

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12113, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.030210/2022-15,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. , pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96, número de inscrição no FISTEL nº 50406964181, a partir de 5 de dezembro de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezen**, Ministro de Estado das Comunicações, em 03/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11356361** código CRC **3587D41B**

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11356361



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Portaria 12113 Renovação FM (11356361)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 133

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 2 de fevereiro de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1551/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 12113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008, publicada em 31 de março de 2008, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho de Estado das Comunicações**, em 03/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11356370** código CRC **3D1C93EA**

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11356370



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intoleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d81>

Exposição de Motivos 109 Renovação FM (11356370)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 134

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d81



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 46839/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 12113/2024(11356361) e a Exposição de Motivos nº 105/2024 (11356370)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº1551/2024(11348001), encaminho a Portaria nº 12113/2024(11356361) e a Exposição de Motivos nº 105/2024 (11356370), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 13/03/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11356376** código CRC **4543F5FD**

**Referência:** Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11356376



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d371>

Ofício Interno 46839 (11356376)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 135

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d371

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 15/03/2024 14:28:18  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 10222675  
**Data prevista de publicação:** 18/03/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21471494	ATO DESPACHO NA 78.rtf	ce8236ee6cce8f137eb839682dbb5b89	4,00	R\$ 155,68
21471495	ATO PORTARIA MCOM NA 12253.rtf	49b99e45c9912d8393ac464c0ea13ed9	10,00	R\$ 389,20
21471496	ATO PORTARIA MCOM NA 12254.rtf	41d8398c2b7edd24e7640567fa76b995	10,00	R\$ 389,20
21471497	ATO PORTARIA MCOM NA 12255.rtf	c34291c441a1131139168e037b13c9ca	10,00	R\$ 389,20
21471498	ATO PORTARIA MCOM NA 12257.rtf	1654321bd6d2fa9d3bcb50dfc11d363e	10,00	R\$ 389,20
21471499	ATO PORTARIA MCOM NA 12303.rtf	497e414d002281a5d33f60a51bcdfd8	9,00	R\$ 350,28
21471500	ATO PORTARIA MCOM NA 12304.rtf	a9f5f71963e2d19d2281f90e6e55277e	9,00	R\$ 350,28
21471501	ATO PORTARIA MCOM NA 12511.rtf	f4b4cd13b3be9f7f81ebdd861d114e82	9,00	R\$ 350,28
21471502	ATO DESPACHO NA 93.rtf	f1a9d943e5800476d561c95e8fd3c6d0	4,00	R\$ 155,68
21471503	ATO PORTARIA MCOM NA 12113.rtf	8009dbe10d3964808fe813770996bd55	8,00	R\$ 311,36
21471504	ATO PORTARIA MCOM NA 12233.rtf	55c8df75b7e5c8faaaa20dd6b50c7378	9,00	R\$ 350,28
21471505	ATO PORTARIA MCOM NA 12234.rtf	47402a22dcf6bf767db32f41be2b9dc6	9,00	R\$ 350,28
21471506	ATO PORTARIA MCOM NA 12235.rtf	d4588af225ebbf1f607f9ef744f9a131	9,00	R\$ 350,28
21471527	ATO PORTARIA MCOM NA 12250.rtf	4f1d403a4925a19aeac5eff1fb373009	10,00	R\$ 389,20
21471528	ATO PORTARIA MCOM NA 12251.rtf	43a4efcc3ca44dbbd655c309fffa1dbb	10,00	R\$ 389,20
21471529	ATO PORTARIA MCOM NA 12252.rtf	909570f520dd47b6985cb8cf1af53953	10,00	R\$ 389,20
			<b>140,00</b>	<b>R\$ 5.448,80</b>



**OFÍCIO**  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
n.gov.br/recibo.do?idof=10222675





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[n.gov.br/recibo-do?idof=10222675](https://n.gov.br/recibo-do?idof=10222675)

<https://n.gov.br/recibo-do?idof=10222675>

Comprovante Envio Eletrônico nº 12115 (11426046) SLE 53119:030210/2022-15 / pg. 137

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

## MinistÈrio das ComunicaÆôes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.233, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo Único, inciso IV, da Constituição Federal, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, bem como o que consta no Processo nº 53115.020399/2021-57, especialmente os fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 19033/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00038/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCOM, resolve:

Art. 1<sup>ª</sup> Transferir a autorização outorgada por meio da Portaria n<sup>ª</sup> 531, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 1990, à Newcom Brasil Ltda., anteriormente denominada TV Costa Norte Ltda., pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 07.113.702/0001-20, para a FUNDAÇÃO VIRGÍNIA FERRAZ, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 20.455.655/0001-61, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 13 (treze), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Bertogiã, estado de São Paulo.

Art. 2º A autorização ora transferida tem caráter precário e objetiva retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO VIRGÍNIA FERRAZ, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 20.455.655/0001-61, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto nº 96.886, de 30 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 1988, para execução do serviço no município de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais.

Art. 3<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.234, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 5 de junho de 2023, bem como o que consta do Processo nº 53115.003419/2023-97, resolve:

Art. 1<sup>TM</sup> Fica outorgada a autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ sob nº 37.381.665/0001-00, cuja sede se situa na Avenida Alberto Pasqualini, 1290 - Sala 08 - Centro, na localidade de Vista Alegre do Prata, estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo  nico. A autorização rege-se  pela Lei n  9.612, de 1998, e leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2<sup>TM</sup> Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3<sup>TM</sup>, do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.235, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, no art. 321 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 2 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2023, bem como o que consta do processo nº 53115.001919/2023-94, resolve:

Art. 1<sup>TM</sup> Fica outorgada a autoria de A.O. e Associação de Rádios Comunitária norante, inscrita no CNPJ sob nº 49.144.606/0001-90, cuja sede se situa no

Art. 3<sup>TM</sup> O contrato relativo à contratação de serviços de consultoria foi assinado em 20 de fevereiro de 2024, tendo sido celebrado entre a R DIO MIRANDA & ASSOCIADOS, que, no ato, representou a R DIO MIRANDA & ASSOCIADOS, e a R DIO MIRANDA & ASSOCIADOS, no âmbito do Processo Administrativo nº 000.000.000/2024.

Art. 4<sup>TM</sup> Para fins de execução dos prazos para a obtenção da autorização de solicitação do licenciamento da estação de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto

Art. 5<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica
1 <sup>TM</sup> LUGAR	R DIO MIRANTE LTDA.
2 <sup>TM</sup> LUGAR	FUNDAÇÃO NAGIB HAICKEL
3 <sup>TM</sup> LUGAR	FUNDAÇÃO SOUSUNDRA DESENVOLVIMENTO DA U MARANHÃO
4 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO CIDADE SÃO LUIS LTDA
4 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	SAMCLER COMUNICAÇÃO LT
4 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO E TV DIFUSORA DO P
7 <sup>TM</sup> LUGAR	SISTEMA ALELUIA DE COMU
8 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	AURORA FM LTDA.
8 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO CURIMÉ LTDA.

PORTARIA MCOM N<sup>TM</sup> 12.245

O MINISTRO DE ESTADO DAS  
e observado o disposto no Decreto n<sup>TM</sup> 9

Art. 1<sup>TM</sup> Homologar o resultado do Chamamento PÙblico n<sup>TM</sup> 105, publicado em 14 de maio de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar o direito de uso a pessoa jurìdica inscrita no CNPJ sob o n<sup>o</sup> 16.111.037/0001-90, indeterminado, o serviço de retransmissão de sinal de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (cento e noventa e seis), frequência 88,5 MHz, no municìpio de Arari, estado do Maranhão.

Art. 2<sup>ª</sup> A autorização ora outada retransmitir os sinais provenientes da Rádiorreceptora permissionária do serviço de radiodifusão sonora por ondas curtas sob o nº 05.746.706/0001-10, cuja inscrição nº 161, de 2 de julho de 1980, publicada no Diário Oficial da União em 12 de agosto de 1980, para execução do serviço no município de São Paulo.

Art. 3<sup>TM</sup> O contrato relativo à prestação de serviços de transmissão foi assinado em 21 de fevereiro de 2024, que, no ato, representou a VTV COMUNICAÇÕES, no âmbito do Processo nº 0000000-24.0000000-00.

Art. 4<sup>TM</sup> Para fins de execu

Art. 5<sup>TM</sup> Esta Portaria entra em

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica
1 <sup>TM</sup> LUGAR	R DIO MIRANTE LTDA.
2 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO E TV DIFUSORA DO M FISTEL: 08008001500 CANAL:
2 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	R DIO E TV DIFUSORA DO M FISTEL: 50416256708 CANAL:
4 <sup>TM</sup> LUGAR	VTV COMUNICAÇÃO LTDA.
5 <sup>TM</sup> LUGAR	KAMENDES EQUIPAMENTOS
6 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	SISTEMA DE TELEVISÃO RIO
6 <sup>TM</sup> LUGAR (EMPATE)	AURORA FM LTDA.
6 <sup>TM</sup> LUGAR	R DIO CURIMÉ LTDA.



Id solicitação: 57dbac4b6ba6b

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> SISTEMA DE COMUNICACAO LITORAL SUL DE SAO PAULO LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (11) 3016-5999	<b>E-mail:</b> contabilidade@padvogados.com.br
<b>CNPJ:</b> 03.852.438/0001-96	<b>Número do Fistel:</b> 50406964181
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 05/12/2012	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 31/03/2028	
<b>Observações:</b> RESOLUÇÃO ANATEL 200/99;Ato 3013, de 03/06/2009, Suspendeu os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008. Ato nº 8305, de 17/12/2010, publicado no DOU, de 21/12/2010, restabelece os efeitos do Ato nº 6.502, de 24/10/2008.	

Endereço Sede	
<b>Logradouro:</b> Avenida Paulista	<b>Complemento:</b> 5º andar
<b>Bairro:</b> Bela Vista	<b>Numero:</b> 2200
<b>Município:</b> São Paulo	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 01310300

Endereço do Transmissor	
<b>Logradouro:</b> Morro do Itaipú	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b> Praia do Forte	<b>Numero:</b> S/N
<b>Município:</b> Praia Grande	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 11729899

Endereço do Estúdio Principal	
<b>Logradouro:</b> Tolentino Filgueiras	<b>Complemento:</b> Andar 8
<b>Bairro:</b> Gonzaga	<b>Numero:</b> 119
<b>Município:</b> Santos	<b>UF:</b> SP <b>CEP:</b> 11060471

Endereço do Estúdio Auxiliar	
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b> <b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Praia Grande		UF: SP	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 262	Frequência: 100.3 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 0.4808kW
HCI: 75 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

## Informações da Estação

Informações Gerais	
<b>Número da Estação:</b> 699579333	<b>Número Indicativo:</b> ZYW630
<b>Data Último Licenciamento:</b> 14/02/2023	<b>Número da Licença:</b> 53500.001262/2023-11



24/14/03/16 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Relatório Canal 262 Praia Grande/SP (11427561)

SEI 53113.030210/2022-15 / pg. 139

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 24° 01' 18.01" S	Longitude: 46° 23' 46.00" W	Cota da base: 179.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 005960300518	Modelo: FM10000
Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.	Potência de Operação: 0.3 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA-A0	Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS		
Comprimento da Linha: 105 m	Atenuação: 0.64 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: BECP-4L	Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda				
Ganho: 3.22 dBd	Beam-Tilt: 5 °	Orientação NV: 330 °	Polarização: Circular	HCI: 75 m	ERP Máxima: 0.48 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 2.84	5°: 2.75	10°: 2.65	15°: 2.55	20°: 2.46	25°: 2.28	30°: 2.18	35°: 2.09	40°: 2.01	45°: 1.92	50°: 1.84	55°: 1.83
60°: 1.83	65°: 1.84	70°: 2.01	75°: 2.09	80°: 2.18	85°: 2.37	90°: 2.55	95°: 2.75	100°: 2.94	105°: 3.04	110°: 3.24	115°: 3.34
120°: 3.55	125°: 3.66	130°: 3.77	135°: 3.88	140°: 3.99	145°: 4.1	150°: 4.21	155°: 4.1	160°: 3.99	165°: 3.88	170°: 3.78	175°: 3.77
180°: 3.66	185°: 3.55	190°: 3.45	195°: 3.34	200°: 3.24	205°: 3.04	210°: 2.94	215°: 2.84	220°: 2.65	225°: 2.55	230°: 2.46	235°: 2.37
240°: 2.28	245°: 2.28	250°: 2.37	255°: 2.38	260°: 2.46	265°: 2.47	270°: 2.55	275°: 2.65	280°: 2.75	285°: 2.84	290°: 2.94	295°: 3.04
300°: 3.05	305°: 3.14	310°: 3.15	315°: 3.24	320°: 3.34	325°: 3.34	330°: 3.24	335°: 3.19	340°: 3.18	345°: 3.14	350°: 3.04	355°: 2.94

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°53'11.9" S Lon 46°23'46" W	5°: Lat 23°53'13.75" S Lon 46°22'59.66" W	10°: Lat 23°53'37.96" S Lon 46°22'17.27" W	15°: Lat 23°53'42.19" S Lon 46°22'32.41" W	20°: Lat 23°53'54.56" S Lon 46°22'04.97" W	25°: Lat 23°54'18.9" S Lon 46°22'10.12" W	30°: Lat 23°54'49.83" S Lon 46°22'9.40" W	35°: Lat 23°54'24.18" S Lon 46°22'8.29" W	40°: Lat 23°54'43.71" S Lon 46°22'7.44" W	45°: Lat 23°55'14.02" S Lon 46°22'7.96" W	50°: Lat 23°55'44.04" S Lon 46°22'6.30" W	55°: Lat 23°56'19.96" S Lon 46°22'6.16" W
60°: Lat 23°56'58.14" S Lon 46°23'46" W	65°: Lat 23°57'38.3" S Lon 46°23'15.10" W	70°: Lat 23°58'21.77" S Lon 46°23'45.82" W	75°: Lat 23°59'8.26" S Lon 46°23'14.57" W	80°: Lat 23°59'53.35" S Lon 46°23'14.57" W	85°: Lat 24°0'37.9" S Lon 46°23'14.57" W	90°: Lat 24°1'17.76" S Lon 46°23'14.57" W	95°: Lat 24°2'0.12" S Lon 46°23'14.57" W	100°: Lat 24°2'41.36" S Lon 46°23'14.57" W	105°: Lat 24°3'23.59" S Lon 46°23'14.57" W	110°: Lat 24°4'2.43" S Lon 46°23'14.57" W	115°: Lat 24°4'39.24" S Lon 46°23'14.57" W
120°: Lat 24°5'11.4" S Lon 46°22'28.86" W	125°: Lat 24°5'45.79" S Lon 46°23'16.46" W	130°: Lat 24°6'15.1" S Lon 46°23'17.94" W	135°: Lat 24°6'41.51" S Lon 46°23'17.51" W	140°: Lat 24°7'8.5" S Lon 46°23'18.23" W	145°: Lat 24°7'28.94" S Lon 46°23'19.13" W	150°: Lat 24°7'46.08" S Lon 46°23'19.40" W	155°: Lat 24°8'8.45" S Lon 46°23'16.25" W	160°: Lat 24°8'28.04" S Lon 46°23'20.54" W	165°: Lat 24°8'40.06" S Lon 46°23'21.36" W	170°: Lat 24°8'53.38" S Lon 46°23'21.36" W	175°: Lat 24°8'58.65" S Lon 46°23'21.83" W
180°: Lat 24°9'5.15" S Lon 46°23'46" W	185°: Lat 24°9'33.77" S Lon 46°23'40.61" W	190°: Lat 24°9'27.1" S Lon 46°23'46.25" W	195°: Lat 24°8'58.38" S Lon 46°23'26.19" W	200°: Lat 24°8'50.32" S Lon 46°23'26.46" W	205°: Lat 24°8'38.53" S Lon 46°23'27.31" W	210°: Lat 24°8'23.04" S Lon 46°23'28.14" W	215°: Lat 24°8'0.01" S Lon 46°23'28.54" W	220°: Lat 24°7'41.18" S Lon 46°23'29.38" W	225°: Lat 24°7'11.67" S Lon 46°23'30.13" W	230°: Lat 24°6'42.51" S Lon 46°23'30.49" W	235°: Lat 24°6'7.53" S Lon 46°23'19.25" W
240°: Lat 24°5'32.71" S Lon 46°31'49.65" W	245°: Lat 24°4'53.24" S Lon 46°32'46.81" W	250°: Lat 24°4'10.52" S Lon 46°32'25.81" W	255°: Lat 24°3'28.48" S Lon 46°32'40.28" W	260°: Lat 24°2'44.63" S Lon 46°32'45.55" W	265°: Lat 24°2'0.94" S Lon 46°32'46.57" W	270°: Lat 24°1'17.75" S Lon 46°32'43.39" W	275°: Lat 24°0'36.23" S Lon 46°32'25.78" W	280°: Lat 24°0'56.67" S Lon 46°32'9.57" W	285°: Lat 24°0'19.35" S Lon 46°31'49.85" W	290°: Lat 24°0'51.04" S Lon 46°31'7.41" W	295°: Lat 24°0'36.54" S Lon 46°30'4.68" W
300°: Lat 23°58'23.62" S Lon 46°29'16.37" W	305°: Lat 23°57'41.65" S Lon 46°29'23.97" W	310°: Lat 23°57'21.67" S Lon 46°28'54.09" W	315°: Lat 23°56'17.78" S Lon 46°28'9.14" W	320°: Lat 23°56'10.95" S Lon 46°27'8.83" W	325°: Lat 23°55'34.14" S Lon 46°26'28.93" W	330°: Lat 23°54'37.51" S Lon 46°27'24.13" W	335°: Lat 23°53'54.10" S Lon 46°26'44.3" W	340°: Lat 23°53'50.1" S Lon 46°26'26.44" W	345°: Lat 23°53'37.61" S Lon 46°26'0.92" W	350°: Lat 23°53'23.95" S Lon 46°25'17.42" W	355°: Lat 23°53'18.48" S Lon 46°24'31.88" W

Distância por radial											
0°: 15	5°: 15	10°: 14.4	15°: 14.6	20°: 14.6	25°: 14.3	30°: 13.8	35°: 15.6	40°: 15.9	45°: 15.9	50°: 16	55°: 16
60°: 16	65°: 16	70°: 15.9	75°: 15.5	80°: 15	85°: 14.1	90°: 14.9	95°: 15	100°: 14.9	105°: 15	110°: 14.9	115°: 14.7
120°: 14.4	125°: 14.4	130°: 14.3	135°: 14.1	140°: 14.1	145°: 14	150°: 13.8	155°: 14	160°: 14.1	165°: 14.1	170°: 14.3	175°: 14.3
180°: 14.4	185°: 14.4	190°: 14.6	195°: 14.7	200°: 14.9	205°: 15	210°: 15.2	215°: 15.2	220°: 15.5	225°: 15.5	230°: 15.6	235°: 15.6



240°: 15.7	245°: 15.7	250°: 15.6	255°: 15.6	260°: 15.5	265°: 15.3	270°: 15.2	275°: 14.7	280°: 14.4	285°: 14.1	290°: 13.3	295°: 11.8
300°: 10.8	305°: 11.6	310°: 11.4	315°: 13.1	320°: 12.4	325°: 13	330°: 14.3	335°: 14.6	340°: 14.7	345°: 14.7	350°: 14.9	355°: 14.9

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>		
<b>Comprimento da Linha:</b> m	<b>Atenuação:</b> dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> dB	<b>Impedância:</b> ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b>	<b>Fabricante:</b>				
<b>Ganho:</b> dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> °	<b>Polarização:</b>	<b>HCI:</b> m	<b>ERP Máxima:</b> 0.48 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	135	Portaria	MC	27/03/2008	31/03/2008	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	854	Portaria	MC	11/10/2013	22/10/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	175	Decreto Legislativo	CN	05/04/2010	06/04/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	1019	Ato	ORLE	06/02/2014	10/02/2014	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500.332243/2022-53	9579726	Ato	ORLE	19/12/2022	04/01/2023	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115030210202215	12113	Portaria	MC	02/02/2024	18/03/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48334/2024/MCOM

Brasília, 19 de março de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11356370)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 1551/2024 (11348001), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 105/2024 (11356370), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos Assis**, 19/03/2024, às 12:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11429665** código CRC **6AA3A0F8**

**Referência:** Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11429665



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Ofício Interno 48334 (11429665)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 142

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Brasília, 3 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1551/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada em 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008, publicada em 31 de março de 2008, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

Exposição de Motivos MCOM-245-2024 (11455/27)

SEI-53115.030210/2022-15 / pg. 143

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11657/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.030210/2022-15**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subseqüentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 03/04/2024, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11455759** código CRC **267C8DDF**

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11455759



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d931>

Ofício 11657 (11455759)

SEI 53115.030210/2022-15 / pg. 144

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d931

Brasília, 3 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.030210/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 1551/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada em 18 de março de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), nos termos da Portaria nº 135, datada em 27 de março de 2008, publicada em 31 de março de 2008, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 175, de 2010, publicado em 6 de abril de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL nº 0010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

## I - RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 11º e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-fonol relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por não ser de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (1 O ano para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº

4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art. 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou catista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os catistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14 § 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#) sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistem parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MIR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

### 11.1- UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Infonnar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais partir ~~da~~ simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## 11.2- RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

### 11.2.1- CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas autêntico e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

#### 11.2.2 -ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.  
Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	IBase legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785) devem ser conhecidos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757 de 2016 convertida na Lei nº 13.424 de 2017.
(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se o ato não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticidade eletrônica, após conferência com original.

https://intelig-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessões ou penmissões que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14-351 de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14-351 de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que "a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação". Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

#### 11.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de quitação perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. Autenticado eletronicamente, após conferência com original.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.



xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as infonções exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas "b", "e", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessano, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no site eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### 11.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III - CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) identificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE  
RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o encimento do Número Único de Protocolo (NUP) 007380001592023 1 2 e da chave de acesso db471ffc Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

## Notas

1. Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CON.TUR-MCOM/CGU/AGU (NUP nº Oi 250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db47 1 ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 5 1 385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db47lffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db47lffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 5 l 385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/03/2024 | Página: 1

Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96,

## PORTARIA MCOM Nº 12.113, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.030210/2022-15, resolve:

ART. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.852.438/0001-96,

número de inscrição no FISTEL nº 50406964181, a partir de 5 de dezembro de 2022, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 1551/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.030210/2022-15

INTERESSADA: SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. EM AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pelo Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda, inscrita no CNPJ nº 03.852.438/0001, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade de Praia Grande/SP, vinculado ao FISTEL nº 50406964181, referente ao período de dezembro de 2022 a 5 de dezembro de 2032.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistiu na solicitação de dispensa de análise individualizada pela conjuntura, em face da existência de parecer referencial. Em virtude disso, o processo foi encaminhado ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações para deliberação.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada é renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Conselho Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação. No caso em tela, o prazo de validade da outorga encontra-se em vigor, nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1963, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113, ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, além dos elementos, a temporalidade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação.

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão de outorga de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada deverão encaminhar formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Línea Sat Comunicação Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 135, de 27 de março de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 31 de março de 2008 e Decreto Legislativo nº 17, de 2008, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de abril de 2010 (SEI 11348009 - Págs. 1-2). O contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2012 (SEI 11348009 - Págs. 3-8). Posteriormente, por ocasião da assinatura do Instrumento Particular da Alteração Contratual, registrado na JUCESP sob o nº 269.218/21-0, e do Protocolo de 2021, a entidade alterou a sua razão social para Sistema de Comunicação Litoral S/A.



Paulo Ltda (SEI 11348009 - Págs. 9-21).

7. Pela análise dos autos, observa-se que, em 18 de novembro de 2022, a pessoa ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de intenção de renovação da outorga do serviço, por novo período (SEI 10526207). Portanto, a renovação da outorga é tempestiva, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 5 de dezembro de 2021 a 5 de dezembro de 2022.

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios/diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11180148). Os documentos foram colacionados para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º), que também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obsoletos e desnecessários, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atrasos na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa ao fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito a sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de outro documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - existência de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as declarações exigidas pelo Ministério das Comunicações, pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação da outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Além disso, se, também, deu simplificada, pelo órgão de registro competente em que foram arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e direcional se coadunam com os atos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11184197-7-8).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, em 29 de janeiro de 2024 (SEI 11184197-7-8).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1-4).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Social do Poder Judiciário (SIACCO), a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise desta Nota Técnica. Não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, a sócia administradora Taís Rothschild de Abreu Lilla compõe o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Sumaré/SP, Cosmópolis/SP, Arujá/SP, São Gonçalo/SP, São Caetano do Sul/SP e São Paulo/SP. Já a sócia Jossene Barbosa não figura no quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11180181 - Págs. 11-13). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em curso contra a pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11050579).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou emenda pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, a Certidão de Débito Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, emenda pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11180148).

15. Ademais, acostou-se aos autos a Declaração da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela consulta ao CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11184194 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a concessão de outorga do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a Declaração de Apresentação de que "a pessoa jurídica atende as finalidades educacionais e culturais do serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63", e a manifestação proveniente do Ministério Público quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento do contrato pela concessionária/permissionária, associadas à exigência legal de que a execução do serviço de radiodifusão tenha caráter precário mantém as mesmas condições de concessão, demonstrando o interesse público na renovação da outorga, na forma do parágrafo único do art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, após vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria para a renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por consequência, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade da prestação do serviço.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, junho de 2023, a saber:

Art. 16. As en dades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado, permanecer de posse da en dade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da en dade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o ângulo de irradiação (para o sistema radiante); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A en dade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo técnico, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a en dade outorgada deverá declarar o atendimento disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As en dades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da licença, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, independentemente de sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



(Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, a pessoa jurídica é obrigada a manter a obrigação de possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi dada em 14 de fevereiro de 2023, com validade até 31 de março de 2028 (SEI 11180181 - Págs. 10 e 14). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultada por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação, para a renovação de outorga, no DESPACHO nº 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo nº 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo nº 00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorga de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente, não cabe ao interessado concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. O poder público não pode exigir que o interessado prorrogue a outorga providenciando uma nova licença de funcionamento da estação se já possui uma licença válida. Portanto, não cabe ao interessado cabimento a exigência que consta da COTA nº 00179/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (seq. 50).

(...)

17. Portanto, fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser realizada, o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, é necessário que a licença de funcionamento da estação seja válida. Mas não que o prazo de validade da licença abranja todo o período de renovação.

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o prazo da outorga, Mas obviamente isso não quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de validade igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há qualquer norma jurídica que exija isso. A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire, de modo a manter as condições de habilitação. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas no art. 173 da Lei nº 4.117, de 1962 (grifamos).



21. Oportuno registrar que ~~dãceenda~~ pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) a relação da empresa com o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL se encontra com status de "em dívida" segundo consulta realizada na data de 29 de janeiro de 2024 (SEI 11180181 - Pág. 5). Logo, a existência de débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, se houvesse, aquela ~~com~~ ostentaria a condição de "pós". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação da outorga pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de custos elaborada por aquela agência (SEI 11180181 - Págs. 6-9). Tem-se, portanto, que a condição de "pós" prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Praia Grande/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11347765).

## CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentos de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, arquivem-se os autos nesta unidade administrativa, até que ocorra a devolução no âmbito deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional. Não se deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Whendell Pereira de Souza, Coordenador Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decdd481d31>



Documento assinado eletronicamente por Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente T em 31/01/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Renata Vieira Machado, Advogada, em 31/01/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 31/01/2024, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 01/02/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento> informando o código verificador 11348001 e o código CRC 53CBAAB3.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11348002)
- Minuta de Exposição de Motivos (11348003)

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

Documento nº 11348001



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 08 de abril de 2024

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, da permissão outorgada ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA. (CNPJ nº 03.852.438/0001-96), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Praia Grande, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 245 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique Teixeira Botelho em 08/04/2024, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5088739 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=5088739](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=5088739).

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

SUPER nº 5088739

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica

**Referência:** Exposição de Motivos 245 2024 MCOM (5088727).

**Assunto:** Encaminhamento de Exposição de Motivos.

**Trâmites do Processo:**

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação dos órgãos competentes para analisar o tema –, os autos deverão retornar a esta Secretaria para encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por Duncan Frank Semple, Subsecretário de Gestão Interna, em 08/04/2024, às 12:02, conforme o art. 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5089352 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=5089352](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=5089352).

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

SUPER nº 5089352

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.030210/2022

Nota SAJ - Radiodifusão nº 444 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.030210/2022-15

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.030210/2022-15, outorga do serviço de radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é o SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORAL SUL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 03.852.438/0001-96, na cidade de SP.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada procura continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade da outorga.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. O Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência é do Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrados no art. 37 da Constituição, previsto no Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, a Consultoria Jurídica do MCOM manifestou que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada observado a necessidade e seu requerimento de renovação de outorga, com a apresentação de documentação técnica e jurídica, com análise dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo MCOM, suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base no de Estado publicado, a renovação.



7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição, as outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *administra vo complexo* à outorga, na medida em que vinculou a função execu va, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legisla va, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesm o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF. A administração vo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou coletivos, para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de poderes públicos distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo.

9. Aponta-se ainda que eventual implementação e atualizações das omissões eventuais existentes quanto à documentação apresentada pela petição poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apuradas pelo próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionando o processo nº 53115.030210/2022-15, que não é de competência jurídica para expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**GABRIEL DE JESUS ABREU**

Estagiário da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX**

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República  
(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] *Frequência Modulada (FM)* largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade de áudio e bom alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece um bom desempenho em ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Octavio. *Lei da comunicação da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decdd481d31





Documento assinado eletronicamente por **Halverson Luiz Muniz Dubó**, Assessor(a), em 07/06/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Jesus Abreu**, Estagiário(a), em 10/06/2024, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ferreira Marques**, Subchefe Adjunto de Infraestrutura, em 11/06/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Régio de Sousa**, Secretário(a) Especial Adjunto(a), em 12/06/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5784162 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=1](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=1).

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

SUPER nº 5784162

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 630/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/

PROCESSO SEI Nº 53115.030210/2022-15.

INTERESSADO AJ/CC/PR.

REFERÊNCIA Exposição de Motivos nº 00245/2024 MCOM, de 3 de Abril de 2024, do Ministério das Com

ASSUNTO Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequê  
Praia Grande (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Mo vos nº 00245/2024 MCOM (5087338), c  
Presidência da República o Processo Administra vo nº 53115.030210/2022-15, acompanhado d  
fevereiro de 2024, que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusã  
prazo de dez anos, a partir de 5 de dezembro de 2022, no município de Praia Grande, estado de São  
para a empresa SISTEMA DE COMUNICAÇÃO LITORA, inscrita no CNPJ nº 07.940.385/00-01, sob o  
acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações e no Regulamen  
Serviços de Radiodifusão

2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com  
Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos servi  
à renovação de cumprimento da empresa de seu contrato de concessão permissão, as exigências gais  
regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais, a fim de garantir a  
e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR/MCOM (5087323), que info  
que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de  
órgãos com é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta de  
caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
- Nota Técnica nº 1551/2024/SEI-MCOM, de 01/02/2024 (5088737), da Secretaria de Co  
(SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, re  
dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento  
outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Dec  
5087327) de 31/01/2024;
- Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga (5087327) de 31/01/2024  
de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legisla

5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) mantém cadastrado as seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no SIACCO - Controle Social
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no MOSAICO - Sistema Integrado Especial que disponibiliza acesso ao Relatório do Canal.

6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível c  
Administradores - QSA da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.852.438/0001-96
NOME EMPRESARIAL:	RADIO KISS LITORAL LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$169.000,00 (Cento e sessenta e nove mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	TAIS ROTHSCHILD DE ABREU LILLA
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 12/07/2024 às 16:12 (data e hora de Brasília).

7. Observa-se, no presente caso, que o nome empresarial constante do QSA é diferente do MCOM. Ressalte-se, entretanto, que a última atualização cadastral do CNPJ no QSA é datada de 05/12/2012, sendo que não há alteração em relação ao CNPJ é o mesmo em ambas as bases - SIACCO e QSA. Ade 6083,246) dated 6-mail 06/06/2023  
Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA, da Receita Federal do Brasil, não faz parte do rol de documentos instrução processual, de modo que este documento não tem qualquer relevância para a renovação da outorga não vislumbramos óbice para o prosseguimento do pedido de renovação da outorga.

8. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com a legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada no prazo de 60 dias, a contar da data de publicação da decisão, para que seja analisada e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, a Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) prosseguimento do feito conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

9. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no art. 23 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de dezembro de 2023, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República para emitir manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de dezembro de 2023.

À consideração superior.

Brasília, 12 de julho de 2024. data da assinatura.

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, 12 de julho de 2024. data da assinatura.

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil da Presidência da República para emitir manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de dezembro de 2023.

Brasília, 12 de julho de 2024. data da assinatura.

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de dezembro de 2023.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito das atividades administrativas e jurídicas individualizadas, a serem encaminhadas para a apreciação da autoridade competente, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o conteúdo das manifestações deve ser claro e objetivo; b) a manifestação deve ser fundamentada, apresentando as razões de fato e de direito que justificam a decisão; c) a manifestação deve ser assinada pelo responsável pelo setor; d) a manifestação deve ser encaminhada para a autoridade competente, dentro do prazo estabelecido.

[4] O **SIACCO** é o sistema de controle da Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a gestão das informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A sua utilização é exclusiva dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão, como o Serviço de Radiodifusão (SC R) e o Serviço de Radiodifusão Comunitária (RADCOM). Os únicos serviços não contemplados são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, Assessor(a), em 12/09/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte**, Secretário(a) Adjunto(a), em 12/09/2024, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte**, Secretário(a) Especial, em 12/09/2024, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5898471 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso=1](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=1).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.030210/2022-15

SEI nº 5898471

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. -- Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31

Jefferson Milton Marinho

---

De: secoe.ccivil <secoe.ccivil@mcom.gov.br>  
Enviado em: quinta-feira, 6 de junho de 2024 16:14  
Para: Jefferson Milton Marinho  
Assunto: ENC: Ausência de capital social nos processos de outorga e de renovação

Prezado, segue resposta solicitada.



---

De: Márcia Maria Torres Fernandes <marcia.fernandes@mcom.gov.br>  
Enviado: quinta-feira, 6 de junho de 2024 16:12  
Para: secoe.ccivil <secoe.ccivil@mcom.gov.br>  
Assunto: ENC: Ausência de capital social nos processos de outorga e de renovação



---

De: DERAP <derap@mcom.gov.br>  
Enviado: quinta-feira, 6 de junho de 2024 11:41  
Para: Márcia Maria Torres Fernandes <marcia.fernandes@mcom.gov.br>  
Cc: Nelson Alves Pinto Neto <nelson.neto@mcom.gov.br>  
Assunto: ENC: Ausência de capital social nos processos de outorga e de renovação

Prezada Márcia,

Em atenção ao e-mail da Casa Civil de 03 de junho de 2024, no qual solicita informo o seguinte questionamento:

A ausência de capital na informação disponibilizada na Consulta QSA é impeditivo para o prosseguimento dos processos de outorga e de renovação de outorga de rádios e TVs?



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

Este Departamento de Radiodifusão Privada informa que, em relação à renovação comercial, que, de acordo com o art. 113 do Decreto nº 52.795/63, a [Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#), da Receita Federal do Brasil, não faz parte do rol de documentos necessários à instrução de modo que este documento não tem qualquer relevância para a renovação de outorga.

Para fins de renovação de outorga, aquele diploma legal (art. 113 do Decreto nº 52.795/63) e processos sejam instruídos, além de outros documentos, com a certidão simplificada, que é emitida pelo respectivo órgão de registros públicos. Como é sabido, nas certidões simplificadas constam apenas informações relativas ao capital social.

Não se sabe precisar o motivo pelo qual alguns [casos de Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) não mostram o capital social. Para tanto, recomenda-se, caso entenda pertinente, que a Receita Federal do Brasil seja instada a se manifestar, por se tratar de documento emitido por aquele órgão.

Em relação à outorga comercial, não há impeditivo para o prosseguimento da análise, tendo em vista que conferimos o capital social no contrato social e nos balanços apresentados. E essa informação é entregue pelas empresas, atualizada, antes da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato.

Entendemos que quando não consta no QSA, significa que a Receita Federal não disponibilizou a informação uma vez que tal informação é obrigatória no contrato social.

Atenciosamente,



De: secoe.ccivil <secoe.ccivil@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 3 de junho de 2024 13:51

Para: DE PUB - Departamento de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal <depub@mcom.gov.br>  
<derap@mcom.gov.br>

Cc: Nelson Alves Pinto Neto <nelson.neto@mcom.gov.br>; Daniela Naufel Schettino <daniela.schettino@mcom.gov.br>

Assunto: ENC: Ausência de capital social nos processos de outorga e de renovação

Prezados,



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



Encaminhado para conhecimento e providências.

At.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**Márcia Maria Torres Fernandes**  
Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica - SECOE

+55 61 2027-6801 / 6089

marcia.fernandes@mcom.gov.br

Sala 300, 3º andar - Esplanada dos Ministérios, Bloco R, CEP: 70044-902 - Brasília/DF - Brasil

gov.br/mcom

mincomunicacoes

De: Jefferson Milton Marinho <jefferson.marinho@presidencia.gov.br>  
Enviado: segunda-feira, 3 de junho de 2024 10:24  
Para: secoe.ccivil <secoe.ccivil@mcom.gov.br>  
Cc: Bruno de Carvalho Duarte <bruno.duarte@presidencia.gov.br>; Daniel Christianini Nery <daniel.nery@presidencia.gov.br>; Daniela Ferreira Marques <daniela.marques@presidencia.gov.br>; Rodrigues Gomes <ludmyla.gomes@presidencia.gov.br>  
Assunto: Ausência de capital social nos processos de outorga e de renovação

Você não costuma receber emails de jefferson.marinho@presidencia.gov.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezados (as),

Conforme mencionado anteriormente, alguns processos de renovação de outorga, e também de outorga, verificamos que a [Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#), da Receita Federal do Brasil, apresenta ausência de capital social na informação disponibilizada. Essa ausência de capital social já encontrada em processos de FM Comercial, rádio comunitária e rádio e TV educativa, conforme exemplo abaixo:

1. Outorga de FM Comercial

[Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#)

CNPJ:	01.080.682/0001-52
NOME EMPRESARIAL:	REDE ALTERNATIVA DE COMUNICACOES LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	FRANCISCO ANTONINHO ALERICO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	NEDIRO MODANESE
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/06/2024 às 09:45 (data e hora de Brasília).

2. Renovação de Outorga FM Comercial





Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	02.386.806/0001-95
NOME EMPRESARIAL:	EMPRESA DE RADIODIFUSAO DINAMICA FM LTDA
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	JOAO ALCANTARA FILHO
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	MARCAL GONCALVES LEITE FILHO
Qualificação:	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/05/2024 às 16:26 (data e hora de Brasília).

3. Renovação RADCOM

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	03.937.860/0001-44
NOME EMPRESARIAL:	ASSOCIACAO COMUNITARIA DE RADIO COMUNICACOES VALE DO RIO JARI
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	IRACIVALDO DE ABREU COSTA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 14/05/2024 às 14:45 (data e hora de Brasília).

4. Renovação de Rádio Educativa

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	50.016.039/0001-75
NOME EMPRESARIAL:	FUNDACAO JOAO PAULO II
CAPITAL SOCIAL:	

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	DEUSIRENE ALVES OLIVEIRA
Qualificação:	10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:	WAGNER FERREIRA DA SILVA
Qualificação:	16-Presidente

Nome/Nome Empresarial:	FILIPE GARCEZ JARDIM
Qualificação:	10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/05/2024 às 16:16 (data e hora de Brasília).

5. Renovação TV Educativa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 04.644.419/0001-37  
**NOME EMPRESARIAL:** FUNSEC - FUNDACAO CULTURAL E EDUCATIVA SENADOR CANEDO  
**CAPITAL SOCIAL:**

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** MARIA CANDIDA SOBRINHO DE PAULA  
**Qualificação:** 10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:** JOSE CARLOS MARQUES SOUZA REIS  
**Qualificação:** 10-Diretor

**Nome/Nome Empresarial:** SALETE MARIA DE SOUSA REIS  
**Qualificação:** 16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 27/05/2024 às 17:46 (data e hora de Brasília).

Observamos ainda que a ausência de capital social parece ser o padrão para os casos de rádios comunitários e educativas (este incluindo TV).

Isso posto, solicitamos manifestação do MCOM a respeito do seguinte questionamento: A ausência de capital social na informação disponibilizada na Consulta QSA é impeditivo para o prosseguimento dos processos de outorga e de renovação de outorga de rádios e TVs? Explicitar na resposta as especificidades de cada caso, se houver.

Atenciosamente,



JEFFERSON MILTON MARINHO

Assessor

Secretaria Adjunta II da Secretaria Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República

☎: +55 (61) 3411-4367

✉jefferson.marinho@presidencia.gov.br

Palácio do Planalto, Anexo III, Ala A, Sala 214  
Brasília - DF, CEP: 70.150-90



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8dec481d31>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, \_\_\_\_ data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.188, de 26 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, da Portaria nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada anteriormente conferida ao Sistema de Gestão de Dados Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de modulação, no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta de 27/09/2024.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano LAGO**, Secretário(a) Adjunto(a), em 27/09/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de abril de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 27/09/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de abril de 2020](#).





A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6119621 e o código  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_ace](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_ace)

ReferênciaProcesso nº 53115.030210/2022-15

SEI nº 6119621

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada anteriormente conferida ao Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

MENSAGEM Nº 1.188

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de março de 2024, que renova, a partir de 5 de dezembro de 2022, a permissão outorgada anteriormente conferida ao Sistema de Comunicação Litoral Sul de São Paulo Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Brasília, 26 de setembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>



1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6120396) para arquivamento, publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a), em 27/09/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6120579 e o código [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=6120579](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=6120579).

Referência: Processo nº 53115.030210/2022-15

SEI nº 6120579

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1304/2024/CC/PR

Brasília, 27 de setembro de 2024. data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados - Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submetida à consideração do Conselho Nacional o ato constante da Portaria nº 12.113, de 2 de fevereiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2024, que renova, a partir de dezembro de 2022, a permissão outorgada anteriormente pelo Conselho Nacional de Comunicação para a execução, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por Rui Costa, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, em 27/09/2024, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 8º da Lei nº 11.343, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6121283 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=cc&id\\_documento=1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=cc&id_documento=1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.030210/2022-15 SEI nº 6121283

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31>

1ed93c4c-1e56-457b-8f42-c8decd481d31